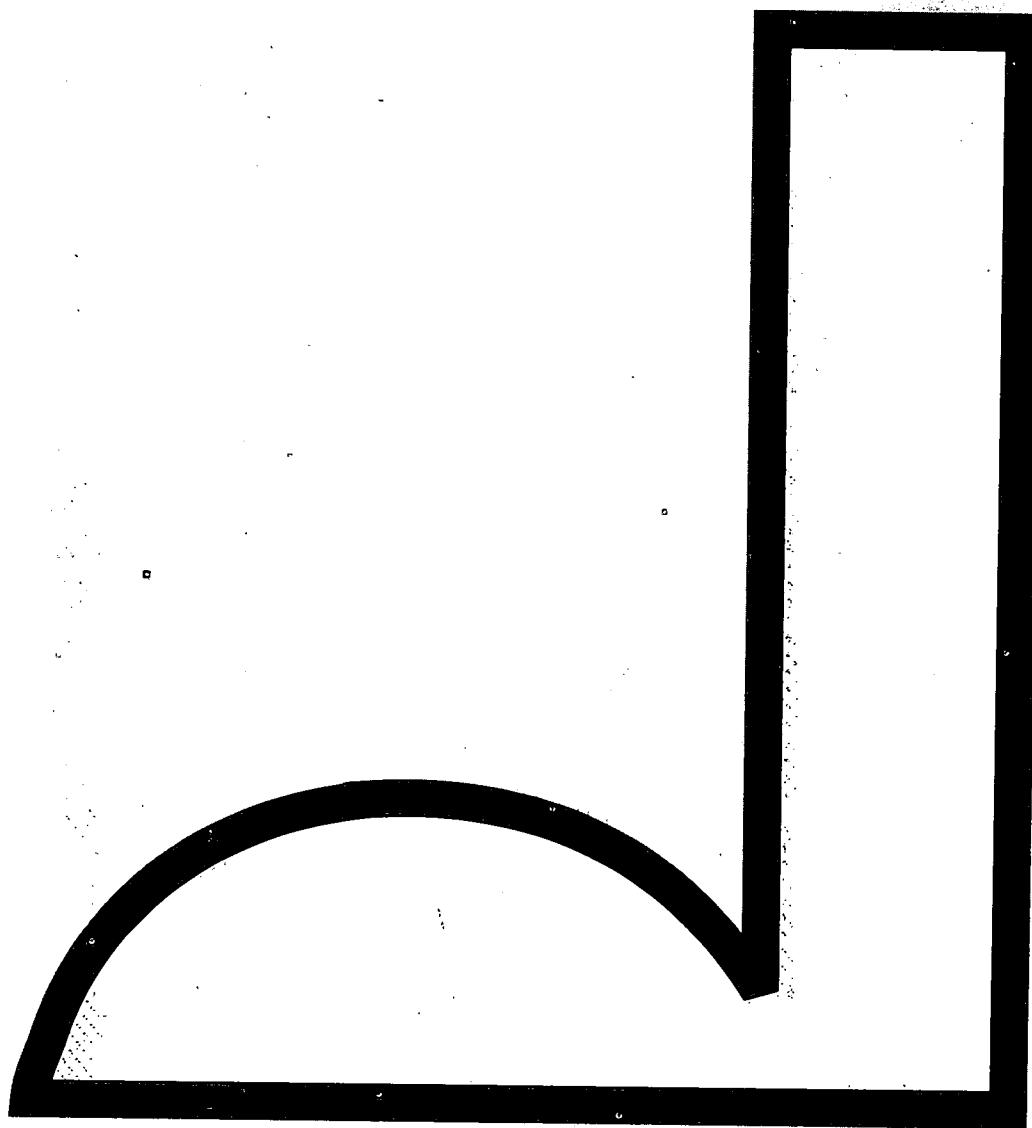


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 022 QUARTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 1999 - BRASÍLIA-DF

MESA	
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> Vago <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i>

LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda – PSDB – DF</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> LIDERANÇA DO PFL Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> Vago	LIDERANÇA DO PMDB Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder <i>Marina Silva</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB Líder <i>Sergio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> Vago LIDERANÇA DO PPB Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder Vago LIDERANÇA DO PTB Líder <i>Arlindo Porto</i> Atualizada em 12-2-99

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÕES

- Nº 111, de 1998, que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado entre a União, o Estado do Pará e o Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ, com a interveniência do Banco Central do Brasil – BACEN, celebrado em 30 de março de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$97.500.000,00 (noventa e sete milhões e quinhentos mil reais). 02880
- Nº 112, de 1998, que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado com a União, em 30 de março de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado do Pará, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$274.495.064,33 (duzentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, sessenta e quatro reais e trinta e três centavos). 02880

2 – ATA DA 1ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE FEVEREIRO 1999

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 63, de 1999 (nº 131/99, na origem), de 28 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1999 (nº 4.898/99, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas dos três Poderes da União, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999. * 02879

Nº 64, de 1999 (nº 150/99, na origem), de 28 de janeiro último, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Walton Alencar Rodrigues, para compor o Tribunal de Contas da União, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público e decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Átila Álvares da Silva. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02882

Nº 65, de 1999 (nº 151/99, na origem), de 28 de janeiro último, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Hamilton Carvalhido, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público e decorrente da apo-

sentadoria do Ministro José Fernandes Dantas. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. * 02879

Nº 66, de 1999 (nº 152/99, na origem), de 29 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1998 (nº 2.464/96, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, sancionado e transformado na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. * 02879

Nº 69, de 1999 (nº 165/99, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.746/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. * 02879

Nº 71, de 1999 (nº 168/99, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a cargo de Embaixador, Chefe da Delegação do Brasil em Genebra. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02893

Nº 72, de 1999 (nº 169/99, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Gelson Fonseca Júnior, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente

da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02904

Nº 73, de 1999 (nº 173/99, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1998 (nº 2.022/91, na Casa de origem), que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. * 02879

Nº 74, de 1999 (nº 156/99, na origem), de 3 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Armínio Fraga Neto, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02921

Nº 76, de 1999 (nº 240/99, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Sérgio de Queiroz Duarte, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia e República Eslovaca. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02925

Nº 77, de 1999 (nº 241/99, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Daniel Luiz Gleizer para exercer cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02946

Nº 78, de 1999 (nº 242/99, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Edison Bernardes dos Santos para exercer cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02949

Nº 79, de 1999 (nº 243/99, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Luiz Carlos Alvarez para exercer cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02952

Nº 80, de 1999 (nº 244/99, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Luiz Fernando Figueiredo para exercer cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02955

Nº 81, de 1999 (nº 245/99, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercer cargo de Diretor do Banco

Central do Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02957

2.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 77/99, de 22 de janeiro último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 562, de 1998, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo. * 02965

2.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1999 (nº 3.125/97, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, e dá outras providências. As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos. * 02965

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1999 (nº 4.812/98, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. * 02879

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1999 (nº 2.960/97, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. * 02879

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1999 (nº 759/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Integração Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997. À Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para emissão de relatório. * 02879

2.2.4 – Pareceres

Nº 58, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 28, de 1999 (nº 1.636/98, na origem), do Senhor Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial (Projeto de Resolução nº 3, de 1999). 02969

Nºs 59 e 60, de 1999, das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1997 (nº 3.792/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. * 02879

Nº 61, de 1999, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1999 (nº 3.844/97, na Casa de origem), que dispõe sobre a educação em direitos humanos e institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o ensino fundamental e médio. * 02879

Nº 62, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1995, de autoria do Senador João França, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores. * 02879

Nº 63, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados. * 02879

2.2.5 – Ofícios

Nº 33/98, de 25 de novembro de 1998, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1995, em reunião realizada naquela data, cujo parecer foi lido anteriormente. 02973

Nº 56/98, de 15 de dezembro de 1998, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 241, de 1997, em reunião realizada naquela data, cujo parecer foi lido anteriormente. 02973

2.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1995, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 02973

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 1997, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 02973

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 3, de 1999, resultante de parecer lido anteriormente. 02973

Abertura do prazo para recebimento de emendas aos Projeto de Lei da Câmara nºs 61, de 1997, e 3, de 1999, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 02973

Recebimento da Mensagem nº 67, de 1999 (nº 154/99, na origem), de 1º do corrente,

pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até vinte e quatro milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – Fase II – 1ª Etapa. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02973

Recebimento da Mensagem nº 68, de 1999 (nº 155/99, na origem), de 1º do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Melhoramento de Bairros (Habitar-Brasil). À Comissão de Assuntos Econômicos. 02973

Manutenção, também, do despacho proferido na sessão de 10 de setembro de 1996, que encaminhou a matéria à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, além do despacho inicial da proposição, em virtude do arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 180, de 1996, que tramitavam em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1995. 02974

Prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 7, de 1985, e 76, de 1992, sendo que o Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1992 vai ao Arquivo. 02974

Arquivamento do Diversos nº 1, de 1995-CN; da Indicação nº 1, de 1996; da Consulta nº 1, de 1996, e dos Ofícios nºs S/16, de 1976, e S/1, de 1986: Ao Arquivo. 02974

Continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1993, apresentado como conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 376, de 1992, em razão da apresentação de recurso aprovado pelo Plenário, para que, antes da declaração de sua prejudicialidade, seja ouvida a Comissão de Fiscalização e Controle. 02974

Restabelecendo o despacho inicial do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 1995, proferido na sessão de 16 de maio de 1996, em decorrência do arquivamento da proposição, que tramitava em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1996. O Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1996, retoma ao exame das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania. 02974

Restabelecendo o despacho inicial do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1997, proferido na sessão de 15 de dezembro de 1997, em de-

corrência do arquivamento da proposição, que tramitava em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1997. O Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1997, retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....

02974

Recebimento do Ofício nº 33/99, de 2 do corrente, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, encaminhando a documentação referente à oferta de Letras Financeiras do Tesouro daquele Município, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1999. À Comissão de Assuntos Econômicos depois de anexado ao processado da Resolução nº 110, de 1998.

02974

Recebimento do Ofício nº S/6, de 1999 (nº 2/99, na origem), de 5 do corrente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.033, de 12 de abril de 1990, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, bem como da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 225.272, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos II e III do art. 1º da referida lei. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

02974

Recebimento da Mensagem nº 158, de 1999, na origem de 3 do corrente, do Senhor Presidente da República, solicitando seja desconsiderada a Mensagem nº 62, de 1999 (nº 132/99, na origem), em razão do cancelamento de sua viagem à Venezuela. A matéria será anexada à Mensagem nº 62, de 1999, que vai ao Arquivo. ...

02974

Recebimento da Mensagem nº 70, de 1999 (nº 166/99, na origem), de 8 do corrente, do Senhor Presidente da República, comunicando sua ausência do País no último dia 9, quando participou, na Bolívia, de descerramento da placa comemorativa da inauguração do gasoduto Brasil-Bolívia.

02974

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.731-35, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o salário mínimo para o período de 1º de maio de 1996 a 30 de abril de 1997. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.732-49, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.733-58, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.734-24, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que estabelece multa em operações de importação e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.735-30, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 18, 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.736-33, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dá nova redação aos arts. 3º, 16 e 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.737-23, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o salário mínimo para o período de 1º de maio de 1997 a 30 de abril de 1998. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.738-19, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que cria o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.739-18, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 8.313,

de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.740-28, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.741-38, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN, destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.742-14, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.743-12, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.744-10, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 1999. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.745-12, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera a redação dos arts. 26, 27, 31, 44 e 59 da Lei nº 9.473, de 22 de julho de 1997, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1998. Designa-

ção da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.746-9, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.747-6, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$7.556.000,00, para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.748-38, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.749-36, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.750-47, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.751-62, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal e de Controle Interno do Poder Executivo, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.752-33, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais), para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.753-15, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.754-14, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a simplificação do arquivamento de atos nas Juntas Comerciais e do protesto de título de dívida de microempresas e de empresas de pequeno porte, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.755-11, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.756-10, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.757-51, em 11 de

fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.758-9, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e do Abastecimento, e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito extraordinário no valor de R\$824.000.000,00, para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.759-9, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que estabelece critérios para a concessão de empréstimo, pela União, aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.761-9, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.762-9, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.763-63, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mes-

mo mês e ano, que dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.764-33, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos das Leis nºs 9.138, de 29 de novembro de 1995, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 9.126, de 10 de novembro de 1995, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural; sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; autoriza o Poder Executivo a renegociar as obrigações financeiras relativas à liquidação de operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF, vencidas e prorrogadas a partir de 1991; e a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais e com recursos das Operações Oficiais de Crédito. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.765-45, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.766-15, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.767-45, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Confiança existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.768-31, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Com-

pensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.769-54, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.770-45, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.771-23, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.772-19, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.773-34, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.774-22, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mes-

mo mês e ano, que acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.775-8, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.776-8, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 57 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.777-8, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e determina outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.778-8, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.779-7, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.780-6, em 11 de

fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera a redação do art. 34 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.781-6, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.782-2, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.783-2, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que institui o Auxílio-Transporte aos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.784-2, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.798-1, em 11 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. *

02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.799-2, em 18 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 19 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. * 02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.808, em 9 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 10 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$183.000.000,00, para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. * 02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.809, em 9 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 10 do mesmo mês e ano, que autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. * 02975

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.810, em 9 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 10 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$300.000.000,00, para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. * 02975

Arquivamento de proposições nos termos dos arts. 332 e 333 do Regimento Interno. * (Publicadas em suplemento "A" à presente edição)... 02975

2.2.7 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 48/99, de 10 do corrente, de sugestão de realização de sessão solene do Congresso Nacional, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. 02975

2.2.8 – Requerimentos

Nº 33, de 1999, de autoria da Senadora Emília Fernandes e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial conjunta, no dia 10 de março próximo, destinada a comemoração do Dia Internacional da Mulher. Será apreciado após a Ordem do Dia. 02975

Nº 34, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a criação de uma Comissão Temporária destinada a acompanhar a situação, as providências e as circunstâncias das delimitações e demarcações de reservas indígenas em Roraima. À Publicação. * 02975

Nº 35, de 1999, de autoria do Senador Carlos Wilson, solicitando a constituição de uma Comissão Temporária do Senado Federal destinada a inventariar as obras inacabadas em todo território nacional, dentre outros objetivos. À Publicação. * 02975

2.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1999, de autoria do Senador Jefferson Péres, que estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. * 02975

Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o disposto na Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. * 02975

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal, a que se refere o art. 21, XIX, da Constituição, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. * 02975

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que transfere os recursos previstos no art. 159, I, c, da Constituição para a gestão do Banco de Brasília, BRB, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. * 02975

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal. À Comissão de Assuntos Econômicos. * 02975

Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para reabrir o prazo de renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à

União. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Pacaraima no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 75 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Bonfim no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Rorainópolis, no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Iracema no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Normandia, no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1999, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que altera os arts. 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil), referentes a investigação de paternidade. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz, no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que regulamenta o disposto no inciso XIV, art. 21, da Constituição Federal, que institui o fundo próprio para a assistência financeira do Distrito Federal e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Pacaraima, no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Bonfim, no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Caroebe, no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Leiloeiros Oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). À Comissão	
Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Rorainópolis no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975		

de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. *	02975	são de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que dá nova denominação ao Aeroporto Internacional de Brasília. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975	Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1999, de autoria do Senador Artur da Távola, que dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975
Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Distrito Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. *	02975	2.2.10 – Discursos do Expediente	
Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que cria a Zona Especial de Produção do Distrito Federal – ZEPRO, estabelece mecanismo para a progressiva obtenção da autonomia econômico-financeira do DF e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. *	02975	SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Perplexidade, incerteza e insegurança quanto ao futuro do País, diante da presente crise econômica, ressaltando suas implicações para o segundo mandato do Presidente da República e à atuação do Congresso Nacional.	02976
Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Às Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa. *	02975	SENADOR EDISON LOBÃO – Aplausos à brilhante atuação do Sr. Lázaro de Mello Brandão à frente da gestão do Bradesco.	02978
Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que acrescenta parágrafos ao art. 19 da Lei nº 6.766, de 1979, pelos quais dispõe sobre impugnações a parcelamentos de terras promovidos pelo Poder Público, e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa. *	02975	2.2.11 – Requerimentos	
Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a reduzir para dezesseis anos a idade mínima exigida para a habilitação de condutores de veículos automotores e elétricos. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. *	02975	Nº 36, de 1999, de autoria do Senador Ramez Tebet, de homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Sullivan Silvestre, ex-Presidente da Funai. Aprovado , após usarem da palavra os Srs. Ramez Tebet e Romero Jucá, havendo a Presidência se associado às homenagens.	02982
Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1999, de autoria do Senador Artur da Távola, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Choro e dá outras providências. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. *	02975	Nº 37, de 1999, de autoria do Senador José Fogaca, de dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer 57, de 1999, da Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas i do inciso I do art. 102 e c do inciso I do art. 105 da Constituição Federal, a fim de que a matéria conste da Ordem do Dia da próxima sessão. Aprovado	02985
Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1999, de autoria do Senador Artur da Távola, que autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, a doar à Sociedade Civil de Amparo ao Menor "A Minha Casa" o imóvel que especifica. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. *	02975	Nº 38, de 1999, de urgência para o Projeto de Resolução nº 3, de 1999, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a contratar operação de crédito, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tendo como garantidor a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial. Será apreciado após a Ordem do Dia.	02986
		Nº 39, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona. *	02986
		Nº 40, de 1999, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. *	02986
		Nº 41, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, de criação de Comissão Temporária, denominada "Comissão Espe-	

cial da Criança e Adolescente", composta por 9 (nove) membros, com o objetivo de realizar diagnóstico e análise da situação da criança e do adolescente brasileiros. *

02986

2.2.12 – Ofícios

Nº 8/99, de 30 de janeiro último, do Senador José Samey, comunicando que está reassumindo o mandato a partir daquela data.....

02986

Nº 1/99, de 1º do corrente, do Senador Mozarildo Cavalcanti, comunicando que deixa de ser filiado ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), passando a integrar o Partido da Frente Liberal (PFL), a partir daquela data.....

02986

S/nº, de 1º do corrente, da Bancada do Partido Progressista Brasileiro – PPB, de indicação do Senador Leomar Quintanilha para exercer a Liderança daquele partido, no biênio 1999/2000.....

02987

Nº 55/99, de 2 do corrente, da Líder do Bloco Parlamentar de Oposição, que assumirá a Liderança do Partido dos Trabalhadores e daquele Bloco, a partir do dia 22 do corrente.

02987

Nº 49/99, de 3 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, de indicação dos Vice-Líderes daquele Partido.

02987

S/nº, de 23 do corrente, da Bancada do PTB no Senado Federal, de indicação do Senador Arlindo Porto, para exercer a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

02987

Nº 27/99, de 23 do corrente, do Líder do PSDB no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão de Assuntos Econômicos.

02987

Nº 53/99, de 23 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão de Assuntos Econômicos.

02987

Nº 56/99, de 23 do corrente, da Líder do Bloco Parlamentar de Oposição, de indicação dos Vice-Líderes daquele Bloco.....

02987

Nº 58/99, de 23 do corrente, do Líder do PMDB no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão de Assuntos Econômicos.

02988

Nº 59/99, de 23 do corrente, da Líder do Bloco Parlamentar de Oposição, de indicação de membros para as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE; de Assuntos Sociais – CAS; de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; de Educação – CE; de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRÉ; de Serviços Infra-Estrutura-CI de Infra-Estrutura – CI, e de Fiscalização e Controle-CFC....

02988

S/nº, de 24 do corrente, do Líder do PPB no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

02988

2.2.13 – Comunicações da Presidência

Designação da composição da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos dos ofícios

encaminhados à Mesa pelas lideranças partidárias.

02990

Designação dos Senadores indicados pelas lideranças partidárias para integrarem as Comissões Permanentes.

02990

2.3 – ORDEM DO DIA

Item único

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 56, de 1999, Relator: Senador Ney Suassuna), que aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 1999. **Aprovado**, com votos contrários do Bloco de Oposição, após usarem da palavra os Srs. Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Valadares. À Comissão Diretora para redação final.

02990

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1999 (Parecer nº 64, de 1999). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados.

02993

2.3.1 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Roberto Freire, nos termos do art. 403 e seguintes do Regimento Interno, que remete como competência da Presidência da Casa impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis e ao Regimento Interno, sendo respondida pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães e recusada pela Mesa.

02993

2.3.2 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimento nº 33, de 1999, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**.

02997

Requerimento nº 38, de 1999, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**, com votos contrários do Bloco de Oposição e do Sr. Gérson Camata, havendo usado da palavra o Sr. José Eduardo Dutra.

02997

2.3.3 – Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta do Congresso Nacional, para às 10 horas do dia 10 de março próximo, a realizar-se no plenário do Senado Federal, nos termos do Requerimento nº 33, de 1999, aprovado na presente sessão.

02998

2.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Pronunciamento de posse no Senado.

02998

SENADOR TIÃO VIANA – Responsabilidade, na condição de representante eleito pelo Estado do Acre, da defesa de um modelo de saúde justo, solidário e coerente para o País e, de modo especial, para a região amazônica. Dedicção de seu êxito no Senado aos familiares e amigos.....

03003

SENADOR **ARLINDO PORTO** – Homenagens póstumas ao grande historiador mineiro Francisco Iglésias. 03007

SENADORA **HELOÍSA HELENA** – Louvor às virtudes do povo alagoense, em seu primeiro discurso nesta Casa. 03008

SENADOR **GERALDO CÂNDIDO** – Campanha da Fraternidade da CNBB deste ano, sob o tema: "A fraternidade e os desempregados." Análise do desemprego no Brasil. 03011

SENADOR **EDUARDO SUPLICY** – Discórdância com o tratamento desrespeitoso do Presidente da República ao Governador Itamar Franco. Defesa do diálogo de Fernando Henrique Cardoso com os segmentos da Oposição. Ofício encaminhado ao Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo, demonstrando a importância da abertura de uma CPI para investigar denúncias de corrupção de fiscais que achacaram comerciantes, ambulantes e cidadãos paulistanos em geral. 03012

2.3.5 – Comunicações da Presidência

Reabertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante à Mesa ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1999, e ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1998-Complementar. 03014

Reabertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1998, seja apreciado pelo Plenário. 03014

2.3.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Justificativas para apresentação de proposta de criação da Comissão Especial da Criança e do Adolescente. 03014

2.3.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de Sessão Deliberativa Ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa. 03015

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 23-2-99

4 – ATA DE COMISSÃO

1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29 de janeiro de 1999. * 02879

5 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 20 a 36, de 1999. * 02879

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 750 a 789, de 1999. * 02879

7 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Atas das 160ª e 161ª Reuniões, realizadas em 5 de novembro e 16 de dezembro de 1998, respectivamente. * 02879

8 – ATOS DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN

Nºs 16 a 28, de 1999. * 02879

9 – GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Atas da Sessão Plenária e Comissão Deliberativa realizadas em 2 de fevereiro de 1999. * .. 02879

10 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Relatório das atividades do Liquidante. * ... 02879

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº 111, DE 1998

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado entre a União, o Estado do Pará e o Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, com a interveniência do Banco Central do Brasil – Bacen, celebrado em 30 de março de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 97.500.000,00 (noventa e sete milhões e quinhentos mil reais).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado entre a União, o Estado do Pará e o Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, com a interveniência do Banco Central do Brasil – Bacen, em 30 de março de 1998, no valor de R\$ 97.500.000,00 (noventa e sete milhões e quinhentos mil reais).

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada neste artigo se apoia nos termos da Medida Provisória nº 1.612-21, de 5 de março de 1998, na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado entre a União e o Estado do Pará, em 30 de março de 1998.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

I – valor do crédito a ser liberado pela União; até R\$ 97.500.000,00 (noventa e sete milhões e quinhentos mil reais), a preços de 31 de dezembro de 1997, que serão utilizados, exclusiva e obrigatoriamente, para saneamento do Banpará, e atualizados pela taxa Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil, de 1º de janeiro de 1998 até as datas das liberações previstas na cláusula quarta do contrato;

II – O Estado, como contrapartida, compromete-se a integralizar aumento de capital do Banpará, no valor de R\$ 97.500.000,00 (noventa e sete milhões e quinhentos mil reais), da seguinte forma:

a) até R\$ 88.255.000,00 (oitenta e oito milhões e duzentos e cinquenta e cinco mil reais), resultantes da assunção, pelo Estado, das dívidas do Banpará, a seguir discriminadas:

1) R\$ 34.248.000,00 (trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e oito mil reais), junto à Caixa Econômica Federal – CEF, originários da Vivenda-Ape;

2) R\$ 27.869.000,00 (vinte e sete milhões, oitocentos e sessenta e nove mil reais), junto ao Tesouro Nacional, com o Banco do Brasil como agente financeiro;

3) R\$ 7.168.000,00 (sete milhões, cento e sessenta e oito mil reais), junto à CEF;

4) R\$ 13.802.000,00 (treze milhões, oitocentos e dois mil reais), junto ao Banco da Amazônia S/A;

5) R\$ 5.168.000,00 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

b) até R\$ 9.245.000,00 (nove milhões, duzentos e quarenta e cinco mil reais), em espécie;

III – forma de liberação dos recursos: as liberações dos recursos serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em consonância com o art. 10 da Medida Provisória nº 1.612-21, de 1998, observado o disposto na cláusula sétima do contrato;

IV – forma de pagamento: as parcelas dos recursos liberados serão incorporadas na parcela (P), definida na cláusula quarta do contrato de refinanciamento, nas datas em que ocorrerem as liberações, regendo-se pelas condições daquele instrumento.

Parágrafo único. Se decorridos dezoito meses da data da assinatura do contrato de refinanciamento, o Estado detiver o controle acionário de qualquer instituição financeira, o saldo devedor incorporado, devidamente atualizado, será apartado do saldo devedor de (P) do contrato de refinanciamento e amortizado com base na Tabela Price, sem a observância do limite máximo de comprometimento da Receita Líquida Real – RLR, a que se refere a cláusula quinta daquele instrumento.

Art. 3º A eficácia do contrato de abertura de crédito é condicionada à comprovação pelo Estado da existência de dotação orçamentária para fazer frente aos compromissos assumidos, conforme determina a cláusula sétima desse instrumento.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de dezembro de 1998.
– Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº 112, DE 1998

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado com a

União, em 30 de março de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado do Pará, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 274.495.064,33 (duzentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, sessenta e quatro reais e trinta e três centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado com a União em 30 de março de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado do Pará, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

I – valor da dívida a ser adquirida pela União: R\$ 274.495.064,33 (duzentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, sessenta e quatro reais e trinta e três centavos), constituída do somatório dos saldos devedores dos contratos firmados com a Caixa Econômica Federal – CEF, inclusive os concedidos com amparo nos Votos CMN nºs 162 e 175, de 1995, e 122, de 1996, atualizados até a data de assinatura do contrato;

II – valor refinanciado: do total da dívida assumida será deduzida a parcela de R\$ 13.335.047,17 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e dezessete centavos), que corresponde ao subsídio concedido pela União ao Estado, nos termos do art. 3º, § 4º, da Lei nº 9.469, de 11 de setembro de 1997, restando o valor de R\$ 261.160.017,16 (duzentos e sessenta e um milhões, cento e sessenta mil, dezessete reais e dezesseis centavos), que constitui o montante do refinanciamento;

III – o Contrato de Refinanciamento estabelece que o saldo devedor do financiamento a ser concedido pela União com base na Medida Provisória nº 1.612-21, de 5 de março de 1998, para reduzir a presença do Estado na atividade financeira bancária, até o valor de R\$ 97.500.000,00 (noventa e sete milhões e quinhentos mil reais), incorporar-se-á ao saldo devedor da parcela a ser refinanciada pelo referido contrato de refinanciamento, regendo-se pelas suas condições, exceto quanto à taxa nominal de juros, que para o contrato de abertura de crédito é de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

IV – encargos:

a) **juros:** 7,5% a.a. (sete inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

b) **atualização do saldo devedor:** pela variação positiva do IGP-DI;

V – prazo: 360 (trezentas e sessenta) prestações mensais e consecutivas;

VI – garantias: as receitas próprias do Estado, as transferências constitucionais e os créditos de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

VII – condições de pagamento:

a) **amortização:** em 360 (trezentas e sessenta) parcelas mensais, pela Tabela Price, limitadas ao dispêndio mensal de 1/12 (um doze avo) de 15% (quinze por cento) da Receita Líquida Real do Estado;

b) **amortização extraordinária:** R\$ 26.116.001,72 (vinte e seis milhões, cento e dezesseis mil, um real e setenta e dois centavos), correspondente a 10% (dez por cento) da dívida refinanciada, devidamente atualizada até 30 de março de 1998, na forma da Cláusula Sétima do Contrato, a ser realizada com recursos provenientes da alienação das ações da Centrais Elétricas do Pará S.A. – Celpa, que o Estado se obriga a promover até 30 de novembro de 1998.

§ 1º Se decorridos 18 (dezoito) meses da data da assinatura do Contrato de Refinanciamento, o Estado detiver o controle acionário de qualquer instituição financeira, o saldo devedor incorporado, a que se refere o inciso III deste artigo, devidamente atualizado, será apartado do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento e amortizado com base na Tabela Price, sem observância do limite máximo de comprometimento da Receita Líquida Real a que se refere a Cláusula Quinta do Contrato.

§ 2º O descumprimento pelo Estado do Pará das obrigações constantes do Contrato de Refinanciamento, incluindo atrasos de pagamentos, assim como das metas fiscais e financeiras, acordadas em seu Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, implicará, enquanto persistir o descumprimento, a substituição dos encargos financeiros referidos por encargos equivalentes ao custo médio de colocação da dívida mobiliária federal, acrescido de juros de mora de 1% a.a. (um por cento ao ano), e a elevação do limite de dispêndio mensal para 19,5% (dezenove inteiros e cinco décimos por cento) da Receita Líquida Real do Estado.

Art. 3º O prazo para o cumprimento do disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Quarta do Contrato, a que se refere o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a ser acordado entre o Estado do Pará e a União, é prorrogado para a data de vigor desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de dezembro de 1998.
– Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 1ª Sessão Deliberativa Ordinária em 23 de Fevereiro de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Ronaldo Cunha Lima.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alvaro Dias – Amir Lando –
Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães
– Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur
da Tavola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos
Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casil-
do Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão –
Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emí-
lia Fernandes – Fernando Bezerra – Francelino Pe-
reira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cân-
dido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto
Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo
Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jeffer-
son Peres – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen –
José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra
– José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda
– José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Cam-
pos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio
Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otavio – Luiz Pontes –
Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Sil-
va – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Men-

des – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney
Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo
Souto – Pedro Piva – Ramez Tebet – Roberto Freire
– Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero
Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Se-
bastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana –
Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista
de presença acusa o comparecimento de 74 Srs.
Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Na-
bor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

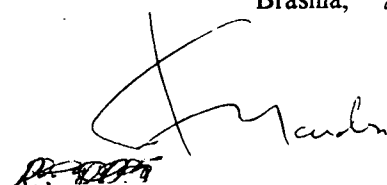
MENSAGEM Nº 64, DE 1999 (nº 150/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos dos arts. 73, § 2º, inciso I, e 84, inciso XV, da Constituição Federal,
submeto à aprovação de Vossas Excelências o nome de WALTON ALENCAR RODRIGUES, para
compor o Tribunal de Contas da União, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do
Ministério Público e decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Átila Álvares da Silva.

Os méritos do Doutor WALTON ALENCAR RODRIGUES, que me induziram a
escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 28 de janeiro de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE
WALTON ALENCAR RODRIGUES

I - DADOS PESSOAIS

- 1.1 - **NOME** : WALTON ALENCAR RODRIGUES
- 1.2 - **FILIAÇÃO** : WILTON HONORATO RODRIGUES e
MARIA DÉCIA ALENCAR RODRIGUES
- 1.3 - **DATA DE NASCIMENTO**: 19.4.1962
- 1.4 - **NATURALIDADE** : GOIÂNIA-GO
- 1.5 - **NACIONALIDADE** : BRASILEIRO
- 1.6 - **ESTADO CIVIL** : CASADO
- 1.7 - **ENDEREÇO** : SQS 106, BLOCO "K", APTO. 203
CEP 70.345-110
- 1.8 - **TELEFONES** : 443.1001(r) 986.4009(c) 223.1364 (t)

II - DOCUMENTAÇÃO

- 2.1 - CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 46-9 TCU
- 2.2 - TÍTULO DE ELEITOR Nº 9.960.410-15
- 2.4 - CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO RA 071012102456
- 2.5 - CADASTRO DE PESSOA FÍSICA Nº 251.810.682-20

III - ESCOLARIDADE

- 3.1 - **PRIMEIRO GRAU**
- 3.1.1 - EXTERNATO SÃO JOSÉ - Goiânia-GO
- 3.1.2 - COLÉGIO MARISTA - Goiânia-GO

- 3.2 - **SEGUNDO GRAU**
3.2.1 - COLÉGIO OBJETIVO - Goiânia-GO

- 3.3 - **SUPERIOR COMPLETO**
3.3.1 - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - Curso de Direito

- 3.4 - **MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO**
3.4.1 - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
3.4.2 - AREA DE CONCENTRAÇÃO EM "DIREITO E ESTADO"
- TEMA DA TESE EM ELABORAÇÃO: "A ECONOMICIDADE COMO CRITÉRIO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".
- Concluídos sessenta e um créditos, do total de cinquenta e nove exigidos.
- Aprovação, em primeiro lugar, em exame prévio de admissão, com provas escritas e orais, além de em língua estrangeira, realizado por banca examinadora composta do Ministro Moreira Alves, do ex-Procurador-Geral da República Dr. Inocêncio Mártires Coelho, do Procurador-Geral da República Dr. Geraldo Brindeiro e do Ministro Torquato Lorena Jardim.

- 3.5 - **LÍNGUA INGLESA**
3.5.1 - SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESA
Curso regular de 7,5 anos - Brasília-DF.
3.5.2 - INTERNATIONAL COMMUNITY SCHOOL
Período de 2 meses - Inglaterra.
3.5.3 - OXFORD HOUSE
Período de 10 semanas - Inglaterra.
3.5.4 - INSTITUTO BRITÂNICO INDEPENDENTE - IBI
Curso preparatório de dois anos para o "Proficiency in English", da Universidade de Cambridge - Inglaterra.

- 3.6 - **LÍNGUA FRANCESA**
3.6.1 - ALIANÇA FRANCESA
Curso básico - Brasília-DF.
3.6.2 - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA FRANCO-BRASILEIRA
Período de 3 anos - Brasília-DF.
3.6.3 - INSTITUTO BRASIL-FRANÇA (IBRAF)
Período de 2 Anos - Brasília-DF.
3.6.4 - ALIANÇA FRANCESA EM PARIS-FRANÇA
Período de 1 mês.
3.6.5 - AULAS PARTICULARES

- 3.7 - **LÍNGUA ALEMÃ**
 - 3.7.1 - INSTITUTO CULTURAL BRASIL-ALEMANHA (GOETHE)
Curso básico completo.
 - 3.7.2 - AULAS PARTICULARES
- 3.8 - **LÍNGUA ITALIANA**
 - 3.8.1 - INSTITUTO DE LÍNGUA ITALIANA
Curso básico completo.
 - 3.8.2 - AULAS PARTICULARES
- 3.9 - **LÍNGUA LATINA**
 - 3.9.1 - Curso por Correspondência do professor Napoleão Mendes de Almeida.
- 3.10 - **LÍNGUA PORTUGUESA**
 - 3.10.1 - Curso por Correspondência do professor Napoleão Mendes de Almeida.
- 3.11 - **CONTABILIDADE**
 - 3.11.1 - Curso promovido pelo Banco do Brasil com a duração de três meses.
- 3.12 - **ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA**
 - 3.12.1 - Curso realizado pelo Senado Federal com a duração de três meses.
- 3.13 - **INFORMÁTICA**
 - 3.13.1 - Vários cursos de pesquisa e operação em terminal, realizados pelo PRODASEN e pela Procuradoria-Geral da República.

IV - CERTIFICADOS E DIPLOMAS

- 4.1 - DIPLOMA DE BACHAREL EM DIREITO EXPEDIDO PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
- 4.2 - CERTIFICADO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
- 4.3 - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE OPERAÇÃO E PESQUISA EM TERMINAL DE COMPUTADOR PRODASEN/SENADO FEDERAL
- 4.4 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO "ADIANTADO I" EM LÍNGUA INGLESA EXPEDIDO PELA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESA
- 4.5 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO "ADIANTADO II" EXPEDIDO PELA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESA

- 4.6 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO "FIRST CERTIFICATE IN ENGLISH" EXPEDIDO PELA "UNIVERSITY OF CAMBRIDGE" - INGLATERRA
- 4.7 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO "PROFICIENCY IN ENGLISH" EXPEDIDO PELA "UNIVERSITY OF CAMBRIDGE" - INGLATERRA
- 4.8 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO "CEFFAL" EXPEDIDO PELA ASSOCIAÇÃO DE CULTURA FRANCO-BRASILEIRA
- 4.9 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA EXPEDIDO PELO SENADO FEDERAL
- 4.10 - CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO 1º CICLO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE 1988 NA OAB-DF
- 4.11 - CERTIFICADO DE "ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO", EMITIDO PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

V - LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

- 5.1 - INGLÊS : lê, fala e escreve
- 5.2 - FRANCÊS : lê, fala e escreve
- 5.3 - ALEMÃO : lê, fala e escreve
- 5.4 - ITALIANO : lê, fala e escreve
- 5.5 - LATIM : noções básicas

VI - APROVAÇÕES EM CONCURSOS PÚBLICOS

- 6.1 - BANCO DO BRASIL (nível médio)
Para a carreira administrativa.
- 6.2 - SENADO FEDERAL (nível médio)
Para a carreira administrativa.
- 6.3 - SENADO FEDERAL (nível superior)
Para o cargo de "Analista Legislativo".
- 6.4 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (nível superior)
Para o cargo de "Técnico Judiciário".
- 6.5 - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (nível superior)
Aprovação, em primeiro lugar, para o ingresso no curso de mestrado.
- 6.6 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
Para o cargo de "Promotor de Justiça".
- 6.7 - CÁMARA DOS DEPUTADOS
Para o cargo de "Assessor Legislativo".
- 6.8 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Para o cargo de "Procurador da República".

- 6.9 - **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
Aprovação, em primeiro lugar, para o cargo de "Procurador do Tribunal de Contas da União".

VII - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 7.1 - **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - CNC**
de 1.11.81 até 1.3.82.
- 7.2 - **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10a. REGIÃO**
de 12.3.82 até 11.11.82.
- 7.3 - **BANCO DO BRASIL S/A**
de 12.11.82 até 17.12.84.
- 7.4 - **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10a. REGIÃO**
de 30.11.84 até 7.8.85, após licenciar-se.
- 7.5 - **SENADO FEDERAL**
de 14.5.85 até 29.11.90.
- 7.6 - **ADVOCACIA**
de 30.8.85 até 29.11.90, tendo representado, perante todos os Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal, o escritório de "Advocacia Gandra Martins".
- 7.7 - **ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL - AEUDF**
Professor de Direito Administrativo I e II, nos anos de 1988 e 1989, durante quatro semestres.
- 7.8 - **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**
Monitoria Superior da disciplina Noções de Direito, no primeiro semestre de 1989.
- 7.9 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL**
de 29.11.90 até 22.2.91.
- 7.10 - **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
de 22.2.91 até 21.11.94, tendo exercido, além do cargo de "Procurador da República", os de "Procurador-Chefe" das Procuradorias da República nos Estados do Acre e de Tocantins, e de "Procurador Regional Eleitoral", nos Tribunais Regionais Eleitorais dos mesmos Estados.
- 7.11 - **MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
desde 22.11.94. Investido inicialmente no cargo de "Procurador do Ministério Público junto ao TCU", após aprovação em primeiro lugar, em concurso público de provas e títulos. Foi promovido, por decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, para o cargo final da carreira de "Subprocurador-Geral", tendo ocupado, por diversos períodos, a chefia do Ministério Público na qualidade de "Procurador-Geral em exercício". No ano de 1988, foi nomeado, por decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, "Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União".

VIII - CHEFIAS EXERCIDAS

- 8.1 - CHEFE DE GABINETE DE JUIZ DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10a. REGIÃO.
- 8.2 - CHEFE DE ADMINISTRAÇÃO DA AUDITORIA DO SENADO FEDERAL.
- 8.3 - PROCURADOR-CHEFE DAS PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS DO ACRE E DE TOCANTINS.
- 8.4 - PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

IX - ARTIGOS E PARECERES PUBLICADOS

- 9.1 - **"A CARTA DE 1988 E O CONCURSO PÚBLICO"**
Publicado no suplemento "Direito & Justiça", do jornal "Correio Braziliense", do dia 21.9.92, e no jornal "A Voz do Advogado", do mês de outubro de 1992.
- 9.2 - **"A AUTONOMIA MUNICIPAL E A PORTARIA 428/92"**
Suplemento "Direito & Justiça", do jornal "Correio Braziliense", do dia 26.10.92.
- 9.3 - **"DA EXCEÇÃO DA VERDADE DE CRIMES PRESCRITOS"**
Suplemento "Direito & Justiça", do jornal "Correio Braziliense", do dia 6.9.93.
- 9.4 - **"A QUESTÃO DA ANISTIA A SERVIDORES PÚBLICOS"**
Suplemento "Direito & Justiça", do jornal "Correio Braziliense", do dia 23.5.94.
- 9.5 - Vários pareceres publicados no Diário Oficial da União e na Revista do TCU, no exercício dos misteres de Ministério Público junto àquela Corte de Contas.

Brasília-DF, 30 de dezembro de 1998.

Walton A. Rodrigues
Walton Alencar Rodrigues

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

MENSAGEM Nº 65, DE 1999
(nº 151/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do parágrafo único, "in fine", do artigo 104, da Constituição Federal, submeto à aprovação de Vossas Excelências o nome de HAMILTON CARVALHIDO, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo destinado a membro do Ministério Público, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Fernandes Dantas.

Os méritos do Doutor HAMILTON CARVALHIDO, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 28 de janeiro de 1999.



CURRICULUM
VITAE

OUTUBRO/98

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

HAMILTON CARVALHIDO - Procurador de Justiça
Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: Rio de Janeiro

Data de nascimento: 10/05/1941

Filiação: Walter Reis Carvalhido e
Evangelina Caravana Carvalhido

INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

- Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Nomeado por concurso público de provas e títulos para o cargo de Defensor Público em 06/10/1966, inicial da carreira do Ministério Público do Estado da Guanabara.

Promovido por merecimento a Promotor Substituto em 30/11/1971

Promovido por merecimento a Promotor Público em 24/03/1976

Promovido por merecimento a Procurador de Justiça em 07/06/1985

Titular da 1ª Procuradoria de Justiça da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça

- Membro eleito do Conselho Superior do Ministério Público em 11/01/1989.

- Membro eleito e reeleito para o Órgão Especial do Colegió de Procuradores de Justiça em 06/06/1991 e 09/08/1993, respectivamente.

- Membro nato do Órgão Especial no Colégio de Procuradores de Justiça.
- Nomeado 1º Subprocurador-Geral de Justiça no período de 02/03/1994 a 19/01/1995.
- Nomeado **Procurador-Geral de Justiça**, eleito para o biênio 95/97 e reeleito para o biênio 97/99.
- Presidente eleito do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil (1998).

MAGISTÉRIO SUPERIOR

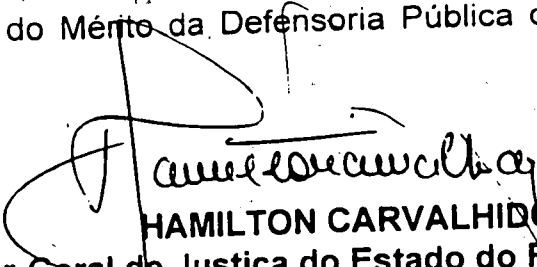
- Professor da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro.
- Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis.

ATIVIDADES CULTURAIS

- Membro da Academia Petropolitana de Letras Jurídicas.
- Fundador do Centro de Estudos e Pesquisas do Menor do Juizado de Menores do Estado do Rio de Janeiro.
- Membro de Bancas Examinadoras de Concursos para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- Painelista no "II Congreso Interamericano del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo - CLAD sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública" - Isla de Margarita - Venezuela, 15 a 18 de outubro de 1997.
- Membro integrante da Comitiva da Procuradoria-Geral da República na "Reunión Extraordinaria de la Asociación Interamericana del Ministerio Público - Estados Unidos Mexicanos - México - DF" 25 a 27 de novembro de 1997.
- Membro integrante da Comitiva da Procuradoria-Geral da República na "3rd Annual Conference and General Meeting of the International Association of Prosecutors" - Dublin - Irlanda, de 1 a 5 de setembro de 1998.

COMENDAS

- Colar do Mérito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Comenda da Ordem Estadual do Mérito Renascença do Piauí
- Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- Medalha do Mérito do Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro
- Medalha Cavalcanti de Gusmão
- Medalha do Mérito do Tribunal da Relação
- Medalha de Honra ao Mérito Campos Neto
- Medalha do Mérito da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Grau de Presidente de Honra do Centro de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Colar do Mérito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro
- Medalha do Mérito do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil
- Brasão do Ministério Público do Estado da Paraíba
- Medalha do Mérito Institucional do Ministério Público do Estado do Pará
- Medalha do Mérito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro



HAMILTON CARVALHO

Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Tels.: (021) 550-9045/550-9046/550-9047

Fax: (021) 550-9044/550-9054

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

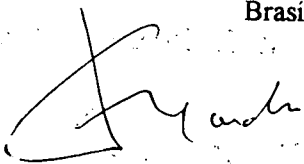
MENSAGEM Nº 71, DE 1999
(nº 158/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CELSO LUIZ NUNES AMORIM, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

Os méritos do Embaixador CELSO LUIZ NUNES AMORIM, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de fevereiro de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

EM Nº 36 /DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 2 de fevereiro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do

Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre a OMC-Organização Mundial do Comércio, sediada em Genebra, e Curriculum-vitae do Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Ministro de Primeira Classe CELSO LUIZ NUNES AMORIM

Santos/SP, 03 de junho de 1942.

Filho de Vicente Matheus Amorim e Beatriz Nunes Amorim.

Diploma de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Academia Diplomática de Viena.

CPCD, IRBr.

Professor de Expressão e Redação Profissional, IRBr, 1976.

Diretor-Geral da EMBRAFILME, 1979/82.

Professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade de Brasília, UnB, 1977/79.

Representante Titular do Ministério das Relações Exteriores junto ao Conselho Nacional de Cinema (CONCINE).

Assessor de Cooperação e Programas Especiais do Ministério da Ciência e Tecnologia, 1985/87.

Secretário Especial de Assuntos Internacionais - Ministério da Ciência e Tecnologia, 1987/88.

Terceiro Secretário, 05 de fevereiro de 1965.
Segundo Secretário, antigüidade, 03 de novembro de 1967.
Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.
Conselheiro, merecimento, 21 de setembro de 1977.
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 26 de junho de 1980.
Ministro de Primeira Classe, merecimento, 18 de dezembro de 1989.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa Ocidental, 1965.
Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Planejamento Político, 1967.
À disposição do Assessor Especial do Ministro de Estado, 1975.
Assessor do Ministro de Estado, 1976/77.
Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1977/79.
Chefe do Departamento Cultural, 1989/90.
Chefe do Departamento Econômico, 1990/91.
Secretário-Geral das Relações Exteriores, 1993.
Ministro de Estado das Relações Exteriores, 1993/94.

Londres, Cônsul-Adjunto, 1968/69.
Londres, Segundo Secretário, 1969/71.
Washington, OEA, Segundo Secretário, 1972/73.
Washington, OEA, Primeiro Secretário, 1973/74.
Washington, OEA, Encarregado de Negócios, a.i., 1973.
Haia, Ministro-Conselheiro, 1982/83.
Haia, Encarregado de Negócios, a.i., 1983.
Genebra, Delegação Permanente, Embaixador, 1991/93.
Nova York, Missão do Brasil junto à ONU, 1995/99.

III Reunião de Grupo Misto de Cooperação Industrial Brasil-Espanha, Madri, 1965 (membro).
Conferência sobre Desenvolvimento, Universidade de Cambridge, 1969 (observador).
Conferência Interamericana Especializada sobre Ciência e Tecnologia (CACTAL), Brasília, 1972 (assessor).
II Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1972 (delegado).
LXVIII Reunião do Comitê Executivo da OPAS, Washington, 1972 (delegado-suplente).
Reunião de Técnicos Governamentais da CACTAL, Washington, 1972 (assessor).
III Período Ordinário de Sessões da OEA, Washington, 1973 (delegado).
VIII Reunião Anual do CIES, Bogotá, 1973 (delegado).
XV CEPAL, Quito, 1973 (delegado).
LIV Sessão do ECOSOC, Nova York, 1973 (delegado).
Reunião do Comitê Diretivo Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo, Washington, 1973 (representante-suplente).
Reunião de Técnicos Governamentais em Propriedade Industrial, Washington, 1973 (delegado).
IV Reunião Ordinária da CECON, Washington, 1973 (delegado).
II Reunião de Consulta da CECON sobre Negociações Comerciais Multilaterais, Washington, 1973 (delegado).

II Período de Reunião da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington, 1973 (delegado).

III Reunião Extraordinária da CECON, Washington, 1974 (chefe).

IX Reunião Anual do CIES, Quito, 1974 (delegado).

IV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Atlanta, 1974 (delegado).

Colóquio sobre Aspectos Legais da Cooperação Interamericana, Georgia, 1974 (participante).

V Período de Reunião da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington, 1974 (delegado).

XV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, Quito, 1974 (assessor).

Seção Preparatória do Grupo de Trabalho sobre Empresas Transnacionais (Novo Diálogo), Washington, 1974 (delegado).

Sub-Chefe da Delegação Brasileira na II Conferência de Ministros Encarregados da Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento na América Latina e Caribe - CASTALAC II, Brasília, 1985.

Chefe da Delegação brasileira no encontro de Funcionários Governamentais, Cientistas e Empresários do Brasil e da Argentina, vinculados à área de Biotecnologia, Argentina, 1985.

Membro da delegação brasileira na Reunião Ministerial das partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT, Punta del Este, 1986.

Membro da delegação brasileira nos entendimentos com o Governo dos Estados Unidos sobre assuntos do relacionamento econômico-comercial, Paris, 1986.

Chefe da Subcomissão Intergovernamental Brasil-URSS de Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica, Brasília, 1986.

Chefe da missão do Ministério da Ciência e Tecnologia para entendimentos com autoridades do Governo da República Democrática Alemã e República Popular da Hungria, 1988.

Participação na Tokyo Roundtable on Informatics Revolution organizada pela North-South Roundtable for International Development, Japão, 1987.

Chefe da Delegação brasileira na VII Reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, 1989.

Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, 1993.

Grã-Cruz da Ordem do Mérito das Forças Armadas, 1993.

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar, 1993.

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aeronáutico, 1993.

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval, 1993.

Prêmio Rio Branco, Medalha de Vermeil, IRBr.

Prêmio Lafayette Carvalho e Silva, Instituto Rio Branco.

Medalha do Mérito Santos Dumont, 1989.

Medalha do Mérito Tamandaré, 1989.

Grande Oficial da Ordem de Orange-Nassau, 1985.


~~Eduardo Prisco Paraiso Ramos~~
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) Informação ao Senado Federal

Brasília, Janeiro de 1999

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO – OMC

A Organização Mundial de Comércio (OMC) iniciou seus trabalhos em 1º de janeiro de 1995, com a entrada em vigor de seu Acordo Constitutivo para diversos países signatários, dentre eles o Brasil. A OMC vem a suceder o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (conhecido pela sigla inglesa GATT), assinado em 1947, que, desde então, pela negociação e aplicação de um conjunto de regras e princípios, vinha constituindo-se no principal foro de regulação e de tratamento das questões relacionadas ao comércio internacional.

O GATT foi, de 1947 a 1994, um organismo provisório, não reconhecido oficialmente como organização internacional. Os países signatários reuniam-se, como Partes Contratantes do Acordo, para a condução dos trabalhos relacionados com as rodadas de negociação, com o acompanhamento da implementação dos compromissos assumidos em matéria de política comercial e com o mecanismo de solução de controvérsias. Dedicava-se o GATT, sobretudo, ao tratamento de questões bilaterais ou multilaterais relacionadas com o comércio de bens, que privilegiava a solução dos contenciosos e a eliminação das barreiras ao comércio por meio da negociação entre as partes contratantes.

Como resultado das rodadas de negociação na esfera do GATT, um grande número de países de maior expressão no comércio internacional reduziu e consolidou a totalidade de suas tarifas para produtos industrializados, o que contribuiu para dar maior previsibilidade, estabilidade, segurança e impulso ao crescimento do comércio desses produtos nos últimos cinquenta anos. Até a Rodada Tóquio (1973-1979), a participação dos países em desenvolvimento baseou-se no princípio da reciprocidade relativa, sobretudo em matéria de concessões tarifárias. Se, por um lado, este princípio

permitiu ao Brasil consolidar número reduzido de tarifas de importação, a não-reciprocidade dava aos países em desenvolvimento pouco poder de barganha para obter dos países desenvolvidos concessões expressivas em produtos de seu maior interesse exportador (têxteis, produtos tropicais, siderúrgicos, calçados, etc).

Na área agrícola, igualmente, os resultados foram sempre menos expressivos, na medida em que os principais parceiros comerciais (os EUA, a União Européia e o Japão) sempre levantaram obstáculos à negociação de um processo de redução da proteção e dos subsídios concedidos à agricultura.

Paralelamente, foram firmados códigos plurilaterais de conduta em matéria de política comercial, com o estabelecimento de disciplinas detalhadas para a aplicação de medidas de defesa comercial, tais como antidumping e medidas compensatórias, métodos de valoração aduaneira e aspectos relacionados com compras governamentais. Estes porém não eram baseados no princípio da não-discriminação e aplicavam-se apenas às partes contratantes que optaram por assiná-los.

Com o lançamento da Rodada Uruguai, em 1986, as PARTES CONTRATANTES do GATT concordaram com a expansão das áreas de competência daquele organismo, de modo a contemplar novos temas tais como o comércio de serviços, direitos de propriedade intelectual e medidas de investimentos. A Rodada Uruguai, que somente foi concluída em 1994, resultou na assinatura, em Marraqueche, do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, que incorporou (com emendas) o texto do Acordo Geral (GATT) e a ele anexou Acordos nos novos temas referidos. Também incorporou os códigos plurilaterais, que davam maior detalhamento a diversos artigos do GATT, ao ordenamento jurídico multilateral, em bases não-discriminatórias. Na área do comércio de bens, foram firmados acordos em matérias tais como: agricultura, têxteis, antidumping, subsídios e medidas compensatórias, salvaguardas, barreiras técnicas, solução de controvérsias, licenças de importação e regras de origem, entre outros, além da incorporação de amplas listas de concessões tarifárias.

Ao contrário do ocorrido nas rodadas anteriores, o princípio da reciprocidade relativa para os países em desenvolvimento foi menos efetivo na Rodada Uruguai e resultou, no campo das tarifas, sobretudo, em amplas consolidações das pautas de importação daqueles membros. O tratamento diferenciado materializou-se, basicamente, sob a forma de consolidações em níveis mais elevados do que o efetivamente vigente, concedendo aos países em desenvolvimento espaço para ajustes conjunturais que se mostrem

necessários. No caso do Brasil, as tarifas foram consolidadas, na maioria dos casos, no nível de 35%, com exceções, para cima ou para baixo.

Em contrapartida, a média ponderada das tarifas vigentes nos principais mercados decresceu em cerca de 30%; foram obtidas concessões em setores considerados sensíveis, tais como calçados, não-ferrosos e papel; e o setor têxtil foi objeto de acordo que prevê sua reincorporação às regras multilaterais em um período de 10 anos. Quanto à agricultura, embora com resultados bem mais modestos, a Rodada teve o mérito de criar um primeiro conjunto de disciplinas para um setor que jamais se submetera a regras multilaterais anteriormente. Ficou igualmente acordado que as negociações nessa área deveriam prosseguir a partir de 1999.

A OMC passou a ser responsável, portanto, pelo tratamento de questões mais amplas do que o antigo GATT e, tendo sido reconhecido seu *status* de organização internacional, adquiriu maior peso político do que o foro que a precedeu. Conta hoje com 133 membros, participação que aumenta constantemente, com inúmeros processos de acessão em curso. Entre estes, encontram-se os da China e da Rússia, o primeiro deles já em estágio bastante avançado.

Também sua esfera de competência tem sido objeto de propostas de expansão, o que motivou a criação, na Reunião Ministerial de Cingapura, a primeira da OMC pós-Marraqueche, de grupos de trabalho para examinar os vínculos entre comércio e meio ambiente, comércio e investimento, comércio e políticas de concorrência e transparência nas práticas relacionadas a compras governamentais. Estes grupos têm por objetivo efetuar um trabalho informativo e analítico que permita à III Reunião Ministerial da OMC, a ocorrer em fins de 1999, nos Estados Unidos, pronunciar-se a respeito da necessidade de elaboração de disciplinas multilaterais adicionais nessas áreas. Outros temas, tais como a regulamentação do comércio eletrônico, também vem recebendo atenção especial no âmbito da Organização.

As funções desempenhadas pela OMC poderiam ser assim resumidas:

a) Administração e monitoramento dos Acordos:

Na esfera de seus Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalho, são conduzidas as tarefas de acompanhamento da implementação dos Acordos resultantes da Rodada Uruguai, com vistas a favorecer a transparência e a não-discriminação na aplicação de políticas e medidas que afetem o comércio internacional. São feitos igualmente exames das legislações nacionais

adotadas para implementação dos compromissos assumidos no âmbito da OMC e, em diversas áreas, são previstas revisões dos Acordos, para eventuais propostas de alteração, caso necessárias.

b) Foro para Negociações Comerciais:

Assim como o antigo GATT, a OMC mantém como proposta a continuidade do processo de negociação, com vistas à liberalização do comércio de bens e serviços, pela eliminação ou redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias e pela criação ou aprimoramento das disciplinas relacionadas com a aplicação de medidas de política comercial.

Já se encontra em discussão a eventualidade do lançamento, possivelmente no ano 2000, de uma nova rodada de negociação, a chamada Rodada do Milênio, a qual, desejam seus defensores, seria ampla em termos de cobertura de produtos e temas.

Independentemente de uma rodada, a OMC representa um foro permanente de negociação e, conforme previsto, prosseguem as negociações em matéria de comércio de serviços, com vistas ao aprimoramento de algumas disciplinas do Acordo (salvaguardas e compras governamentais) e ao estabelecimento de compromissos específicos em setores previamente acordados.

Também de acordo com o estabelecido em Marraqueche, os compromissos no setor agrícola deverão ser objeto de revisão, a partir de 1999. Esta é, inclusive, uma das razões para a defesa, pela União Européia, da idéia de lançamento de uma nova rodada de negociações, a qual, no entender daquele grupo de países, possibilitaria, por meio de inclusão da agricultura no bojo de um conjunto de temas a serem negociados, contornar as resistências, hoje existentes, a um exercício isolado de liberalização no setor mais sensível da economia européia.

c) Foro para Solução de Controvérsias:

A exemplo do que ocorria com o antigo GATT, a OMC não é um tribunal com autoridade supranacional e suas recomendações não têm caráter mandatório (habilitam, porém, a parte vencedora do litígio a exigir da parte perdedora, sob pena de retaliação, a adoção de medidas que alterem a situação anterior que prejudicava os interesses comerciais da parte vencedora). Permanece sendo um organismo que privilegia a negociação e o entendimento entre as partes e, neste sentido, dispõe de um mecanismo que prevê consultas entre Governos com vistas a obter uma solução mutuamente satisfatória. Caso esta não seja encontrada, os membros envolvidos podem solicitar o estabelecimento de um Grupo Especial ("panel"), o qual deverá apresentar conclusões e recomendações a respeito do tema objeto da controvérsia.

Contrariamente ao GATT, contudo, a OMC baseia-se, para a aprovação das recomendações dos "panels", no princípio do consenso negativo, ou seja, a menos que todos os membros discordem das recomendações, estas são aprovadas. Tal princípio, juntamente com a fixação de prazos e procedimentos ágeis, deu à nova organização maior força política, na medida em que o atual mecanismo retira da parte derrotada o antigo poder de veto e impede a utilização de manobras dilatórias.

Embora seja restrito aos Governos, o mecanismo de solução de controvérsias têm-se revelado eficiente não somente para resolver contenciosos bilaterais ou plurilaterais em matéria de política comercial, mas também para inibir a adoção, sobretudo pelas grandes potências, de medidas unilaterais.

d) Monitoramento de políticas comerciais nacionais:

Com a criação do Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais, são realizados, periodicamente, exames das políticas comerciais dos países membros da OMC. O Secretariado efetua visitas aos países que serão examinados e coleta informações a respeito de legislação, medidas e práticas relacionadas com política comercial, as quais são examinadas e comentadas pelos diversos membros, o que favorece a transparência e a verificação do cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito de todos os acordos da OMC. Embora não resulte em "condenação" ou recomendações, o exercício de revisão têm-se mostrado de grande utilidade para dar aos membros um maior conhecimento das políticas, medidas e barreiras adotadas pelos diversos países, o que constitui importante subsídio para eventuais questionamentos no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias.

e) Países em desenvolvimento: monitoramento da implementação das disposições relativas a países em desenvolvimento, assistência técnica e treinamento:

Nas primeiras rodadas de negociação do antigo GATT, a atuação desses países teve peso bastante relativo, na medida em que o número de partes contratantes era mais reduzido e a participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial era ainda menos expressiva. Não obstante, foi possível introduzir o princípio de tratamento diferenciado e mais favorável para países em desenvolvimento, o qual assumiu a forma de compromissos menores em matéria de consolidação e redução tarifária, prazos mais dilatados para implementação de compromissos e obrigações e, sobretudo, a chamada "cláusula de habilitação" que permitiu a concessão pelos países desenvolvidos de preferências tarifárias aos produtos de países em desenvolvimento e a negociação de preferências entre os países em desenvolvimento (acordos globais ou regionais).

Para o monitoramento da implementação das disposições relacionadas com tratamento especial e diferenciado, foi criado o Comitê de Comércio e Desenvolvimento do GATT (CTD), o qual, na nova estrutura da OMC, permanece desempenhando aproximadamente as mesmas funções. Além disso, ao CTD compete sugerir linhas de ação em matéria de cooperação técnica, incremento da participação dos países em desenvolvimento no sistema multilateral de comércio, aumento da capacidade de reagir à erosão das preferências outorgadas a seus produtos e de ajustar-se a novas oportunidades de mercado.

Em matéria de cooperação técnica, o objetivo da OMC concentra-se na formação de pessoal para atuação na área de política comercial, na condução de negociações comerciais e na criação ou aprimoramento de instituições governamentais em países em desenvolvimento ou de economias em transição para economia de mercado.

Dos cento e trinta e três membros atuais, cem são países em desenvolvimento, número que deverá estimular estes países a buscar uma atuação mais efetiva nas futuras tomadas de decisão no seio da OMC.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA:

O Brasil fez parte do primeiro grupo de vinte e três países signatários do antigo GATT e também foi membro fundador da OMC. Apesar de sua presença relativamente menor no comércio internacional (o Brasil respondia, em 1997, por 1.1% das transações comerciais internacionais, constituindo-se no 26º maior exportador mundial e 21º importador), a sua atuação nos dois foros de comércio foi sempre expressiva, tendo muitas vezes assumido posições de liderança entre os países em desenvolvimento. Garantiu, portanto, o Brasil sua participação no processo de consulta e negociação, muitas vezes conduzido, em suas fases cruciais, por grupos reduzidos de membros.

A experiência brasileira tem sido reconhecida também pela escolha de seus representantes para o desempenho, ao longo da vigência dos dois organismos, de funções tais como presidências de grupos negociadores e comitês, a presidência do Conselho de Representantes do GATT e do Conselho Geral da OMC, do Comitê de Comércio e Desenvolvimento e do Órgão de Solução de Controvérsias. Recentemente, no processo de consultas para a escolha do novo Diretor-Geral, o Representante Permanente do Brasil foi escolhido para conduzir os contatos com os diversos membros com vistas a possibilitar a tomada de decisão a respeito.

Em sua atuação nos trabalhos regulares e nas rodadas de negociação, o Brasil tem perseguido o objetivo de buscar a progressiva liberalização do

comércio para seus produtos de exportação e maior transparência e previsibilidade às medidas de política comercial que afetem seus produtos, de assegurar tratamento diferenciado e mais favorável aos países em desenvolvimento, de coibir a adoção de medidas discriminatórias ou unilaterais, de resguardar as posições de seu interesse em contenciosos bilaterais e neutralizar eventuais efeitos negativos de iniciativas regionais sobre o desempenho exportador brasileiro.

O Brasil tem utilizado regularmente o mecanismo de solução de controvérsias do GATT e da OMC, no qual obteve êxito nas teses que defendeu, já sob a vigência da OMC, em casos contra os Estados Unidos (gasolina) e Filipinas (coco ralado). Também tem sido solicitado por aquele mecanismo, como no caso, ora em curso, em que é demandado pelo Canadá (aviões da Embraer).

Caso seja efetivamente lançada a nova rodada de negociações, pretende o Brasil dela participar ativamente, com vistas a tentar influir na elaboração de novas regras e procedimentos da OMC, pautando-se pelos objetivos de fortalecimento do sistema multilateral de comércio, de crescente integração dos países em desenvolvimento, de redução das assimetrias de direitos e obrigações do atual sistema e de eliminação de barreiras ao comércio de produtos agrícolas e outros de interesse exportador brasileiro.

As disciplinas acordadas no âmbito da OMC cobrem hoje praticamente todas as áreas relacionadas com o comércio de bens e serviços e têm influência fundamental no processo decisório de todos os atores de peso no cenário internacional em matéria de política comercial. Em que pese as limitações que as regras da OMC trazem para a liberdade de atuação dos governos em matéria comercial, é amplamente reconhecida a vantagem que o sistema multilateral de comércio representa em termos de incremento da estabilidade, previsibilidade e não-discriminação dos mecanismos nacionais de administração de importações, além dos resultados obtidos em matéria de redução das barreiras ao comércio e de constrangimento ao recurso a medidas unilaterais. Esta realidade reflete-se, inclusive, no crescente interesse de países atualmente não-membros da Organização em iniciar ou dar seguimento a seus processos de acesso.

A tendência parece ser, portanto, de progressivo aumento da gama de produtos, matérias e países cobertos pelas disciplinas e compromissos acordados na esfera da OMC, o que torna a atuação constante e efetiva da representação brasileira fundamental para a defesa dos interesses comerciais e de desenvolvimento do Brasil no contexto internacional.

Informações Gerais

Diretor-geral da OMC: Renato Ruggero (Itália) - até abril de 1999

Presidente do Conselho Geral: John Weeks (Canadá)

Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias: Kamel Morjane (Tunísia)

**Sede da OMC: 154, Rue de Lausanne
CH-1211 Genebra 21**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

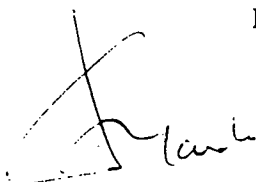
MENSAGEM Nº 72, DE 1999
(nº 169/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto no 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GELSON FONSECA JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

Os méritos do Embaixador Gelson Fonseca Júnior, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de fevereiro de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

EM Nº 37 /DP/ARC/G-MRE/APES

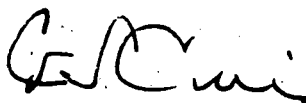
Brasília, 2 de fevereiro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **Gelson Fonseca Júnior**, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre a Missão do Brasil junto às Nações Unidas, sediada em Nova York, e **Curriculum-vitae** do Embaixador **Gelson Fonseca Júnior**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

Ministro de Primeira Classe Gelson Fonseca Júnior

Rio de Janeiro/RJ, 6 de setembro de 1946.

Filho de Gelson Fonseca e Cecília Baker Fonseca.

CURSOS

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, Universidade do Estado da Guanabara, 1969.
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1968-1969.
Mestrado em Assuntos Latino-americanos, Georgetown University, 1976.
Curso de Altos Estudos, IRBr, 1981.

ATIVIDADES DOCENTES

Professor de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 1979.
Professor de Relações Internacionais, CPCD, IRBr, 1979-1999.
Examinador do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr, 1980-1987.
Membro da Banca do Curso de Altos Estudos, 1984-1993.
Membro da Banca da Prova de Questões Internacionais ao Concurso Vestibular para o CPCD, 1987.
Professor dos Cursos IRBr-UNITAR em Cabo Verde e Guiné-Bissau, 1983.
Professor convidado da FLACSO-RIAL na área de planejamento político, Costa Rica, 1986-1988 e em Honduras, Guatemala e El Salvador, 1988.
Palestras na PUC-RJ, na USP, na Universidade Mackenzie, na UnB, na Escola de Governo, na Escola de Guerra Naval, Universidade Cândido Mendes.
Participante das reuniões do Fórum Euro-Latino-Americano, em São Paulo, 1991, Lisboa, 1992, Algarve, 1997, Londres, março-1998, Lisboa, maio 1998.
Mediador da Mesa Redonda sobre Revisão Constitucional: O Estado Mínimo de Bem-Estar Social, O Globo, 17 de agosto de 1993.
Seminário: "Las políticas exteriores de Brasil y Argentina a un mundo en transición: diversidad, convergencia y complementaridad", Buenos Aires, 3, 4, 5 setembro, 1993.
"Apresentação sobre "A profissionalização, o recrutamento, aperfeiçoamento e especialização".
Diretor do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 1987-1990.

CARREIRA

Terceiro Secretário, 03 de fevereiro de 1970.
Segundo Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.
Primeiro Secretário, merecimento, 30 de outubro de 1977.
Conselheiro, merecimento, 23 de janeiro de 1980.
Ministro de Segunda Classe, merecimento, junho de 1984.
Ministro de Primeira Classe, merecimento, 18 de junho de 1991.

FUNÇÕES DIPLOMÁTICAS

Auxiliar do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970-1973.
Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973.
Assistente do Chefe da Divisão da África -II, 1976-1977.
Assessor do Ministro de Estado das Relações Exteriores, 1977-1984 (Assessoria de Imprensa), 1977-1979 e Membro da Equipe de Planejamento Político, 1979-1984.
Chefe da Divisão Especial de Organização, Modernização e Método, 1985.
Coordenador de Assuntos Bilaterais da Secretaria Geral das Relações Exteriores, 1985-1987.
Chefe de Gabinete do Secretário Geral das Relações Exteriores, 1988-1990.
Assessor Diplomático da Secretaria Geral da Presidência da República, 1990-1992.
Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, 1993-1994.
Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, 1995-1999.

MISSÕES

Washington, Segundo Secretário, 1973-1976.
I Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1970 (Membro da delegação).
III Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1971 (Assessor).
I Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, San José, Costa Rica, 1971 (Assessor).
II Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1972 (Assessor).
XV Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, Bogotá, 1973 (Assessor).
Comitivas do Ministro de Estado das Relações Exteriores às Assembleias Gerais da ONU, 1977 e 1978 (Assessor).
Comitiva da visita presidencial ao México, 1978 (Assessor).
Comitiva da visita presidencial à Venezuela, 1978 (Assessor).
Comitiva da visita do Ministro de Estado a Cuba, 1987 (Assessor).
Comitiva da visita do Secretário Geral das Relações Exteriores à Argentina, 1987 (Membro).
Comitiva da visita do Presidente eleito à Argentina, Paraguai, Uruguai, Estados Unidos, Japão, União Soviética, Alemanha, França, Inglaterra, Portugal e Espanha, 1990 (Assessor).

Como Assessor Diplomático, integrou, em 1991, as comitivas das visitas presidenciais à Argentina, Nova York (Assembleia Geral da ONU), Tchecoslováquia, Venezuela (Grupo do Rio), Itália e Áustria (AIEA), Antártida, Espanha, Suécia, Noruega, México (Cúpula Ibero-Americana), Angola, Moçambique, Namíbia, Estados Unidos, Nova York (Assembleia Geral da ONU), Colômbia (Grupo do Rio), Itália e Áustria (AIEA). Na mesma condição, integrou em 1992, as comitivas às seguintes visitas presidenciais: Argentina (Mercosul), Espanha (Cúpula Ibero-Americana), Bolívia, 1992.

Como Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, integrou, no período 1995-1999, as comitivas das seguintes visitas presidenciais:

2 a 4 março 1995	CHILE	Visita oficial
17 a 22 abril 1995	EUA	Visita de Estado / Contatos com empresários, acadêmicos, e com os Secretários-Gerais da ONU e da OEA, e dirigentes do BID, BIRD e FMI
5 a 8 maio 1995	REINO UNIDO	Comemoração do Cinquentenário do Término da Segunda Guerra Mundial
4 e 5 julho 1995	VENEZUELA	Comemoração da data nacional venezuelana e discussão da agenda bilateral
7 e 8 julho 1995	ARGENTINA	Cerimônias de posse do Presidente Carlos Saúl Menem
18 a 22 julho 1995	PORTUGAL	Visita de Estado / IIª Cimeira bilateral Luso-Brasileira
27 e 28 julho 1995	PERU	Cerimônias de posse do Presidente Alberto Fujimori
4 e 5 agosto 1995	PARAGUAI	VIII Reunião do Conselho do Mercado Comum
14 a 16 setembro 1995	BELGICA	Visita oficial à Bélgica / Encontros com o Presidente da Comissão da União Europeia e o Presidente do Parlamento Europeu
17 a 21 setembro 1995	ALEMANHA	Visita de Estado
16 e 17 outubro 1995	ARGENTINA	V Cúpula Ibero-Americana (San Carlos de Bariloche)
22 a 24 outubro 1995	EUA	Sessão Especial da Assembleia Geral - Cinquentenário da ONU (Nova York)
5 a 8 novembro 1995	ARGENTINA	V Reunião de Cúpula do G-15 (Buenos Aires)
22 a 28 janeiro 1996	ÍNDIA	Visita oficial
18 a 21 fevereiro 1996	MÉXICO	Visita de Estado
9 a 10 março 1996	EUA	Inauguração da Cátedra "Joaquim Nabuco" da Universidade de Stanford (São Francisco)
11 a 17 março 1996	JAPÃO	Visita de Estado
7 a 10 abril 1996	ARGENTINA	Visita de Estado
24 e 25 junho 1996	ARGENTINA	X Reunião do Conselho do Mercado Comum (Buenos Aires e San Luis)
16 a 18 julho 1996	PORTUGAL	Reunião de Chefes de Estado e de Governo para a criação da CPLP
9 a 11 novembro 1996	CHILE	VI Cúpula Ibero-Americana (Santiago e Viña del Mar)
24 e 25 novembro 1996	ANGOLA	Visita oficial
25 a 28 novembro 1996	ÁFRICA DO SUL	Visita oficial
7 e 8 dezembro 1996	BOLÍVIA	Reunião de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável (Santa Cruz de la Sierra)
8 a 10 fevereiro 1997	REINO UNIDO	Visita de trabalho / Conferência "Link into Latin America"

11 a 13 fevereiro 1997	ITALIA	Visita de Estado
14 fevereiro 1997	VATICANO	Visita de Estado
21 a 24 abril 1997	CANADA	Visita de Estado
4 a 6 maio 1997	URUGUAI	Visita de Estado
19 junho 1997	PARAGUAI	XII Reunião do Conselho do Mercado Comum (Assunção)
21 a 24 junho 1997	EUA	Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre Meio Ambiente (Nova York)
25 julho 1997	BOLÍVIA	Assinatura do contrato para início das obras do gasoduto Brasil-Bolívia (Puerto Suárez)
22 e 23 agosto 1997	PARAGUAI	XI Reunião de Cúpula do Grupo do Rio (Assunção)
30 setembro a 2 outubro 1997	CHILE	Visita bilateral e XII Reunião do "Pacific Economic Cooperation Council", da APEC
6 e 7 novembro 1997	COLÔMBIA	Visita para encontro presidencial em Cartagena das Índias
8 novembro 1997	VENEZUELA	VII Cúpula Ibero-Americana (Ilha Margarita)
25 novembro 1997	GUIANA FRANCESA	Visita encontro presidencial em Saint Georges de l'Oyapock
1 a 5 dezembro 1997	REINO UNIDO	Visita de Estado
14 e 15 dezembro 1997	URUGUAI	XIII Reunião do Conselho do Mercado Comum (Montevideu)
27 a 29 janeiro 1998	SUIÇA	Visita oficial
30 e 31 janeiro 1998	SUIÇA	Fórum Econômico Mundial (Davos)
17 de abril 1998	BOLÍVIA	Visita oficial (encontro presidencial em Santa Cruz de la Sierra)
18 e 19 abril 1998	CHILE	II Cúpula das Américas (Santiago)
20 a 22 abril 1998	ESPANHA	Visita de Estado (originalmente prevista para 20-25/4; interrompida em 22/4)
16 a 18 maio 1998	ESPANHA	Visita de trabalho
19 e 20 maio 1998	SUIÇA	Comemorações do 50º aniversário do GATT (Genebra)
21 e 22 maio 1998	PORTUGAL	Visita para contatos bilaterais e participação na abertura da Exposição Universal de 1998
6 a 9 junho 1998	EUA	Visita para encontro com o Presidente Clinton (Camp David) e participação na Sessão Especial sobre Drogas da Assembléia Geral da ONU (Nova York)
23 e 24 junho 1998	ARGENTINA	XIV Reunião do Conselho do Mercado Comum e Reunião de Cúpula do Mercosul (Ushuaia)
14 e 15 agosto 1998	PARAGUAI	Posse do Presidente Raúl Cubas Grau
16-19 outubro 1998	PORTUGAL	VIII Cúpula Ibero-Americana (Porto)
23 novembro 1998	VENEZUELA	Encontro bilateral (Santa Elena de Uairén) / inauguração da pavimentação da BR-174

PUBLICAÇÕES

"Studies on International Relations in Brazil: Recent Times 1950-1980", Millenium: Journal of International Studies, vol. 16 no.2.

"Notas sobre a Ordem Internacional", Contexto Internacional, no. 6, jul-dez, 1987.

Com Valdemar Carneiro Leão (organizadores), Temas de Política Externa, Brasília, IPRI, 1989.

"Notas sobre a Multipolaridade Contemporânea", Contexto Internacional, No. 11, jan-jul, 1990.

"Sobre Poder e Legitimidade nas Relações Internacionais", in A Nova Ordem Internacional e a terceira Revolução Industrial, Reis Velloso, J.P. (coordenador), Rio, José Olympio, 1992.

"Introdução ao texto: Legitimidade em Política Internacional", in José Guilherme Merquior, Diplomata, Brasília, IPRI, 1993.

"Brazil: The Struggle for Modernization", Institute of Latin American Studies, Conference Papers, University of London, fevereiro de 1993.

"A Legitimidade e Outras Questões Internacionais. Poder e ética entre as nações." Editora Paz e Terra, agosto de 1998.

CONDECORAÇÕES

Prêmio Universidade do Estado da Guanabara

Prêmio Rio Branco e Medalha de Ouro, IRBr.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador.

Ordem do Mérito Militar, Comendador.

Ordem do Mérito Naval, Comendaor.

Medalha Mérito Santos Dumont.

Medalha Mérito Tamandaré.

Medalha do Pacificador.

Ordem do Libertador San Martin, Grande Oficial.

Ordem de Isabel, a Católica, Comendador.

Ordem da Palma, Grande Oficial.

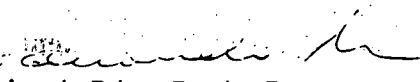
Ordem ao Mérito de Malta, Grande Oficial.

Ordem ao Mérito da República Italiana, Grã-Cruz.

Ordem Nacional do Mérito da França, Comendador.

Ordem do Infante Dom Henrique, Grã-Cruz.

Ordem de São Miguel e São Jorge da Grã-Bretanha, Cavaleiro.


(Eduardo Prisco Paraiso Ramos)
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos
Departamento de Organismos Internacionais
Divisão das Nações Unidas

O BRASIL E AS NAÇÕES UNIDAS
Informação para o Senado Federal

Janeiro de 1999

Sumário

Introdução.....	3
Origem, princípios e propósitos das Nações Unidas.....	4
Os Órgãos Principais e o Sistema das Nações Unidas.....	5
Linhas gerais da atuação do Brasil nas Nações Unidas.....	10
Participação do Brasil em Operações de Manutenção da Paz.....	11
A Situação financeira das Nações Unidas.....	12
Reforma das Nações Unidas.....	13
Reforma do Conselho de Segurança.....	14

1) INTRODUÇÃO

As Nações Unidas, organização internacional fundada em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, tem como propósitos principais a manutenção da paz e da segurança internacionais; o desenvolvimento da convivência pacífica entre as nações; e a cooperação na solução de problemas internacionais de ordem econômica, cultural, social, humanitária e na promoção do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Constitui um foro privilegiado de negociações e ponto de referência central nas relações internacionais contemporâneas.

Apesar das recorrentes dificuldades enfrentadas pela Organização, a ONU é tida como a mais bem acabada instituição intergovernamental jamais criada pela comunidade internacional. Por essa razão, os Estados-membros estão empenhados em reformá-la e em fortalecê-la. A Carta original de 1945 foi o reflexo de um momento histórico cujos pressupostos políticos, econômicos e estratégicos não vigoram mais.

O Brasil é membro fundador das Nações Unidas e atribui à Organização um papel central na formulação e na execução de sua política externa. Em virtude de suas dimensões e da diversidade de seus interesses, o País desempenha papel de relevo no tratamento tanto de questões tradicionais quanto dos novos temas que vêm sendo gradualmente incorporados à agenda das Nações Unidas, como meio ambiente, entorpecentes, crime organizado transnacional, entre outros.

2) ORIGEM, PRINCÍPIOS E PROPÓSITOS DAS NAÇÕES UNIDAS

A Carta das Nações Unidas foi adotada durante a Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, realizada em São Francisco, EUA, de 25 de abril a 26 de julho de 1945. O documento teve por base a "Declaração das Nações Unidas", firmada em 8 de fevereiro de 1943, e as conclusões emanadas da reunião de representantes das potências aliadas, ocorrida em Washington, em 1944, com o propósito de estabelecer mecanismos institucionais coletivos capazes de garantir, no futuro, uma convivência pacífica e baseada na confiança entre as nações. Em 24 de outubro de 1945, após a maioria dos países signatários originais ter ratificado a Carta das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas passou a existir *de jure*.

A ONU contava, em seus primórdios, com 51 membros. Posteriores adesões e, mais particularmente, o processo de descolonização desencadeado após o término da II Guerra Mundial, elevaram esse número, 54 anos após a sua criação, para 185. A ONU é, hoje, um vasto sistema de órgãos permanentes e temporários, voltados aos aspectos mais variados da atividade humana.

A ação das Nações Unidas baseia-se nos seguintes princípios: a) igualdade soberana das nações; b) o não uso da força, ou ameaça de tal uso, contra a

independência política ou integridade territorial dos Estados; c) a solução pacífica de controvérsias; d) o estímulo às relações internacionais com base na igualdade de direitos e na autodeterminação dos Estados; e) a não-intervenção em assuntos internos dos Estados-membros; e f) o respeito aos compromissos assumidos em consonância com a Carta.

Quanto aos propósitos das Nações Unidas, estão eles expressos nos primeiros capítulos da Carta e estão assim relacionados: a) manter a paz e a segurança internacionais; b) desenvolver a convivência pacífica entre as nações; c) cooperar na solução de problemas internacionais de ordem econômica, cultural, social, humanitária e na promoção do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; e d) tornar-se um centro para a harmonização das ações das nações com vistas a atingir essas finalidades comuns.

3) OS ÓRGÃOS PRINCIPAIS E O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

O funcionamento da Organização como um todo dá-se por intermédio dos órgãos ligados, direta ou indiretamente, ao denominado "Sistema das Nações Unidas". A classificação desses órgãos compreende três categorias: 1) os órgãos principais; 2) as agências especializadas, também conhecidas como agências intergovernamentais ou "organismos internacionais especializados"; e 3) outros organismos.

3.1. Órgãos principais da ONU

3.1.1. Assembléia Geral

Integrada pela totalidade dos Estados-membros, a Assembléia Geral (AGNU) é o principal órgão deliberativo da Organização. Cabe-lhe examinar todos os temas que lhe são apresentados pelos Estados-membros no âmbito da Carta. Com base nas conclusões de seus debates, cumpre à Assembléia fazer recomendações aos Estados, as quais, no entanto, não têm caráter mandatório. Em virtude de seu caráter não compulsório, muitas das resoluções ou decisões adotadas pela Assembléia, quando opostas aos interesses das grandes potências ou de determinados grupos, não chegam a ser implementadas.

A Assembléia Geral reúne-se em sessões regulares, especiais e de emergência. Compete à AGNU: a) considerar e fazer recomendações sobre os princípios de cooperação e manutenção da paz e segurança internacionais, inclusive os princípios relativos ao desarmamento; b) discutir qualquer questão relativa à paz e à segurança internacionais e fazer recomendações sobre as mesmas, exceto quando a situação estiver em exame pelo Conselho de Segurança; c) fazer recomendações para a solução pacífica de qualquer situação que possa colocar em perigo as relações amistosas entre as nações; d) fazer recomendações sobre a cooperação internacional em matéria política, humanitária, econômica, social, cultural, educacional de saúde e de direitos humanos; e) rever, anualmente, todo o trabalho realizado pela

Organização e, auxiliada por suas comissões, formular as diretrizes para as atividades futuras; f) considerar e aprovar o orçamento, além de eleger os membros não-permanentes do Conselho de Segurança e membros de outros órgãos.

No desempenho de suas funções, a Assembléia Geral conta com os seguintes órgãos: 1) comissões principais; 2) comissões de procedimento; 3) comissões permanentes; e 4) órgãos subsidiários.

3.1.2. Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança das Nações Unidas compõe-se de cinco membros permanentes (China, França, Estados Unidos, Reino Unido e Federação da Rússia) e dez membros não-permanentes, estes eleitos por períodos de dois anos, de acordo com o seguinte critério: cinco Estados africanos e asiáticos, um do Leste Europeu, dois da América Latina e Caribe e dois da Europa Ocidental e outros Estados. Atualmente, são membros temporários do Conselho de Segurança: Argentina, Bahrain, Brasil, Canadá, Eslovênia, Gabão, Gâmbia, Malásia, Namíbia e Países Baixos.

Cada membro do Conselho de Segurança tem direito a um voto. Decisões sobre assuntos processuais são tomadas por voto afirmativo de pelo menos 9 dos 15 membros. Decisões de caráter substantivo requerem o voto afirmativo de todos os membros permanentes e um total de 9 votos, configurando a chamada "regra de unanimidade" das grandes potências ou "poder de veto". No caso de não desejarem apoiar uma decisão, sem porém querer obstá-la, os membros permanentes podem optar pela abstenção. A presidência do Conselho é exercida pelos representantes dos Estados-membros sem caráter rotativo, pelo período de um mês, segundo a ordem alfabética, no idioma inglês, do nome do país. O Brasil é o país latino-americano que mais participou do Conselho de Segurança como membro não-permanente: 1946-47; 1951-52; 1954-55; 1963-64; 1967-68; 1988-89; 1993-94 e 1998-99.

A responsabilidade primordial do Conselho é a manutenção da paz e segurança internacionais. Dirige, pois, suas atividades à solução pacífica de controvérsias e à ação relacionada a ameaças de paz, violação da paz e atos de agressão. Enquanto os outros órgãos do sistema das Nações Unidas fazem recomendações aos Governos, considera-se que as decisões do Conselho de Segurança podem ter caráter obrigatório, quando tomadas no âmbito do Capítulo VII da Carta (ação relativa a ameaças à paz e atos de agressão).

Nos termos do artigo 29 da Carta, o Conselho estabeleceu órgãos que o auxiliam no desempenho de suas funções, dentre os quais ressaltam-se os comitês permanentes, os comitês *ad hoc* e as operações de manutenção da paz.

3.1.3. Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

O Conselho Econômico e Social compõe-se de 54 Estados-membros, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de três anos. A Assembléia elege, a cada ano, 1/3 dos membros do ECOSOC.

O ECOSOC se coloca sob a autoridade da Assembleia Geral na tarefa de concretizar os dispositivos da Carta referentes às áreas econômica, cultural, educacional, social e humanitária. A importância e extensão dessas funções do ECOSOC tem levado o Brasil a participar daquele órgão, ininterruptamente, desde 1970, à exceção do ano de 1988.

Para desincumbir-se de suas funções, o ECOSOC estabeleceu os seguintes órgãos:

Comissões funcionais: Comissão de Entorpecentes, Comissão de Estatística, Comissão de População e Desenvolvimento, Comissão Para o Desenvolvimento da Situação da Mulher, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Desenvolvimento Social, Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Comissão de Desenvolvimento Sustentável, Comissão Sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia para o Desenvolvimento, Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal e Comissão Sobre Assentamentos Humanos.

Comissões econômicas regionais: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Comissão Econômica para a Ásia Ocidental (ECWA), Comissão Econômica para a África (ECA), Comissão Econômica para a Europa (ECE), Comissão Econômica para a Ásia-Pacífico (ESCAP).

Comissões permanentes: Comissão de Organizações Não-Governamentais, Comissão de Programa e Coordenação, Comissão sobre Assentamentos Humanos.

Órgãos compostos por peritos: Grupo *Ad-hoc* de Peritos em Cooperação Internacional em Matéria de Impostos, Reunião de Peritos em Administração Pública e Finanças, Comitê de Peritos em Transporte de Substâncias Perigosas, Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatoria, Grupo de Peritos em Nomes Geográficos, Comitê para o Planejamento do Desenvolvimento, Comitê de Recursos Naturais, entre outros.

3.1.4. Conselho de Tutela

O Conselho de Tutela foi o órgão criado para supervisionar a administração dos territórios sob tutela. Eram 11 territórios que, ao longo dos anos, foram ganhando a independência ou se incorporando ao país administrador, sempre mediante a realização de referendos monitorados pela ONU. Deixou de ser operacional em 1994, com a declaração de independência de Palau.

3.1.5. Corte Internacional de Justiça (CIJ)

A Corte Internacional de Justiça é composta de 15 membros, obrigatoriamente de diferentes nacionalidades, eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, por um período de 9 anos, com direito à reeleição, dentre os candidatos renomados como internacionalistas, apresentados pelos países.

Sediada na Haia, a Corte é o principal órgão judiciário da ONU e seu estatuto é parte integrante da Carta da Organização. A CIJ tem por função principal julgar casos a ela submetidos por Estados. Além disso, a Corte exerce função consultiva junto à Assembleia Geral e ao Conselho de Segurança, nos termos do art. 96,

parágrafo 1, bem como ante o ECOSOC, o Conselho de Tutela, o Comitê Interno da AGNU, o Comitê de Apelação do Tribunal Administrativo da ONU, a AIEA e todas as agências especializadas (exceto a União Postal Universal), à luz do artigo 96, parágrafo 2). O Secretário-Geral das Nações Unidas não dispõe da faculdade de solicitar pareceres consultivos à CIJ, algo reservado, até o momento, aos órgãos de participação intergovernamental.

3.1.6. Secretariado

O Secretariado da ONU é composto de nacionais da maioria dos Estados-membros da Organização, os quais são obrigados, pela Carta, a respeitar o caráter exclusivamente internacional de suas responsabilidades.

A frente do Secretariado está o Secretário-Geral das Nações Unidas, eleito pela Assembleia Geral com base em recomendação do Conselho de Segurança, para mandato quinquenal, renovável por igual período. Uma de suas principais funções consiste em levar à consideração do Conselho de Segurança qualquer questão que, a seu juízo, ameaça a paz e a segurança internacionais. Compete-lhe, também, quando for o caso, exercer bons ofícios e atuar como mediador na solução de controvérsias internacionais.

3.2. Agências especializadas das Nações Unidas e entidades assemelhadas

As agências especializadas se caracterizam por acentuado grau de independência em relação aos principais órgãos da ONU. A vinculação das agências especializadas ao sistema das Nações Unidas se faz através de acordos específicos, negociados entre as agências de um lado, e o Conselho Econômico e Social, de outro (esse como representante da ONU). Esse acordos, no entanto, conferem à ONU e, em particular, ao ECOSOC, função de coordenação limitada das atividades das agências especializadas mediante, por exemplo, a submissão de relatórios e propostas orçamentárias das agências.

São essas agências: Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Organização da Aviação Civil (OACI), Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMO), Fundo Monetário Internacional (FMI), União Internacional de Telecomunicações (UIT), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), União Postal Universal (UPU), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Organização Meteorológica Mundial (OMM), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Corporação Financeira Internacional e Organização Internacional do Turismo, entre outros.

3.3. Outros organismos das Nações Unidas

Alguns rotulados de "órgãos relacionados às Nações Unidas", outros por vezes designados "órgãos especiais", esses organismos gozam de autonomia relativa e versam sobre temas eminentemente econômicos e sociais. Nesse sentido, mantêm relacionamento com os "órgãos principais" das Nações Unidas (em particular o ECOSOC), e deles recebem orientação limitada, a exemplo do que ocorre com as agências especializadas.

São esses organismos: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Programa das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento (PNUD), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (UNFPA), Fundo das Nações Unidas para o Controle e Abuso de Drogas (UNFDAC), Conselho Mundial de Alimentos (CMA), Comitê Administrativo sobre Coordenação (ACC), Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Progresso da Mulher (INSTRAW), Agência de Assistência aos Refugiados Palestinos no Oriente Médio (UNRWA), Universidade das Nações Unidas (UNU), Voluntários das Nações Unidas (UNV), Escritório do Coordenador de Assistência nos casos de Calamidades Naturais (UNDRO), Centro das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (UNCHS), entre outros.

4) LINHAS GERAIS DA ATUAÇÃO DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS

Os princípios historicamente defendidos e observados pela diplomacia brasileira nas Nações Unidas são a autodeterminação, a não-intervenção, a solução pacífica de controvérsias e o não uso da força. Além disso, a atuação do Brasil na ONU há muito privilegia a promoção da democracia, da paz e do desenvolvimento.

Em razão das profundas mudanças na realidade internacional, marcada nos últimos anos pela crescente interdependência em diversas áreas temáticas, faz-se cada vez mais necessária a ação multilateral para enfrentar os novos desafios. Trata-se de desafios tão variados como o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental, o combate ao crime organizado transnacional e às drogas, a proteção internacional dos direitos humanos. O Brasil considera que as Nações Unidas ocupam posição de destaque para tratar desses problemas.

Tradicionalmente reconhecido por sua participação ativa nos diferentes órgãos do sistema das Nações Unidas, o Brasil, em razão de suas dimensões e da diversidade de seus interesses, tem buscado uma inserção ativa no tratamento desses novos temas da agenda internacional.

Ao Brasil não interessa, contudo, que o fortalecimento do multilateralismo privilegie apenas os temas sociais, ambientais e de paz e segurança internacional, em prejuízo do tratamento de questões econômicas substantivas, como os fluxos internacionais de tecnologia, comércio e capitais e a promoção do desenvolvimento sustentável e social e do crescimento econômico auto-sustentado.

No que diz respeito à manutenção da paz e da segurança internacionais, tarefa que compete primariamente - embora não exclusivamente - ao Conselho de Segurança, o Brasil tem pautado sua atuação pela defesa do primado do direito internacional, o respeito à Carta da ONU e o pleno cumprimento das resoluções do CSNU. Por princípio e coerente com sua tradição de convivência externa pacífica, o Governo brasileiro tem se manifestado reiteradamente em favor de soluções negociadas para as crises de que se ocupa o Conselho de Segurança.

5) A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

O Brasil tem uma participação tradicional em operações de manutenção da paz, uma das atividades mais visíveis e importantes das Nações Unidas no campo da paz e da segurança internacionais. Desde 1956, quando contribuiu com um batalhão de infantaria para a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), o Brasil já participou de 23 operações de manutenção e missões civis da ONU. Nos anos 90, o Brasil já integrou missões da ONU na África (Angola, África do Sul, Moçambique, Libéria, Uganda), América Latina (El Salvador, Nicarágua, Guatemala), Europa (Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia, Chipre) e Ásia (Camboja). A participação brasileira envolveu tropas, observadores militares e policiais e pessoal civil (observadores eleitorais). A mais importante participação brasileira nos últimos anos deu-se na UNAVEM III, em Angola, missão para a qual o Brasil enviou, durante cerca de dois anos, uma média de aproximadamente 1.100 militares e policiais.

Atualmente, o Brasil continua participando com a cessão de observadores militares e policiais, oficiais de ligação e pessoal de Estado-Maior em cinco missões de paz da ONU, em Angola (MONUA), na Guatemala (MINUGUA), na Croácia (UNMOP), na Macedônia (UNPREDEP) e no Chipre (UNFICYP, na qual dois militares brasileiros integram o batalhão argentino).

6) SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS NAÇÕES UNIDAS

No correr dos últimos anos, a exemplo do que já ocorrera anteriormente, as Nações Unidas vêm-se às voltas com grave crise financeira decorrente, em boa medida, da retenção dos pagamentos de seu maior contribuinte, os Estados Unidos da América, em função de divergências entre os Poderes Executivo e Legislativo daquele país.

No momento, o montante total dos débitos dos Estados membros para com as Nações Unidas ascende a US\$ 2,2 bilhões, dos quais, aproximadamente, US\$ 1,2 bilhão relativo a dívidas dos Estados Unidos. O orçamento regular anual da Organização monta a cerca de US\$ 1,3 bilhão. A sobrevivência da Organização tem sido assegurada às custas de empréstimos recebidos das contas de financiamento às operações de paz (cujo montante anual, depois de ter alcançado US\$ 3,6 bilhões em

1993/1994, tem apresentado tendência rapidamente declinante). Como resultado, as Nações Unidas têm atrasado o pagamento dos reembolsos devidos aos países contribuintes de tropas.

Com vistas a evitar a implementação da sanção de perda de voto na Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 19 da Carta, os Estados Unidos efetuaram no mês de novembro pagamento de cerca de US\$ 200 milhões. Estima-se que para evitar a perda de voto no final do exercício de 1999, os Estados Unidos deverão efetuar o pagamento de importâncias próximas a US\$ 600 milhões.

O Brasil ocupa atualmente a 11ª posição entre os contribuintes da Organização, sendo responsável pelo pagamento de 1,407% do orçamento regular das Nações Unidas, que correspondem a cerca de US\$ 15,3 milhões. O Brasil deve também contribuir mandatoriamente para outras atividades da Organização como as operações de manutenção da paz, em que a quota brasileira corresponde a 0,2814% de seu custo anual, e para o financiamento dos Tribunais Internacionais para a Antiga Iugoslávia e para Ruanda, estabelecidos pelo Conselho de Segurança, respectivamente, nos anos de 1992 e 1993. Os débitos totais do Brasil para com as Nações Unidas montam a US\$ 59,6 milhões (US\$ 44,3 milhões para o orçamento regular, US\$ 1,8 milhão para os Tribunais Internacionais e US\$ 13,5 milhões para as operações de paz) e que situam o país na condição de quarto maior devedor da Organização, atrás de Estados Unidos, Federação da Rússia e Ucrânia.

Para evitar que o país fosse sancionado com a perda de voto na Assembleia Geral nos termos do artigo 19 da Carta (acúmulo de débitos maiores do que o valor correspondente a dois anos de contribuição), foram efetuados em 1998 pagamentos da ordem de US\$ 4,7 milhões. Ao final de 1999, o Brasil deverá efetuar pagamentos estimados em cerca de US\$ 24,6 milhões para manter seu direito de voto.

7) REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS

Face a diversas críticas com relação ao custo de suas operações, notadamente em relação ao número de funcionários internacionais, e da eficiência com que se desincumbia dos mandatos a ela confiados, as Nações Unidas, sob a gestão do Secretário-Geral, e com o apoio consensual de seus Estados membros, continuaram a levar adiante esforços de auto-reforma. Com base em propostas elaboradas pelo Secretário-Geral, endossadas pela Assembleia Geral, foi feita a racionalização da estrutura administrativa da Organização, foram introduzidos novos métodos de gestão e reorganizada a estrutura do Conselho Econômico e Social, tendo sido reformados vários de seus comitês subsidiários. O processo de reforma das Nações Unidas logrou nos últimos anos reduzir a força de trabalho da Organização em 10%, ao mesmo tempo em que se manteve constante o nível de seu orçamento.

Do pacote de reformas lançado pelo Secretário-Geral Kofi Annan permanece ainda em discussão os detalhes da realização da "Assembleia do Milênio" que reunirá em seu segmento de alto nível, Chefes de Estado e de Governo, com vistas a

apresentar sugestões para as atividades da Organização a partir do ano 2000. Paralelamente à Assembléia do Milênio realizar-se-á reunião dos Presidentes de Paramentos Nacionais, bem como o chamado "Foro do Milênio", ocasião em que Organizações Não-Governamentais debaterão temas de seu interesse.

8) REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

Originalmente concebido como um foro integrado por 11 membros (5 permanentes e 6 não-permanentes), numa Organização que congregava apenas 53 membros em 1945, o Conselho de Segurança, durante a década de 60 foi reformado para incorporar 4 novos membros não-permanentes, de modo a dar conta da impressionante expansão do número de Estados membros das Nações Unidas na esteira dos processos de descolonização na África, na Ásia e no Caribe.

Mais recentemente, a partir de 1992, encerrada a Guerra Fria, em função das novas expectativas geradas pelo consenso entre os seus membros permanentes e consequente ativismo do Conselho no lançamento de operações de paz, cujo custo anual chegou a ascender a quase três vezes o orçamento da Organização, foi retomada a discussão sobre a reforma do Conselho de Segurança. Os temas em discussão no Grupo de Trabalho da Assembléia Geral criado especialmente para debater o tema não se cingem apenas à composição do órgão, número total de membros e divisão dos novos membros em categorias, mas também a questões igualmente importantes relativas aos seus métodos de trabalho, que, entre outros assuntos, envolve o poder de veto dos atuais cinco membros permanentes.

Durante a sua LIII Sessão, a Assembléia Geral aprovou resolução que definiu questão de procedimento referente às maiorias necessárias para a aprovação de decisões sobre o processo de reforma do Conselho de Segurança (dois terços dos Estados membros).

A participação brasileira nesse debate, que deve estender-se ainda por largo período, é animada pela disposição em aperfeiçoar o Conselho com relação a seus métodos de trabalho e de favorecer a ampliação do número de seus membros nas duas categorias, de modo não discriminatório. O Brasil já se manifestou pronto a aceitar as responsabilidades decorrentes da condição de membro permanente do Conselho de Segurança, se a isso for chamado pela comunidade internacional.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 74, DE 1999**(nº 156/99, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do artigo 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra "d", da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ARMÍNIO FRAGA NETO para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

O Senhor Arminio Fraga Neto é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 3 de fevereiro de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE**DADOS PESSOAIS****NOME: ARMÍNIO FRAGA NETO****ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ministério da Fazenda****DATA DE NASCIMENTO: 20.07.57****NATURALIDADE: Rio de Janeiro - RJ****NACIONALIDADE: Brasileira**

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- * Doutor em Economia, Universidade de Princeton, EUA, 1985.
Tese: Empréstimos Internacionais e Ajuste Econômico.
- * Graduação e Mestrado em Economia, Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1981.
Prêmios: Prêmio Boavista, Bolsa de Estudos Capes.
- * Curso Primário e Secundário, Colégio Santo Inácio, Rio de Janeiro - RJ.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- * Diretor-Gerente da Soros Fund Management, Nova York, EUA, de jan/93 a jan/99.
- * Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, jun/91 a nov/92
- * Vice-Presidente, Salomon Brothers, Nova York, EUA, jul/89 a mai/91.
- * Economista-Chefe e Gerente de Operações-Banco de Investimentos Garantia, abr/85 a jun/88.
- * Estagiário - Divisão de Finanças Internacionais, Federal Reserve Board, Washington, EUA, 1984.
- * Estagiário, Banco do Estado do Rio de Janeiro, set/79 a mar/80.
- * Estagiário, Cia. Atlântica - Boavista de Seguros, ago/76 a jun/77.

ATIVIDADES ACADÊMICAS

- * Professor Adjunto de Assuntos Internacionais, Universidade de Columbia, Nova York, EUA, de jan/93 a jan/99.
- * Professor Assistente Visitante - Departamento de Finanças, The Wharton School, Universidade da Pensilvânia, EUA, jul/88 a jun/89.

- * Professor - Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, abr/85 a jun/88.
- * Professor - Departamento de Economia, Universidade Católica do Rio de Janeiro, abr/85 a jun/88.
- * Assistente de Ensino - Departamento de Economia, Universidade de Princeton e Woodrow Wilson School, 1983/1984.
- * Assistente de Ensino e Pesquisa - Departamento de Economia, Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1980-1981.

OUTROS

- * Membro - Council on Foreign Relations
- * Membro da Diretoria - Pro-Natura USA, de jan/93 a jan/99.
- * Membro - Centro para Estudos de Políticas Econômicas, Universidade de Princeton, desde jan/93.
- * Consultor - Banco Mundial (Mercados Financeiros na América Latina) - jul/88 a jun/89.
- * Membro de Pesquisa - National Bureau Economic Research, jul/88 a jun/89, Cambridge.

PUBLICAÇÕES

- * "Crisis Prevention and Management: Some Lessons from Mexico", in From Halifax to Lyon: What Has Been Done about Crisis Management, Essays in International Finance, nº 200, Princeton, out/96.
- "Central Banking in Latin America", Columbia Journal of International Business, pp. 66-70, 1994.

- * "Os Bancos Estaduais e o Descontrole Fiscal: Alguns Aspectos" em co-autoria com Sergio R. C. Werlang, *A Última Jogada - Ensaio da FGV Sobre o Desenvolvimento Brasileiro nos Anos 90*, Org. Moacyr Fioravante e Lauro Vieira de Faria, Editora da Fundação Getulio Vargas 132-149, 1995.
- * "Problemas do Controle Monetário no Brasil", *Revista de Economia Política*, Vol. 8, nº 1, pp. 71/81, jan-mar/88.
- * "German Reparations and Brazilian Debt: a Comparative Analysis", *Essays in International Finance*, nº 163, Princeton, jul/86.
- * "Price Uncertainty and the Exchange Rate Risk Premium", *Journal of International Economics*, 20, pp. 179/185, 1986.
- * "Expected Fiscal Policy and the 1982 Recession", in M.H. Peston e R.E. Quandt (eds.), *Prices, Competition and Equilibrium*, Barnes And Noble Books (com W.H. Branson e R.A Johnson), 1986.
- * "Déficits, Dívida e Ajustamento: uma nota sobre o caso brasileiro", *Revista de Economia Política*, Vol. 5, nº 4, pp. 57/66, out-dez/85 (com André Lara Resende).
- * "Variáveis de Crédito e Endogeneidade da Política Monetária", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 14, nº 1, pp. 175/195, abr/84 (com Dionisio Dias Carneiro).
- * "Uma Visão da Inflação como um Conflito Distributivo", *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 37, nº 3, pps. 361/367, jul-set/83 (com Sérgio R.C. Werlang).
- * Inúmeros artigos nos principais jornais brasileiros.

Brasília, 10 de fevereiro de 1999

Arnon R. Werlang

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

MENSAGEM Nº 76, DE 1999**(nº 240/99, na origem)****Senhores Membros do Senado Federal,**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO DE QUEIROZ DUARTE, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia e República Eslovaca.

Os méritos do Embaixador Sérgio de Queiroz Duarte, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de fevereiro de 1999

**Fernando Henrique Cardoso**

EM Nº 53 /DP/ARC/G-MRE/APES-

Brasília, 18 de fevereiro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 56, parágrafo 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de

outubro de 1986, no art. 40, parágrafo 1º, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **Sérgio de Queiroz Duarte**, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia e República Eslovaca.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre os países e **Curriculum-vitae** do Embaixador **Sérgio de Queiroz Duarte**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

Curriculum-Vitae

Embaixador SÉRGIO DE QUEIROZ DUARTE

Rio de Janeiro/RJ, 17 de novembro de 1934.

Filho de Ary de Queiroz Duarte e Celuta de Queiroz Duarte.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito, Niterói - RJ.

CPCD, IRBr.

CAD, IRBr.

Estágio na ONU.

Professor de Organização e Administração de Chancelarias, Curso de Prática Diplomática e Consular, 1975.

Cônsul de Terceira Classe, 27 de fevereiro de 1958.

Segundo-Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Primeiro-Secretário, merecimento, 30 de junho de 1968.

Conselheiro, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, 26 de setembro de 1975.

Ministro de Primeira Classe, 24 de dezembro de 1985.

Assistente do Chefe do Departamento de Administração, 1960/61.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1968.

Chefe, interino, da Divisão de Comunicações, 1968/69.

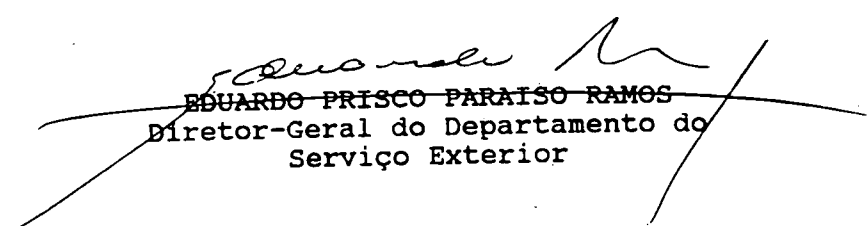
Chefe da Divisão de Comunicações, 1969/70.

Assessor de Planejamento e Coordenação Administrativa, Departamento Geral de Administração, 1974.
Chefe da Divisão do Pessoal, 1974/79.
Chefe, substituto, do Departamento Geral de Administração, 1974/77.
Secretário-Geral de Controle, 1991.
Secretário-Geral Executivo, 1991/92.
Subsecretário-Geral do Serviço Exterior, 1992/93.

Roma, Terceiro Secretário, 1961.
Roma, Segundo Secretário, 1961/63.
Roma, Chefe do SEPRO, 1962.
Buenos Aires, Segundo Secretário, 1963/66.
Buenos Aires, Chefe, interino, do SEPRO, 1964.
Genebra, Delegação Permanente, Segundo Secretário, 1966/68.
Washington, Primeiro Secretário, 1970/73.
Washington, Conselheiro, 1973/74.
Genebra, BRASDESARM, Ministro Conselheiro, 1979/86.
Manágua, Embaixador, 1986/91.
Ottawa, Embaixador, 1993/95.
Pequim, Embaixador, 1995/99.

Comissão de Tabela de Representação, 1958 (membro).
Comissão de Admissão de Tarefeiros e Contratados do DASP, 1958 (membro).
Grupo de Trabalho de Transferência do MRE para Brasília, 1959 (membro).
VI e VII Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, San José, 1960 (membro).
Reunião da Aliança dos Produtores de Cacau, Roma, 1962 (membro).
Grupo de Trabalho de elaboração das Instruções para a Delegação do Brasil à XXIV Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, 1963 (membro).
Assessor do Representante do MRE junto ao Ministério Extraordinário para a Reforma Administrativa, 1963.
I Conferência Interamericana sobre Programas Voluntários na América Latina, Buenos Aires, 1965 (membro).
Reunião da Comissão Especial para a Reforma da Carta da OEA, Panamá, 1966 (membro).
IV Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1966 (membro).
XVIII Sessão do Comitê Executivo, XXVI Sessão do Conselho e parte final da XIV Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças do CIME e XVI Sessão do ACNUR, Genebra, 1966 (membro).
Conferência do Comitê das Dezoito Nações sobre Desarmamento, Genebra, 1966/68 (assessor).
XXII, XXIV, XXVI e XXXIV a XLII Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1967, 1969, 1971 (assessor), 1979/85 (delegado).
Comissão do Exame Vestibular, CPCD/IRBr, 1976/78 (integrante).
Conferência do Desarmamento, Genebra, 1979/86 (representante-adjunto).
Conferência das Nações Unidas sobre Proibições do Uso de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Consideradas Causadoras de Ferimentos Excessivos ou Ter Efeitos Indiscriminados, Genebra, 1979 e 1980 (subchefe).

Conferência de Avaliação do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, 1980, 1985 e 1990 (observador).
Comitê de Peritos das Nações Unidas sobre Relação entre Desarmamento e Desenvolvimento, Nova York, 1979, Genebra, 1980/82 (perito).
Comitê do Desarmamento, Genebra, 1979/83 (representante-adjunto).
Conferência de Avaliação da Convenção de Proibição de Armas Biológicas (Bacteriológicas), Genebra, 1980 (subchefe).
Conferência de Avaliação do Tratado de Proibição de Colocação de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Fundo do Mar, no Leito dos Oceanos e em seu Subsolo, Genebra, 1983 (chefe).
Comissão do Desarmamento das Nações Unidas, Nova York, 1979/84 (subchefe), 1985 (chefe).
Conferência de Avaliação do Tratado de Proibição de Colocação


~~EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS~~
Diretor-Geral do Departamento do
Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos
Departamento da Europa
Divisão da Europa - II

Informação Geral sobre a República da Croácia

Brasília, janeiro de 1999



Sumário

POLÍTICA INTERNA.....	4
POLÍTICA EXTERNA.....	5
ECONOMIA.....	6
RELAÇÕES BILATERAIS	7
COMÉRCIO BILATERAL	7
DADOS BÁSICOS.....	8

Política Interna

O regime político da Croácia está legalmente fundamentado pela Constituição de 1990, que estabeleceu os cargos de Presidente da República, Primeiro-Ministro, quatro Vice-Primeiros-Ministros, um Gabinete composto por quinze ministérios e um Parlamento bicameral (Sabor). Em abril de 1990, foram realizadas eleições e a **União Democrática Croata** obteve maioria absoluta. Os principais oponentes foram uma coalizão de dez partidos, conhecida por "Acordo do Povo", e o antigo Partido da Mudança Democrática (de orientação comunista).

O Partido da União Democrática da Croácia (HDZ), ao qual pertence o **Presidente Franjo Tudjman**, encontra-se dividido em duas facções. A primeira mantém ligações estreitas com o lobby bósnio-croata, que durante o Governo do Presidente Tudjman adquiriu importante influência política e econômica na Croácia e inclui a facção nacionalista bósnia do HDZ. A segunda, mais moderada, está, sobretudo, orientada para a integração com o mundo ocidental. Seu mais destacado representante é o o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mate Granic.

A primeira facção, mais radical, sofreu uma severa perda com a morte de um de seus principais líderes, em maio passado, o Ministro da Defesa Gojko Susak. Ele foi substituído no função por **Andrija Hebrang**, da mesma facção. A habilidade de Susak de exercer pressão sobre a ala bósnio-croata fez com que o Governo de Zagreb ganhasse o apoio da comunidade internacional, fato que não ocorre atualmente. Susak também conseguiu reunir recursos financeiros consideráveis para o Partido através de suas conexões com ricos empresários croatas.

Hebrang não possui a mesma autoridade sobre o *lobby* da Bósnia Herzegovina, cujas relações com Zagreb têm mostrado sinais de descompasso. No Congresso do HDZ, em maio último, os delegados rejeitaram o candidato preferido de Tudjman à presidência do Partido, Bozo Ljubic, visto como um moderado, em favor do candidato mais radical Ante Jelavic, Ministro da Defesa da Federação muçulmano-croata. Essa situação indica uma perda de influência do Presidente Tudjman, principalmente do seu Conselheiro pessoal, Ivic Pasalic, cujas ligações com o *lobby* da Bósnia Herzegovina parecem agora pouco significativas para o Governo. Jelavic procurou também assegurar que o futuro da população bósnio-croata deverá ser decidido na Bósnia e não por interesses externos.

A morte de Susak exacerbou as pressões sobre o HDZ que se vêm acumulando nos últimos meses, sobretudo com relação às questões relacionadas ao **retorno dos refugiados**. Cerca de 300.000 refugiados saíram da Croácia durante a Guerra de 1991-95 e, até hoje, apenas uma minoria retornou. Frustrados com a lentidão do retorno, a comunidade internacional tem criticado o Governo croata por dificultar o processo de repatriação. Em abril último, a UE cancelou sua participação na Conferência sobre a Reconstrução e o Desenvolvimento da Croácia, causando o adiamento do evento, e ameaçou impor sanções a Zagreb caso não haja melhoria no processo de repatriação. Em maio, o Governo croata adotou uma série de medidas, em resposta às pressões da comunidade internacional, visando à maior eficiência do processo em questão.

Política Externa

Em janeiro de 1992, a Croácia foi reconhecida pelos membros da Comunidade Europeia e, em abril do mesmo ano, admitida na ONU. Os anos de 1992 e 1993 foram

dominados pela guerra da Bósnia-Herzegovina. Em março de 1994, após ultimato militar da OTAN aos sérvios, croatas e muçulmanos, firmou-se, em Washington, acordo para a formação de uma Federação na Bósnia-Herzegovina e o subsequente estabelecimento de **Confederação com a República da Croácia**. Em dezembro de 1995, foram assinados os **Acordos de Paz de Dayton**, que fizeram cessar a guerra da Bósnia-Herzegovina.

Nos dois últimos anos observou-se um crescimento da pressão internacional sobre a Croácia, especialmente com relação à questão do retorno dos refugiados sérvios e sua política com relação à Bósnia. Os Estados Unidos reiteraram, na recente visita da Secretária de Estado norte-americana à Zagreb, a advertência feita no ano passado de que a integração plena do país às instituições multilaterais, em particular ao **FMI**, seria bloqueada se a Croácia deixasse de atender às exigências da comunidade internacional, sobretudo com respeito à questão dos refugiados.

Economia

A exemplo dos demais países do Leste europeu, a Croácia vem implementando política de abertura econômica e privatização das empresas estatais, fato que a princípio agravou o desemprego e gerou um crescimento da inflação. O país produz gêneros alimentícios, matérias-primas, bebidas, tabaco, máquinas e equipamentos de transporte, produtos químicos e lubrificantes. Os principais parceiros comerciais são a Eslovênia, Alemanha e Itália.

Antes da dissolução da antiga Iugoslávia, a Croácia, depois da Eslovênia, era a região mais próspera e industrializada, com uma renda per capita um terço acima da média da ex-Iugoslávia. O país tem enfrentado consideráveis problemas econômicos provenientes sobretudo do legado do sistema de produção comunista, da grande quantidade de refugiados, tanto bósnios quanto croatas, bem como pela interrupção do relacionamento econômico, durante a guerra, com os países e instituições econômicas do mundo ocidental. A ajuda externa e investimentos estrangeiros, especialmente voltados para o turismo e a indústria petrolífera, poderiam ajudar a promover o desenvolvimento econômico.

O Governo do Presidente Tudjman obteve sucesso parcial no esforço de promover reformas econômicas, principalmente no que diz respeito às políticas de estabilização macroeconômica e à normalização do relacionamento com os credores externos. Entretanto, o Governo tem encontrado certa dificuldade na privatização de grandes empresas estatais e na reforma do sistema financeiro. A inflação tem decaído, a partir do Governo de Nikica Valentic, de cerca de 1,4% ao mês, em novembro de 1993, para 4% ao ano em 1997.

O Governo de Tudjman tem enfrentado dificuldades – e oposição – na condução da política econômica. Cerca de um quinto da força de trabalho, além de considerável parcela da população, não tem observado melhora no seu padrão de vida desde o final da guerra. Os aposentados reclamam cerca de US\$ 5 milhões em salários atrasados. Também criou-se um Imposto sobre Valor Agregado, com taxa de 22%, provocando protestos da população. A desigualdade social está crescendo, como demonstra o surgimento de elites enriquecidas, ao mesmo tempo em que aumenta o número de escândalos no setor financeiro, gerando desconfiança na população sobre a origem ilegal da riqueza dessas novas elites. Além disso, a Croácia encontra obstáculos para iniciar as negociações com a UE, para integrar-se àquela comunidade, sobretudo pela lentidão com que vem realizando as reformas econômicas e as políticas de transição.

Relações Bilaterais

As relações entre Brasil e Croácia são recentes e, ainda, incipientes do ponto de vista econômico-comercial. A **comunidade de origem croata** residente no Brasil, pouco expressiva numericamente, concentra-se nos **estados de São Paulo e Paraná**.

Brasil e Croácia estabeleceram relações diplomáticas em 23 de dezembro de 1992 e, em decorrência do conflito na ex-Iugoslávia, não foram abertas missões diplomáticas naquela ocasião. Com a assinatura dos **Acordos de Paz de Dayton**, em dezembro de 1995, abriu-se o caminho para uma aproximação diplomática. O Governo croata abriu a Embaixada residente em Brasília e foi criada a Embaixada do Brasil em Zagreb, em caráter não-residente, cumulativa com a Embaixada em Viena.

A ação externa da Croácia tem sido pautada por duas preocupações fundamentais: romper o isolamento político do Governo, decorrente dos diferentes aspectos do conflito entre os países da antiga Federação da Iugoslávia, fazendo-o parecer como um interlocutor respeitado frente a comunidade internacional, e procurar parceiros para tornar mais sólida a economia do país, melhorando seu desempenho comercial. Nesse contexto, em novembro de 1997, visitou o Brasil o **Vice-Presidente de Governo e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mate Granic**. A visita inseriu-se no âmbito de um esforço iniciado há algum tempo pelo Governo croata para desenvolver estratégia de maior aproximação com a América Latina e o Mercosul, com iniciativas a serem implementadas a partir do Brasil.

Durante sua visita, o Chanceler Granic manifestou o interesse croata na negociação de instrumentos jurídicos que fundamentem o relacionamento bilateral, entre eles: Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, Acordo para Isenção Recíproca de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Acordos para Evitar a Bitributação e para a Promoção e Proteção de Investimentos.

Durante a apresentação de credenciais do Embaixador do Brasil junto ao Governo de Zagreb, o Chanceler Granic expressou ao representante brasileiro o apoio de seu país à candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois que seria uma voz representativa dos países emergentes.

Comércio Bilateral

1997-

Exportações: US\$ 8.047.647

Importações: US\$ 295.186

Saldo: US\$ 7.752.461

Principais produtos exportados: café, álcool, soja

Principais produtos importados: vacinas, leveduras, antibióticos

1998 (janeiro a junho)

Exportações: US\$ 13.492.116

Importações: US\$ 1.231.405

Saldo: US\$ 12.260.711

Principais produtos exportados: café, álcool, soja

Principais Produtos importados: vacinas, leveduras, antibióticos

Dados Básicos**Nome do País**

forma convencional: República da Croácia

forma abreviada: Croácia

forma convencional na língua croata: Republika Hrvatska

forma abreviada em língua croata: Hrvatska

Governo**Tipo de Governo:** presidencialista/parlamentarista**Regime de Governo:** Democracia**Capital:** Zagreb**Divisões Administrativas:** 21 condados (zupanijas, zupanija - singular): Bjelovar-Bilogora, City of Zagreb, Dubrovnik-Neretva, Istra, Karlovac, Koprivnica-Krizevci, Krapina-Zagorje, Lika-Senj, Medimurje, Osijek-Baranja, Pozega-Slavonija, Primorje-Gorski Kotar, Sibenik, Sisak-Moslavina, Slavonski Brod-Posavina, Split-Dalmatia, Varazdin, Virovitica-Podravina, Vukovar-Srijem, Zadar-Knin, Zagreb**Independência:** 25 Junho 1991 (da Iugoslávia)**Feriado Nacional:** Dia do Estado, 30 Maio (1990)**Constituição:** adotada em 22 Dezembro 1990**Sistema legal:** baseado no sistema civil**Sufrágio:** 18 anos; universal (16 anos, se empregado)**Poder Executivo****Chefe de Estado:** Presidente Franjo TUDJMAN (desde 30 Maio 1990)**Chefe de Governo:** Primeiro Ministro Zlatko MATEŠA (desde Novembro 1995); Vice-Primeiros-Ministros Mate GRANIC (desde 8 Setembro 1992), Ivica KOSTOVIĆ (desde 14 Outubro 1993), Jure RADIC (desde Outubro 1994), Borislav SKEGRO (desde 3 abril 1993), e Ljerka MINTAS-HODAK (desde Novembro 1995)**gabinete:** Conselho de Ministros nomeados pelo Presidente**eleições:** Presidente eleito pelo voto popular para mandato de cinco anos; Primeiro-Ministro e representantes dos Primeiros-Ministros nomeados pelo Presidente**resultado das eleições de 15 de junho de 1997:** Presidente Franjo TUDJMAN reeleito; percentagem de voto - Franjo TUDJMAN 56%, Dobroslav PARAGA 5%**Poder Legislativo:** Assembléia bicameral ou Sabor consiste na Câmara Distrital ou

Zupanijski Dom (68 lugares - 63 eleitos diretamente pelo voto popular, 5 nomeados pelo Presidente; quatro anos de mandato) e Câmara dos Deputados ou Zastupnički Dom (127 lugares; membros são eleitos diretamente pelo voto popular para quatro anos de mandato)

eleições: Câmara Distrital - últimas 13 Abril 1997 (próximas 2001); Câmara dos Deputados - últimas eleições: 29 de outubro de 1995 (próximas em 1999)**resultado das eleições:** Câmara Distrital - percentagem de votos por partido - lugares por partido - HDZ 42, HDZ/HSS 11, HSS 2, IDS 2, SDP/PGS/HNS 2, SDP/HNS 2, HSLS/HSS/HNS 1, HSLS 1; Câmara dos Deputados - percentagem de votos por partido - HDZ 45.23%, HSS/IDS/HNS/HKDU/SBHS 18.26%, HSLS 11.55%, SDP 8.93%, HSP 5.01%; lugares por partido - HDZ 75, HSLS 12, HSS 10, SDP 10, IDS 4, HSP 4, HNS 2, SNS 2, HND 1, ASH 1, HKDU 1, SBHS 1, independentes 4

Poder Judiciário: Corte Suprema, juizes nomeados por um periodo de cinco anos pelo Conselho Judicial da República, eleito pela Câmara dos Deputados; Corte Constitucional, juizes nomeados por oito anos pelo Conselho Judicial da República, eleito pela Câmara dos Deputados

Dados Econômicos

PIB US\$ 21,4 Bilhões

Crescimento do PIB: 4%

PIB per capita: US\$ 4.300

Inflação: 4% ao ano

Força de Trabalho 1,444 milhões

Taxa de desemprego: 13%

Orçamento:

Receitas: US\$ 3,86 bilhões

Despesas: US\$ 3,72 bilhões

Indústrias: química, mecânica, metalúrgica, de aparelhos eletrônicos, de alumínio, de madeira, de materiais de construção, petrolífera, alimentícia, turismo.

Crescimento da produção industrial: 0%

Agricultura: trigo, milho, açúcar de beterraba, semente de girassol, uvas, vegetais

Exportações:

Total: US\$ 46 bilhões

Principais parceiros: Alemanha 22%, Itália 21%, Eslovênia 18%

Importações:

Total: US\$ 7,6 bilhões

Principais parceiros: Alemanha 21%, Itália 19%, Eslovênia 10%

Dívida Externa: US\$ 3,15 bilhões

Câmbio: 5,681 Kunas por US\$ 1 (1997)

Dados Geográficos

Localização: Sudeste da Europa, fazendo fronteira com o Mar Adriático entre a Bósnia Herzegovina e Eslovênia.

Coordenadas Geográficas: 45° 10' N, 15° 30' L

Área:

total: 56,538 km²

terra : 56,410 km²

água: 128 km²

Fronteiras:

total: 2,197 km

países fronteiriços: Bósnia e Herzegovina 932 km, Hungria 329 km, Sérvia e Montenegro 266 km (241 km com Sérvia; 25 km com Montenegro), Eslovênia 670 km

Linha costeira: 5,790 km (continente 1,778 km, ilhas 4,012 km)

mar territorial: 12 mn

Clima: mediterrâneo e continental: clima continental predominante com verões quentes e invernos frios; invernos amenos, verões secos ao longo da costa.

Terreno: geograficamente variado: planícies ao longo da fronteira húngara, baixas montanhas e regiões montanhosas perto da costa Adriática, linha costeira e ilhas.

Elevação dos extremos:

ponto mais baixo: Mar Adriático 0 m

ponto mais alto: Dinara 1,830 m

Recursos naturais: petróleo, algum carvão, bauxita, minério de ferro de qualidade inferior, cálcio, asfalto natural, mica, argila, sal.**População:** 4,664,710 (julho 1997)**Estrutura etária:**

0-14 anos: 18% (homens 417,181; mulheres 395,430)

15-64 anos: 68% (homens 1,590,334; mulheres 1,593,470)

65 anos e acima: 14% (homens 253,201; mulheres 415,094) (Julho 1997 est.)

Taxa de crescimento Populacional: 0.17% (1997 est.)**Taxa de nascimento:** 10.63 nascimentos/1,000 (1997 est.)**Taxa de mortalidade:** 11.2 mortes/1,000 (1997 est.)**Taxa de migração:** 2.27 migrante(s)/1,000 (1997 est.)**Proporcionalidade entre sexos:**

ao nascer: 1.07 homens/mulher

abaixo de 15 anos: 1.06 homens/mulher

15-64 anos: 1 homem/mulher

65 anos e acima: 0.61 homem/mulher

população total: 0.94 homem/mulher (1997 est.)**Taxa de mortalidade infantil:** 8.2/1000 (1997 est.)**Expectativa de vida:****população :** 73.49 anos

homens: 70.16 anos

mulheres: 77.03 anos (1997 est.)

Taxa de Fertilidade: 1.56 filhos por mulher (1997 est.)**Nacionalidade:**

nome: croata(s)

adjetivo: croata

Grupos étnicos: croatas 78%, sérvios 12%, muçulmanos 0.9%, húngaros 0.5%, eslovenos 0.5%, outros 8.1% (1991)**Religiões:** católicos 76.5%, ortodoxos 11.1%, muçulmanos eslavos, 1.2%, protestantes 0.4%, outras 10.8%**Línguas:** servo-croata 96%, outras 4% (italiano, húngaro, tcheco, eslovaco e alemão)**Nível de Alfabetização:****população :** 97%

homens: 99%

mulheres: 95% (1991 est)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Brasília, janeiro de 1999

Informação Geral sobre a República da Eslováquia

*Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos
Departamento da Europa
Divisão da Europa - II*

Índice

CONJUNTURA POLÍTICA.....	3
CONJUNTURA ECONÔMICA.....	5
POLÍTICA EXTERNA.....	6
RELAÇÕES COM O BRASIL.....	9
DADOS BÁSICOS.....	12

CONJUNTURA POLÍTICA

Em 1989, na esteira das reformas empreendidas na antiga União Soviética por Mikhail Gorbatchov, iniciou-se, na Tchecoslováquia, a “Revolução de Veludo”, movimento popular reformista assim denominado em alusão à maneira não violenta com que se efetuavam as mudanças políticas no país. O movimento, que se iniciou com pressões populares pela libertação de Vaclav Havel, líder da oposição democrática, culminou na ascensão de Havel à Presidência, após a renúncia de Gustav Husak.

Após a revolução, a Tchecoslováquia passou por período de transição, em que conviviam três governos: o federal, o tcheco e o eslovaco. Após campanha capitaneada por **Vladimir Meciar**, líder do Movimento de Cisão da Tchecoslováquia, aprovou-se, em novembro de 1992, a secessão do país e, em 1º de janeiro de 1993, formou-se a República Eslovaca.

O cenário político da República Eslovaca, desde sua fundação, teve por característica a instabilidade. A falta de tradição democrática pode ser considerada um dos fatores que mais contribuíram para as sucessivas crises causadas por disputas internas no âmbito da coalizão governista – liderada pelo Movimento por uma Eslováquia Democrática (HZDS). As eleições que tiveram lugar em setembro último, porém, podem finalmente apontar para uma normalização da vida política do país.

Com o término do mandato do **Presidente Michal Kovac**, no dia 02 de março passado, criou-se uma vacância presidencial. Foram realizadas eleições para a **sucessão** de Kovac, em primeiro e segundo turnos, nos dias 29 de fevereiro e 06 de março, porém nenhum dos candidatos conseguiu obter o quorum exigido de 3/5 dos parlamentares.

A inexistência de consenso em relação ao nome do substituto do então Presidente Kovac beneficiou o **Primeiro-Ministro Vladimir Meciar**, que acumulou os cargos de Chefe de Governo e Chefe de Estado e pareceu consolidar um regime de natureza autoritária que dominava o país desde sua separação da Tchecoslováquia, em 1993.

As eleições parlamentares realizadas nos dias 25 e 26 de setembro, contudo, definiram uma nova configuração de poder na Eslováquia, com a vitória da oposição, liderada pelo **Partido da Coalizão Democrática Eslovaca (SDK)**. O HZDS, partido de Meciar, embora possuindo forte estrutura eleitoral, ficou fragilizado pelo fracasso do plebiscito sobre a adesão do país à OTAN, realizado em maio de 1997 – quando pequena parcela da população foi às urnas –, e pela deterioração dos indicadores da economia nacional. O resultado foi a conquista, pela oposição, de 93 dos 150 assentos no Parlamento.

Os líderes das quatro agremiações políticas vitoriosas, de um amplo espectro ideológico (SDK – Coligação Democrática Eslovaca, que ficou com

42 deputados; SDL – Partido de Esquerda Democrática, com 23 assentos; EWS – Partido de Coalizão Húngara, que ganhou 15 cadeiras; e SOP – Partido do Entendimento Cívico, com 13 parlamentares), descartaram qualquer possibilidade de cooperação, ou disposição de formar uma coalizão, com o HZDS. O líder do SDK, Mikulas Dzurinda, foi confirmado em 30 de outubro como o novo Chefe de Governo da Eslováquia.

O HZDS tornou-se, depois das eleições, o principal partido de oposição ao novo Governo, tendo ganhado 27% dos votos e 43 assentos no Parlamento.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A separação da Tchecoslováquia constituiu dois grandes desafios para a economia eslovaca, que sempre esteve subordinada à economia tcheca: transformar um sistema socialista de planejamento centralizado em uma economia de mercado e tornar-se uma economia independente.

A República Eslovaca tem demonstrado progressos significativos em seu desempenho econômico. De 1993 até hoje, o país logrou diminuir a taxa anual de inflação de 25% para 6%. Da mesma forma, foi capaz de levar a termo profundo ajuste fiscal. De um déficit do setor público de, aproximadamente, 13% do PIB, em 1992, passou-se a um pequeno superávit em 1995. Para atingir esse resultado, o Governo teve que empreender severo corte de despesas públicas, acompanhado de rígida política fiscal e monetária. No que se refere ao crescimento econômico, a Eslováquia vem apresentando resultados expressivos. O incremento médio do PIB foi de 5,8 % ao ano, entre 1994 e 1997, o que coloca o país na posição de um dos mais bem sucedidos da Europa Oriental. Apesar da crise internacional, as estimativas para 1998 apontam para um crescimento do PIB de aproximadamente 4%.

Os dois últimos anos, porém, não foram muito favoráveis para a economia eslovaca. Apesar das altas taxas de crescimento do produto, a expansão do crédito e da demanda interna foram responsáveis por elevado volume de importações. Sem aumento equivalente do volume exportado, o déficit em conta corrente alcançou o perigoso patamar de 10,4% do PIB, em 1997, sendo financiado por expressiva elevação da dívida externa – de 34% do PIB, no final de 1995, para 50% em 1997.

Ao ambiente de incerteza criado, soma-se a falta de estabilidade característica do programa de privatização nacional, que, apesar das dificuldades já atingiu 40% das empresas do país. Seguidas proteções e interrupções do programa fizeram com que os investidores estrangeiros, que já encaravam com cautela o panorama político eslovaco, fossem ainda mais

prudentes no tocante à inversão de recursos na privatização de empresas no país.

Embora enfrentando dificuldades momentâneas, seria possível afirmar que as perspectivas de crescimento da República Eslovaca parecem promissoras no médio prazo. Para que essa análise se confirme, é preciso, no entanto, que o Governo consiga afastar a ameaça de crise nas contas externas: o desafio da percepção internacional quanto à solidez do processo democrático do país, um dos entraves mais graves à candidatura do país à entrada na União Europeia e à atração de investimentos externos, parece ter se desanuiado com as últimas eleições.

POLÍTICA EXTERNA

A República Eslovaca tem como pilar de sua política externa a inserção do país nas estruturas euro-atlânticas. Apesar de exibir maior capacidade de adaptação econômica do que outros países da região, a conjuntura política de instabilidade interna contribuiu para a relutância dos países membros da União Europeia em incluir o país no processo de integração. A República Eslovaca foi, juntamente com Romênia, Bulgária, Lituânia e Estônia, inserida em um "segundo grupo" de aspirantes, cujo desempenho nos campos político e econômico passarão a ser monitorados e avaliados anualmente por Bruxelas.

O país tem procurado reforçar as estruturas regionais de integração econômica, particularmente o Acordo de Livre Comércio da Europa Central (CEFTA - Central European Free Trade Agreement), criado em 1992, do qual fazem parte, além da República Eslovaca, Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslovênia. O CEFTA pretende incrementar as trocas entre os Estados membros, ao mesmo tempo em que tenciona demonstrar a capacidade de cooperação sub-regional com vistas a facilitar a futura inserção de seus membros na União Europeia. Embora o comércio entre os países que fazem parte do CEFTA tenha aumentado significativamente nos últimos anos, é importante notar que o relacionamento bilateral entre cada um deles e a UE tem crescido em ritmo mais elevado.

- **Relações bilaterais com os países da região: República Tcheca, Hungria, Rússia, Áustria, Polônia e Ucrânia:**

República Tcheca

É com a República Tcheca, evidentemente, que as relações são mais complexas. A história da Tchecoslováquia foi marcada pela dominação política, econômica e cultural dos tchecos sobre os eslovacos. Além disso, a separação das duas repúblicas – consequência da “Revolução de Veludo” –, apesar de ter ocorrido sem grandes demonstrações de violência, gerou insatisfação junto aos eslovacos: o país alega ter sido prejudicado na divisão dos ativos do Banco Central e das representações diplomáticas e consulares no exterior. A República Eslovaca, no entanto, mantém diálogo constante com o país vizinho, tendo em vista duas circunstâncias: que não pode ignorar: de um lado, 300 mil eslovacos decidiram, por razões profissionais ou pessoais, viver na República Tcheca; de outro, 1/3 do comércio exterior eslovaco – exportações e importações – realiza-se com a República Tcheca.

Hungria

As relações com a Hungria remontam aos dez séculos de dominação húngara sobre a região atualmente ocupada pelo Estado eslovaco, o que gerou problemas de minorias étnicas: 150 mil pessoas de origem eslovaca vivem na Hungria, enquanto 560 mil originários da Hungria vivem em território eslovaco. Além das minorias, os dois países divergem com relação à represa de Gabickovo. O diferendo surgiu de um acordo firmado entre a Hungria e a Tchecoslováquia, em 1977, para a construção de duas represas, com o objetivo de regularizar o fluxo de águas do rio Danúbio. A Hungria, sob alegações de cunho ecológico, interrompeu os trabalhos de construção; a Tchecoslováquia, por sua parte, desviou o curso do rio e concluiu a construção da represa de Gabcikovo em 1992. Com o desmembramento da Tchecoslováquia, a República Eslovaca herdou a controvérsia, tendo levado a disputa à Corte Internacional de Justiça. A CIJ emitiu sentença, em setembro de 1997, censurando as atitudes dos dois países e impondo a data de 25 de março como prazo para que os países se pusessem de acordo sobre o aproveitamento do Danúbio. Apesar de o prazo não haver sido respeitado, em virtude da indefinição política na Eslováquia e das eleições húngaras de maio, os dois novos Primeiros-Ministros, Mikulas Dzurinda e Viktor Orbán, programaram encontro de trabalho que se realizará em breve, em uma cidade de fronteira. Serão passados em revista a questão da represa e outros temas importantes de interesse mútuo, numa tentativa de conformar uma agenda positiva para as conturbadas relações bilaterais.

Importante também foi a nomeação de três membros de etnia húngara para a conformação do novo Governo eslovaco: um Vice-Primeiro-Ministro, incumbido da proteção dos direitos humanos e das minorias, e os titulares das pastas de Obras Públicas e Meio-Ambiente. A medida, de caráter claramente conciliatório, foi bem recebida em Budapeste.

Rússia

As autoridades eslovacas apostam na intensificação das relações políticas e econômicas com a **Rússia** como elemento capaz de dar consistência, ainda que temporária, à inserção internacional do país. A Federação Russa merece atenção especial por ser o principal exportador de fontes energéticas – gás e petróleo – para a República Eslovaca.

Áustria

Com a Áustria o relacionamento bilateral é excelente, com exceção de tensões temporárias em virtude da decisão de Bratislava de inaugurar duas seções da central nuclear de Mochovce. As relações econômicas entre os dois países são intensas, o que pode ser demonstrado pela existência de mais de 2 mil sociedades comerciais ou industriais entre cidadãos austriacos e eslovacos. Por razões históricas, geográficas e mesmo estratégicas, Áustria tem defendido Eslováquia contra as críticas ocidentais quanto ao autoritarismo ainda prevalecente no país.

Outros

De maneira geral, a República Eslovaca mantém boas relações com os países que formam seu entorno, apesar de existirem alguns problemas já considerados históricos. Com **Polônia** e **Ucrânia** não há contenciosos territoriais ou problemas relacionados a minorias étnicas. Os dois países constituem fonte de matérias primas e mercado consumidor para os produtos eslovacos.

RELAÇÕES COM O BRASIL

No **plano comercial**, as trocas entre Brasil e República Eslovaca alcançaram, em 1997, aproximadamente 18 milhões de dólares, importância situada muito aquém das potencialidades de ambos os mercados. A balança bilateral, no referido ano, foi favorável à Eslováquia, já que as importações brasileiras foram da ordem de 15 milhões de dólares, enquanto as exportações atingiram o montante de pouco mais de 2 milhões de dólares.

	1995	1996	1997
Comércio Brasil-Eslováquia			
Importações	10.760.585	13.415.822	15.431.799
Exportações	947.343	6.040.270	2.133.663

Principais produtos importados: filtros eletrostáticos, bombas para distribuição de combustíveis e contadores.

Principais produtos exportados: carne bovina, café solúvel, couro, obras de fios de ferro ou aço.

Em 1998, de janeiro a julho, o Brasil exportou US\$ 2,1 milhões e importou US\$ 4,4 milhões, o que representa uma variação de, respectivamente, 51% e -25% em relação ao mesmo período de 1997.

O intercâmbio comercial poderá ser dinamizado mediante o empenho de ambos os Governos em facilitar e apoiar as iniciativas do empresariado privado brasileiro e eslovaco, tais como visitas recíprocas de missões e de representantes de entidades e de órgãos envolvidos com comércio exterior.

Está em análise, pelas áreas competentes, projeto de **Acordo Comercial e de Cooperação Econômica**.

No **plano político**, as relações têm-se caracterizado por diálogo amistoso e construtivo, porém ainda de pouca densidade. O Brasil vê com satisfação o fato de a Eslováquia ter mantido Embaixada residente em Brasília desde a independência do país, com o desmembramento da Tchecoslováquia, em 1º de janeiro de 1993. A mudança da cumulatividade da Embaixada em Praga para a Embaixada em Viena, em atendimento a pleito eslovaco, demonstrou, por sua prontidão, o interesse brasileiro em desenvolver, de maneira harmônica, o relacionamento bilateral.

A visita da ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros da República Eslovaca, Zdenka Kramplová, realizada no período de 28 a 31 de março de 1998, foi a primeira visita oficial de autoridade de alto nível daquele país ao Brasil. Por seu caráter pioneiro e por sua extensão (a visita incluiu, além de Brasília, os Estados de Santa Catarina e São Paulo), proporcionou um conhecimento preliminar *in loco* da realidade e potencialidades brasileiras por personalidade do primeiro escalão do Governo de Bratislava. Durante sua visita oficial ao Brasil, a Ministra Kramplová inaugurou o terceiro Consulado Honorário da República Eslovaca no país, na cidade de Brusque, Santa Catarina, que se soma aos de São Paulo e do Recife. Em São Paulo, inaugurou a "Praça Eslováquia".

Projeto de Memorando de Consultas Bilaterais encontra-se em fase avançada de negociação. Tem por objetivo contribuir para a operacionalização do estreitamento dos laços bilaterais a partir da convocação, prevista naquele instrumento, de reuniões regulares para a avaliação das relações em suas mais variadas vertentes (política, econômica, científica e tecnológica, cultural, ambiental e humanitária, além dos temas relacionados com a atualidade internacional). O Memorando prevê, ainda, o estímulo ao contato entre os representantes de ambos os países nas Nações Unidas e em Conferências internacionais.

A República Eslovaca assumiu os compromissos internacionais da antiga República Tcheca e Eslovaca e, em 1997, consultou formalmente ao Itamaraty quanto à dos acordos existentes entre o Brasil e ex-Tchecoslováquia. O assunto está sendo examinado pelas áreas competentes.

Troca de visitas:

São as seguintes as visitas mais importantes trocadas recentemente entre os dois países, além da visita da ex-Ministra Klamplová:

- o **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da República Eslovaca, Josef Sestak**, visitou o Brasil, em maio de 1995, quando realizou contatos na esfera empresarial, em particular no Estado de São Paulo;

- em março de 1997, visitou Brasília, no âmbito de série de visitas aos países do Mercosul, o Senhor **Ivan Vravel, Chefe da Divisão do Mercosul da Chancelaria Eslovaca**;

- pelo lado brasileiro, visitaram Bratislava o **General Zenildo Lucena, Ministro de Estado do Exército**, em maio de 1996, e o **General Jaime José Juraszek, Chefe de Gabinete do Ministro do Exército**, em agosto de 1997, com vistas ao estabelecimento de cooperação na área militar entre os dois países, principalmente, no que se refere a compras de material bélico;

- Em setembro de 1997, atendendo a convite do Ministério do Exército, visitou o Brasil o **Ministro da Defesa eslovaco, Ján Sitek**.

DADOS BÁSICOS

- Nome oficial: República Eslovaca
- Capital: Bratislava
- Área: 49.036 Km²
- População: 5,4 milhões de habitantes (1997)
- Densidade demográfica: 110,12 habitantes/Km²
- Nacionalidade: eslovaca
- Principais Cidades: Bratislava, Kosice, Presov
- Idiomas: eslovaco (oficial), húngaro e tcheco
- Moeda: coroa eslovaca

- Governo:

- Sistema de Governo: república parlamentarista
- Chefe de Estado: o cargo encontra-se vago após o término do mandato do Presidente Michal Kovac, no último dia 02 de março
- Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Mikulas Dzurinda, líder do Partido da Coalizão Democrática Eslovaca (SDK); há quatro Vice-Ministros, titulares das pastas de: Transformação Econômica; Integração Européia; Direitos Humanos, Minorias e Desenvolvimento Regional; e Assuntos Legislativos.
- Ministro do Exterior: Eduard Kukan (SDK), em substituição a Zdenka Kramplová
- Poder Judiciário: Corte Constitucional composta por juizes eleitos pelo Parlamento Nacional
- Poder Legislativo: Parlamento Nacional unicameral composto por 150 representantes eleitos para mandatos de 4 anos
- Sistema eleitoral: sufrágio universal para maiores de 18 anos; eleições indiretas para a Presidência
- Principais partidos políticos: Partido da Coalizão Democrática Eslovaca (SDK), Movimento por uma Eslováquia Democrática (HZDS), Partido da Esquerda Democrática (SDL), União Democrática (DU), Partido Nacional Eslovaco (SNS), Movimento Democrático-Cristão (KDH) e Associação dos Operários Eslovacos (ZRS)
- Diferendos internacionais: represa Gabčíkovo com a Hungria; delimitação territorial com a República Tcheca

Indicadores sociais:

- Religião: católicos (60,3%), ateus (9,7%), protestantes (8,4%), ortodoxos (4,1%) e outros (17,5%)
- Composição étnica: eslovacos (85,7%), húngaros (10,7%), ciganos (1,5%) e outros (2,1%)
- Estrutura etária: 0-14 anos: 22%
15-64 anos: 67%
maiores de 65 anos: 11%
- Taxa de crescimento populacional: 0,34%
- Taxa de natalidade: 12,62 nascimentos/1.000 pop.
- Taxa de mortalidade: 9,35 mortes/1.000 pop.

- Taxa de mortalidade infantil: 10,7 mortes/1.000 nascidos
- Expectativa de vida: homens: 69 anos
mulheres: 77 anos
- Alfabetismo: 99% da população

- Indicadores econômicos:

- PIB: US\$ 18,37 bilhões (1997)
- Taxa de crescimento do PIB (1997): 6,5%; estimativa de 4,0% para 1998
- PIB *per capita* : US\$ 3.401,00
- Composição do PIB por setor: agricultura (7%)
indústria (36%)
serviços (57%)
- Moeda: coroa ("koruna")
- Câmbio: Sk 35,6/US\$ 1 (agosto 1998)
- Taxa de inflação: 6,1% (1997); estimativa de 7,5% para 1998
- Taxa de desemprego: 14% (estimativa para 1998)
- Força de trabalho: 2.484.000 pessoas
- Taxa de crescimento da produção industrial: 7,8%
- Recursos naturais: linhita, carvão, chumbo e zinco
- Principais indústrias: couro, calçados, materiais de construção, têxtil, vestuário, vidro e química
- Produtos agropecuários: trigo, beterraba, cevada; suínos, bovinos e ovinos
- **Exportações:** US\$ 9,55 bilhões (FOB – est. 1998)
- Principais produtos exportados: maquinário e equipamentos de transporte, produtos químicos, combustíveis, minerais e metais e produtos agrícolas
- **Importações:** US\$ 11,18 bilhões (FOB – est. 1998)
- Principais produtos importados: bens manufaturados, maquinário e equipamentos de transporte, combustíveis e lubrificantes, produtos químicos, matérias-primas e produtos agrícolas
- Principais parceiros comerciais : República Tcheca, Alemanha, Áustria, Croácia, Itália e França
- Balança comercial: déficit de US\$ 1,63 bilhões (est. 1998)
- Conta Corrente: déficit de US\$ 1,35 bilhões (1997)
- Dívida externa: US\$ 10,7 bilhões (1997)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 77, DE 1999
(nº 241/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do artigo 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra "d", da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Senhor **DANIEL LUIZ GLEIZER** para exercer cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O Senhor Daniel Luiz Gleizer é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 22 de fevereiro de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

NOME: DANIEL LUIZ GLEIZER

ENDEREÇO: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064 – 13º - São Paulo - SP

DATA DE NASCIMENTO: 23.02.1960

FILIAÇÃO: Boris Gleizer e Rosa-Lea Gleizer

NATURALIDADE: Rio de Janeiro (RJ)

NACIONALIDADE: Brasileira

CPF.: 628.724.277-91

RG: 4.249.867 - IFP/RJ

FORMAÇÃO ACADÊMICA

* University Of California, Berkeley – 1985/1990. Ph.D., Economia. Áreas de Concentração: Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico.

* University Of Illinois, Urbana – Champaign – 1984/1985.
Master of Arts, Economia.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro – 1981/1984.
Bacharel em Ciências Econômicas, *Magna Cum Laude*.

* The Hebrew University Of Jerusalem – 1980/1981.
Curso de Graduação em Economia e Ciência Política.

Línguas:

Fluente em Inglês, Espanhol e Hebraico.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

* Banco de Investimentos Crédit Suisse First Boston Garantia – Agosto 98/Fevereiro/99. – Diretor de Pesquisa para a América Latina.

* Banco de Investimentos Garantia – Fevereiro 1996/Julho 1998. Economista Chefe.

* Fundo Monetário Internacional – Maio 1991/Janeiro 1996. Economista, Departamento Europeu 1 e Departamento de Câmbio e Relações Comerciais (ETR).

* Institute For Economic Development and Policy, Eastwest Center, University Of Hawaii, Honolulu. Consultor sobre Brasil no projeto: "Government, Financial Systems and Development: A Comparative Study of Selected Asian and Latin American Countries" – 1990/1991.

* University Of California, Berkeley. Assistente de Ensino, Macroeconomia, Departamento de Economia – 1985/1990.

PUBLICAÇÕES

- Capítulo sobre Brasil no volume *"Business Briefing: Emerging Market Investments"*, publicado por World Markets Research Center, Standard and Poor's e DRI/McGraw-Hill, 1996.

- Capítulo sobre Brasil no volume: *"Financial Systems and Economic Policy in Developing Countries"*, editado por S. Haggard e C. Lee, Cornell University Press, 1995.

- *"Government Saving and Private Saving in Brazil"*. – Revista Brasileira de Economia, 46 (3):291-317, Jul./Set. 1992.

- *"Saving and Real Interest Rates in Brazil"*. – Revista de Econometria, Ano XI, Número 1, 63-92, Abril, 1991.

CONCURSOS, PRÊMIOS E BOLSAS

- Primeiro colocado no concurso para Professor Auxiliar de Macroeconomia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

- Bolsa de Doutorado no Exterior, conferida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1986/1990.

- Prêmio Visconde de Cairu, concedido ao aluno classificado em primeiro lugar no Curso Superior de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

- Bacharel em Ciências Econômicas, *Magna Cum Laude*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

MENSAGEM Nº 78, DE 1999**(nº 242/99, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do artigo 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra "d", da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Senhor EDISON BERNARDES DOS SANTOS para exercer cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O Senhor Edison Bernardes dos Santos é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 22 de fevereiro de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE**DADOS PESSOAIS**

NOME: EDISON BERNARDES DOS SANTOS

**ENDEREÇO: ED. CORPORATE FINANCIAL – SCN – Q. 02 – Bloco A – 9º
Andar – Brasília - DF**

DATA DE NASCIMENTO: 13.10.1952

FILIAÇÃO: Geraldo Bernardes dos Santos e Cecília Maria dos Santos

NATURALIDADE: Ceres (GO)

NACIONALIDADE: Brasileira

CPF.: 039.624.071-20

RG.: 236.964 – SSP/DF

FORMAÇÃO ACADÊMICA

* Administrador de Empresas e Economista pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) – 1976 e 1982.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

* **NO BANCO CENTRAL DO BRASIL:**

- Secretário-Executivo da Diretoria – março/92 a maio/98.
- Chefe do Gabinete do Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro – março/90 a fevereiro/92.
- Subchefe do Gabinete do Presidente – Secretaria do Conselho Monetário Nacional – novembro/85 a março/90.
- Chefe da Divisão de Planejamento e Controle do Departamento de Normas do Mercado de Capitais – abril a novembro/85.
- Assessor do Gabinete do Presidente – 81/85.
- Coordenador do Gabinete do Presidente – 79/81.

- Assistente técnico do Gabinete do Presidente – 74/79.

- Técnico na área de recursos materiais – 72/74.

Como Secretário-Executivo da Diretoria participou das discussões de reestruturação e modernização do Banco Central, em especial coordenando os trabalhos da área junto às Delegacias Regionais da Instituição. Presidiu também o Comitê Executivo do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central junto ao Sistema Financeiro Nacional.

Atualmente, por designação do Banco Central, é Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Banco Central de Previdência Privada-CENTRUS.

Durante a carreira profissional participou de diversos seminários e cursos de formação técnica oferecidos pelo Banco (organização e métodos, relações trabalhistas etc) e de outros patrocinados pela Instituição, tais como introdução ao mercado de capitais (ABAMEC), informática para altos executivos (IBM), seminários sobre a Reforma do Estado (Conselho de Reforma do Estado/MARE/PNUD), sobre o Sistema Financeiro Nacional e a Retomada do Crescimento Econômico (Comissão de Finanças e Controle da Câmara dos Deputados) e seminário internacional sobre as Reformas dos Sistemas Financeiros (CEMLA/BACEN).

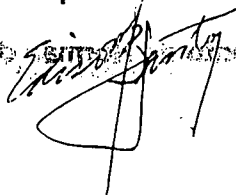
*** ANTERIORES AO BANCO CENTRAL DO BRASIL:**

- Concursado do Banco do Brasil S/A, com posse em 01.03.1972 e cedido ao Banco Central do Brasil.

- AUDIPLAN – Assessores de Empresas – Escriturário (prestava serviços no Ministério da Educação e Cultura) – Brasília – 1971/72.

- SETEL – Empresa de Serviços Técnicos de Eletricidade – Auxiliar de Escritório – Brasília – DF – 1970.

- Educandário Couto Magalhães – (Auxiliar de Escritório e Tesouraria) – Anápolis – GO – 1968/70.



(À Comissão de Assuntos Econômicos)

MENSAGEM Nº 79, DE 1999**(nº 243/99, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do artigo 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra "d", da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ CARLOS ALVAREZ para exercer cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O Senhor Luiz Carlos Alvarez é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 22 de fevereiro de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE**DADOS PESSOAIS**

NOME: LUIZ CARLOS ALVAREZ

ENDEREÇO: SBS – Quadra 03, Bloco “B” – 6º Andar - Brasília (DF)

DATA DE NASCIMENTO: 04.09.1951

FILIAÇÃO: Joaquim Alvarez e Josefina Alonso Alvarez

NATURALIDADE: São Paulo (SP)

NACIONALIDADE: Brasileira

CPF.: 408.135.768-49

RG: 5.060.503 - SSP/SP

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- * Especialização: Contabilidade pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis e Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo – FIPCAFI – 1982.
- * Curso Superior: Instituto de Física da Universidade de São Paulo – USP de 1971 a 1975.
- * Segundo Grau: Instituto de Educação Estadual Dr. Washington Luis (Mogi das Cruzes – SP - Primeiro Grau: Grupo Escolar Coronel Benedito de Almeida (Mogi das Cruzes – SP – e Instituto de Educação Estadual Dr. Washington Luis - (Mogi das Cruzes – SP).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- * Banco Central do Brasil
1997 em diante – Departamento de Fiscalização.
1988/1997 – Departamento de Organização do Sistema Financeiro Nacional.
1973/1988 – Delegacia Regional em São Paulo.
- * Banco do Brasil S/A – Ag. Centro de São Paulo – SP.
1972/1973 – auxiliar de escrita.
- * COBRAVE – Cia. Brasileira de Veículos
Mogi das Cruzes – SP.
1970/1972 – escriturário / balconista.
- * CARIC – Cia. Americana de Representações, Importação e Comércio Mogi das Cruzes – SP.
1967/1970 – kardexista.

PRINCIPAIS FUNÇÕES NO BANCO CENTRAL DO BRASIL:

- Chefe do Departamento de Fiscalização - DEFIS – (Brasília – DF).

- Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro Nacional – DEORF – (Brasília – DF).
- Chefe Adjunto do Departamento de Organização do Sistema Financeiro Nacional – DEORF – (Brasília - DF).
- Chefe Adjunto do Departamento de Organização e Autorização Bancárias – DEORB – (Brasília – DF).
- Supervisor de Corretoras e Distribuidoras da Divisão Regional de Fiscalização I – (São Paulo – SP).
- Supervisor da Divisão Regional de Fiscalização Bancária – (São Paulo – SP).
- Inspetor da Divisão Regional de Fiscalização Bancária - (São Paulo – SP).

- Chefe Adjunto do Departamento de Organização do Sistema Financeiro Nacional – DEORF – (Brasília - DF).

- Chefe Adjunto do Departamento de Organização e Autorização Bancárias - DEORB - (Brasília - DF)...

- Supervisor de Corretoras e Distribuidoras da Divisão Regional de Fiscalização I - (São Paulo - SP).

- Supervisor da Divisão Regional de Fiscalização Bancária – (São Paulo – SP).**

- Inspetor da Divisão Regional de Fiscalização Bancária - (São Paulo – SP).**

OUTRAS FUNÇÕES

- **Presidente do Conselho Diretor do RAET do Banco Nacional S/A.**
- **Interventor do Grupo Bamerindus.**

- Interventor do Grupo Bamerindus.**

Johnnie

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

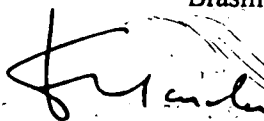
MENSAGEM Nº 80, DE 1999
(nº 244/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do artigo 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra "d", da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO para exercer cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O Senhor Luiz Fernando Figueiredo é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 22 de fevereiro de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE

Nome:	Luiz Fernando Figueiredo
Nascimento:	05.01.64
Naturalidade:	São Paulo / SP
Nacionalidade:	Brasileiro
Estado Civil:	Casado (2 filhos)
Filiação:	Fabio Figueiredo e Vera Christina Queiroz de Moraes
RG:	8.536.780
CIC:	013.124.158-35

FORMAÇÃO

Administrador de empresas com especialização em Finanças
- Fundação Armando Alvares Penteado - conclusão dezembro/89

CURSOS EXTRA CURRICULARES

- Curso avançado de matemática financeira - BM&F - 1987
- Comércio exterior e mercado de câmbio - ICB - 1989

- Mercado de capitais e instrumentos financeiros - Euromoney - 1990
- Mercado de moedas internacionais - NY - 1997
- Estratégia de negociação - JP Morgan - 1991
- Mercado de derivativos - Merrill Lynch - 1992
- Banking game - Banco Nacional - 1992
- Curso de hedge empresarial - Banco Nacional - 1992
- Curso avançado de matemática e estatística - BBA - 1996
- Entre outros

ATIVIDADES DE DOCENTE

- Professor de derivativos, matemática financeira e câmbio da Bolsa de Mercadorias e Futuros - de 1987 a 1998
- Professor de derivativos e câmbio da Associação Nacional das Corretoras de Valores - de 1992 a 1995
- Palestrante sobre derivativos na Fundação Getulio Vargas - de 1994 a 1998

ASSOCIAÇÕES

- Presidente do Comitê de Mercado da Associação Brasileira de Bancos Internacionais - de 1996 a 1999
- Vice-Presidente da Câmara de Ativos Financeiros da Bolsa de Mercadorias e Futuros - de 1997 a 1999
- Membro do Comitê de Tesouraria / Captação da Febraban - de 1995 a 1999
- Membro do Comitê de Tesouraria da ANBID - de 1997 a 1999

ATIVIDADE PROFISSIONAL

Jul/84 a Jan/86	Patente S/A CCVM - Operador de mercado de ações
Fev/86 a Set/87	Supra S/A DTVM - Gerente das áreas de Bolsa e Futuros
Out/87 a Jun/88	Magliano S/A CCVM - Responsável por operações financeiras no mercado de ações e commodities
Jul/88 a Jan/92	J P Morgan - Operador de câmbio
Fev/92 a Mai/93	Banco Nacional S.A. - Diretor Adjunto de Câmbio
Jun/93 a Fev/99	Banco BBA Creditanstalt S.A. - Diretor de Tesouraria

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

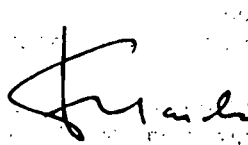
MENSAGEM Nº 81, DE 1999
(nº 245/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do artigo 84, inciso XIV, combinado com o artigo 52, inciso III, letra "d", da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Senhor SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG para exercer cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O Senhor Sérgio Ribeiro da Costa Werlang é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 22 de fevereiro de 1999.


Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

NOME: SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

ENDEREÇO: Praia de Botafogo, 190 – 11º andar
sala 1.125.3
Botafogo – Rio de Janeiro - RJ

DATA DE NASCIMENTO: 23.06.59

FILIAÇÃO: Paulo Erthal Tardin e Vilma Ribeiro da Costa Erthal Tardin

NATURALIDADE: Rio de Janeiro - RJ

ESTADO CIVIL: Casado

CPF.: 506.666.577-34

RG: 0.459.754-0 - IFP/RJ

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- * Doutor em Economia, Universidade de Princeton, EUA, set/82 a mar/86.
- * Mestre em Economia Matemática, Instituto de Matemática Pura e Aplicada, mar/81 a ago/82.
- * Graduação em Engenharia Naval, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Engenharia, mar/76 a dez/81.
- * Certificado de Proficiência em Inglês, Universidade de Cambridge, EUA, 1980.
- * Curso Secundário, Colégio de São Bento, Rio de Janeiro - RJ, mar/73 a dez/75.

ATIVIDADES ACADÊMICAS

- * Professor-pesquisador Titular da Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV).
- * Professor Visitante da Wharton School of Business da Universidade da Pensilvânia - out/94.
- * Diretor da Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas - jan-ago/94.
- * Diretor de Ensino da Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV) - ago/90 a dez/93.
- * Professor Visitante da Universidade da Pensilvânia, Departamento de Economia - jan a mai/88.
- * Pesquisador Assistente do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, RJ - mai/86 a dez/88.
- * Assistente de Pesquisa do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, RJ - de 1982 a abr/86.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- * Diretor Adjunto do Banco BBM S/A – ago/94 a out/97 e jan/99
- * Diretor Executivo do Banco BBM S/A – out/97 a dez/98.
- * Consultor do Banco Liberal S/A – set/90 a jan/92.
- * Coordenador de Política Econômica e Financeira da Secretaria Especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento – mar a jun/90.
- * Consultor do Banco Central do Brasil – jan/89 a jan/90.
- * Consultor da Corretora Convenção S/A – jul/86 a dez/87
- * Estagiário em Engenharia Naval no Estaleiro EMAQ, RJ – 1979.

OUTROS CARGOS

- * Membro do Conselho de Curadores da Fundação Getúlio Vargas.
- * Membro do Conselho Empresarial de Economia do Sistema FIRJAN e da Associação Comercial do Rio de Janeiro.
- * Membro do Comitê de Política Econômica da ANDIMA e da ANBID.
- * Membro do Conselho Editorial da: Revista Brasileira de Economia, Revista de Econometria, Revista de *Análisis Económico*, Revista *Estudios Económicos*, Revista de Economia Aplicada, "The Brazilian Electronic Journal of Economics", do PIMES – Universidade Federal de Pernambuco e Revista de Economía Aplicada, do Departamento de Economia FEA/USP.
- * Membro do "Standing Committee" para a América Latina da "Econometric Society" – 1989 a 1998.
- * Membro do Comitê Organizador do XIV, XIII, XII, XI, X e VII "Latin American Meeting" da "Econometric Society" – 1995, 1994, 1993, 1992, 1991 e 1987.
- * Membro da Comissão Executiva de Reforma Fiscal, 1992.
- * Membro do Comitê Assessor do CNPq para Economia, Administração e Direito – mai/90 a abr/93.
- * Secretário Executivo da Sociedade Brasileira de Econometria – nov/91 a dez/92.
- * Membro da Comissão Examinadora do Prêmio Haralambos Simeonidis - 1991

- * Secretário Executivo Adjunto da Sociedade Brasileira de Econometria – dez/86 a dez/88 e dez/90 a out/91.
- * Membro do Comitê Organizador do Encontro Internacional (realizado a cada 5 anos) da "Econometric Society", Barcelona – 1990.
- * Vice-Presidente da Comissão de Coordenadores dos Comitês Assessores do CNPq.

PRÊMIOS E DISTINÇÕES

- * Prêmio Haralambos Simeonidis da ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, categoria Artigos, com o artigo "Macroeconomia com Preços Fixos: um Modelo Simplificado para Economia Aberta", em co-autoria com Carlos Ivan Simonsen Leal e Rubens Penha Cysne. Publicado na Pesquisa e Planejamento Econômico 17 (2), 265-98, ago/87.
- * Prêmio Haralambos Simeonidis da ANPEC, categoria Artigos, com o artigo "Uncertainty Aversion, Risk Aversion, and the Optimal of Portfolio", em co-autoria com James Dow. Publicado na Econometrica 60 (1), 197-204, 1992.

BOLSAS DE ESTUDO E DE RECONHECIMENTO CIENTÍFICO

- * Iniciação Científica em Matemática, CEPG – 1977.
- * Iniciação Científica em Matemática, CNPq – 1979/80.
- * Bolsa de Mestrado em Economia, EPGE/FGV, 1981/82.
- * Bolsa de Doutorado em Economia, CNPq – 1982/86.
- * Financiamento durante julho e agosto de 1983 e julho e agosto de 1984, para elaboração de trabalho, Sloan Foundation.
- * Prêmios especiais durante setembro de 1982 até 1986, Universidade de Princeton.

PUBLICAÇÕES

- * 1982
 - * "Juros: as Propostas da FIESP", Revista Symposium 2, abril.
 - * "Competição Monopolística e suas Relações com Competição Perfeita", Revista de Econometria II (2), 5-48, novembro.

- * 1983 * "Uma Visão da Inflação como Conflito Distributivo", em co-autoria com Arminio Fraga Neto, Revista Brasileira de Economia 37 (3), 361-68, julho/setembro.

- * 1984 * "A Economia Americana e o Governo Reagan", Revista da Econômica, Consultoria e Projetos 1, julho.
* "O Dólar como Moeda Internacional", Revista da Econômica Consultoria e Projetos 2, agosto.

- * 1985 * "Jogos de Informação Incompleta: Uma Introdução", Ensaios Econômicos da EPGE nº 50, 1-22.
* "A Demanda de Dividendos: Uma Justificativa Teórica", em co-autoria com Tommy Chin-Chiu Tan, Revista Brasileira de Economia 39 (3), 329-37, julho/setembro.

- * 1986 * "On Aumann's Notion of Common Knowledge – An Alternative Approach – Summary", em co-autoria com Tommy Chin-Chiu Tan. Proceedings of the 1986 Conference on Theoretical Aspects of Reasoning About Knowledge, Org. Joseph Y. Halpern. Edit. Morgan Kaufmann, 253-58.
* "Common Knowledge and Game Theory", Ensaios Econômicos da EPGE nº 74, 1-105 (Tese de Doutorado).
* "Convivendo com a Inflação", Caderno Especial da ABERJ nº 76, 1-4, dezembro.
* "Bayesian Foundations of Nash Equilibrium Behaviour", Revista de Econometria VI (1), 41-78, abril.
* "A Bolsa Sem Boas Perspectivas", Revista Conjuntura Econômica 40 (4), 153, abril.
* "Os Gastos Públicos e o Congelamento", Revista Conjuntura Econômica 40 (5), 38-40, maio.

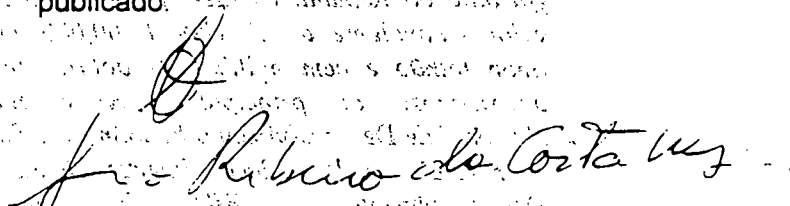
- * 1987 * "A Teoria do Preço da Terra: Uma Resenha", Ensaios Econômicos da EPGE nº 93, 1-25.
* "A Instabilidade das Taxas das LBCs", Revista Brasileira de Mercado de Capitais 13 (38), 62-4, janeiro/março.
* "Support Restrictions and Sequential Equilibrium", em co-autoria com Vicente Madrigal e Tommy Chin-Chiu Tan, Journal of Economic Theory 43 (2), 329-34, dezembro.
* "Macroeconomia com Racionamento: Um Modelo Simplificado para Economia Aberta", em co-autoria com Carlos Ivan Simonsen Leal e Rubens Penha Cysne, Pesquisa e Planejamento Econômico 17 (2), 265-98, agosto.
* "Esvaziamento Econômico do Estado do Rio de Janeiro", em co-autoria com Istvan K. Kasznar, Boletim do IERJ.

- * 1988 * "The Consistency of Welfare Judgements With a Representative Consumer", em co-autoria com James Dow, Journal of Economic Theory 44 (2), 269-80, abril.

- * "A Guide to Knowledge and Games", em co-autoria com Tommy Chin-Chiu Tan, *Proceedings of the Second Conference on Theoretical Aspects of Reasoning About Knowledge*, Org. Moshe Y. Vardi, Edit. Morgan Kaufmann, 163-77.
- * "The Bayesian Foundations of Solution Concepts of Games", em co-autoria com Tommy Chin-Chiu Tan, *Journal of Economic Theory* 45 (2), 370-91, agosto.
- * "Estratégias de Negociação em Organizações Internacionais: O Ponto de Vista da Teoria dos Jogos", *Revista Brasileira de Economia* 42 (3), 217-31, julho/setembro.
- * "Congelamento Parcial com Abono Gerando Excesso de Demanda", em co-autoria com Joaquim Vieira Ferreira Levy, *Plano Cruzado: Inércia x Inépcia*, Org. Barbosa e Simonsen, Edit. Globo, RJ, 223-40.
- * 1989
 - * "Common Knowledge", *The New Palgrave-Game Theory*, Org. Eatwell, J., Newman, P. e Milgate, M., Edit. W.W. Norton, New York, 74-85.
 - * "Credit Rationing and the Permanent Income Hypothesis", em co-autoria com Vicente Madrigal, Tommy Chin-Chui Tan e Daniel Vincent, *Ensaio Econômico da EPGE* nº 141, 1-21.
 - * "Moratória Interna, Dívida Pública e Juros Reais", em co-autoria com Maria Sílvia Bastos Marques, *Pesquisa e Planejamento Econômico* 19 (1), 19-44, abril.
- * 1990
 - * "Preferences, Common Knowledge, and Speculative Trade", em co-autoria com James Dow (University of Pennsylvania e London Business School) e Vicente Madrigal (New York University), *Ensaio Econômico da EPGE* nº 149, 1-17.
 - * "Deságios das LFTs e a Probabilidade Implícita da Moratória", em co-autoria com Maria Sílvia Bastos Marques, *Revista Brasileira de Economia* 44 (2), 191-216, abril/junho.
 - * "Macroeconomia com M4", em co-autoria com Carlos Ivan Simonsen Leal, *Ensaio Econômico da EPGE* nº 163, 1-20.
 - * "O Problema da Dívida dos Países em Desenvolvimento: Uma Análise Via Teoria dos Jogos", em co-autoria com Mário Henrique Simonsen, *Revista Brasileira de Economia* 44 (3), 457-83, julho/setembro.
 - * "A Keynesian Model of Nominal Wage Rigidity", *Revista de Econometria* X (1), 119-42.
- * 1991
 - * "Incerteza e Estado de Direito", *Economia em Perspectiva*, Carta de Conjuntura do Conselho Regional de Economia nº 77, SP, 3-4.
 - * "O Plano Brasil Novo e o Controle de M4", em co-autoria com Carlos Ivan Simonsen Leal, *Revista Brasileira de Economia* 45 (Especial), 193-204, e também, *Plano Collor: Avaliações e Perspectivas*, Org. Faro, C., LTC Edit., RJ, 193-204.
 - * "Educação e Distribuição de Renda", em co-autoria com Carlos Ivan Simonsen Leal, *Distribuição de Renda no Brasil*, Org. Camargo e Giambiagi, Edit. Paz e Terra, RJ, 83-96.

- * "Em Defesa do Estado de Direito", A Economia Pós Plano Collor II, Org. Clóvis de Faro, LTC Edit., RJ, 194-96.
- * "Subadditive Probabilities and Portfolio Inertia", em co-autoria com Mário Henrique Simonsen, Revista de Econometria 11 (1), 1-19.
- * "Finanças: Uma Resenha de Quatro Livros", Revista de Econometria 11 (2), 243-51.
- * "Local Concavifiability of Preferences and Determinacy of Equilibrium", em co-autoria com Mário Páscoa, Ensaios Econômicos da EPGE nº 174, 1-20.
- * "Retornos em Educação no Brasil: 1976-1989", em co-autoria com Carlos Ivan Simonsen Leal, Pesquisa e Planejamento Econômico 21 (3), 559-74.
- * 1992
 - * "The Ex-ante Non-optimality of the Dempster-Shafer Updating Rule for Ambiguous Beliefs", em co-autoria com James Dow, Theoretical Aspects of Reasoning About Knowledge, Proceedings of the Fourth Conference (TARK 1992), edited by Yoram Moses, Morgan Kaufmann Publishers Inc., 163-166.
 - * "Nash Equilibrium Under Knightian Uncertainty: Breaking Down Backward Induction", em co-autoria com James Dow, Ensaios Econômicos da EPGE nº 186, 1-17.
 - * "Uma Nota Sobre a Contabilidade dos Agregados Monetários no Brasil", em co-autoria com Carlos Ivan Simonsen Leal, Estudos Econômicos 22 (1), 35-50.
 - * "Uncertainty, Aversion, Risk Aversion and the Optimal Choice of Portfolio", em co-autoria com James Dow, Econometrica 60 (1), 197-204.
 - * "Homothetic Preferences", em co-autoria com James Dow, Journal of Mathematical Economics 21, 389-94.
 - * "Excess Volatility of Stock Prices and Knightian Uncertainty", em co-autoria com James Dow, European Economic Review 36, 631-38.
 - * "On Aumann's Notion of Common Knowledge: An Alternative Approach", em co-autoria com Tommy Chi-Chiu Tan, Revista Brasileira de Economia 46 (2), 151-66.
 - * "Inflação e Credibilidade", Ensaios Econômicos da EPGE nº 195, 1-10.
 - * "Idéias Sobre uma Reforma Tributária", Economia em Perspectiva, Carta de Conjuntura nº 89, CORECON, abril.
 - * "Common Knowledge and Financial Markets", The New Palgrave Dictionary of Money and Finance, Edit. P. Newman, M. Milgate e J. Eatwell, Macmillan Press, New York, 401-07.
- * 1993
 - * "Abuso Econômico e o Caso da Lei 8.002", em co-autoria com Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ensaios Econômicos da EPGE nº 208, 1-11. Aceito para publicação no Journal Economic Theory.
 - * "Nash Equilibrium Under Knightian Uncertainty: Breaking Down Backward Induction - (Extensively Revised Version)", em co-autoria com James Dow, Ensaios Econômicos da EPGE nº 213, 1-28. Aceito para publicação no Journal Economic Theory.

- * "Effects of Growth on Relative Prices in a Two-Good N-Country Model", *Estudios Económicos* 15 (1), 57-63.
- * "An Historical Note on the Concept of Nash Equilibrium: Independent Quotes From Cournot, Keynes and Plato", *Revista Brasileira de Economia* 47 (3), 467-470.
- * "Os Bancos Estaduais e o Descontrole Fiscal: Alguns Aspectos", em co-autoria com Armínio Fraga Neto, *A Última Década – Ensaios da FGV Sobre o Desenvolvimento Brasileiro nos anos 90*, Org. Moacyr Fioravante e Lauro Vieira de Faria, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 132-149.
- * "On the Differentiability of the Consumer Demand Function", em co-autoria com Paulo Klinger Monteiro e Mário Rui Páscoa, *Ensaios Econômicos da EPGE*, nº 214.
- * "Determinação de Preços de Ativos, Arbitragem, Mercado a Termo e Mercado Futuro", em co-autoria com Flávio Auler, *Ensaios Econômicos da EPGE*, nº 215.
- * "Financial Integration and Public Financial Institutions", em co-autoria com Walter Novaes, *Ensaios Econômicos da EPGE* nº 225, 1-20.
- * 1994
 - * "Laws of Large Numbers for Non-additive Probabilities", em co-autoria com James Dow (London Business School), *Ensaios Econômicos da EPGE*, nº 226, 1-17.
 - * "Regimes Complementares de Previdência", em co-autoria com Hélio Portocarrero de Castro, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Renato Fragelli Cardoso e Uriel de Magalhães, *Ensaios Econômicos da EPGE* nº 238.
 - * "Inflationary Bias and State Owned Financial Institutions", em co-autoria com Walter Novaes Filho, *Ensaios Econômicos da EPGE* nº 242.
- * 1996
 - * "On the Differentiability of the Consumer Demand Function", em co-autoria com Paulo Klinger Monteiro e Mário Rui Páscoa, *Journal of Mathematical Economics* 25, 247-261.
- * 1998
 - * "Capital Structure Choice of Foreign Subsidiaries: Evidence from Multinationals in Brazil", em co-autoria com Walter Novaes, *Ensaios Econômicos da EPGE* nº 340, dezembro.
- * 1999
 - * "Determinacy of Equilibria on Nonsmooth Economies", em co-autoria com Mário Rui Páscoa, *Journal of Mathematical Economics* – a ser publicado.



(A Comissão de Assuntos Econômicos.)

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Nº 77/99, de 22 de janeiro último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 562, de 1998, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

*** PROJETO RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS***** PARECERES****PARECERE Nº 58, DE 1999**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 28, de 1999 (Nº 1.636/98, na origem), do Senhor Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial.

RELATOR: Senador **JOSÉ ROBERTO ARRUDA**

I – RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, enviou a esta Casa a Mensagem N° 028, de 1999 (Mensagem N° 1.636, de 22.12.98, na origem) do Senhor Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial, com as seguintes características:

- a) *valor pretendido*: US\$ 1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos);
- b) *juros*: determinada a cada semestre pelo custo dos Empréstimos Unimonetários Qualificados tomados pelo BID durante o semestre anterior, acrescido de uma margem fixada periodicamente pelo BID, de acordo com sua política de taxa de juros;
- c) *Prazo de amortização*: 20 anos;
- d) *Prazo de desembolso*: 4 anos, a partir da data de vigência do contrato;
- e) *Devedor*: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES;
- f) *Garantidor*: República Federativa do Brasil;
- g) *Credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;

h) *Comissão de compromisso*: até 0,75% a.a. sobre o montante não desembolsado, a partir de 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do contrato;

i) *Comissão de Inspeção e Supervisão Geral*: 0,1% do valor financiado;

j) *condições de pagamento*:

■ do principal: em 32 (trinta e duas) parcelas semestrais e consecutivas em 15.05 e 15.11 de cada ano, vencendo-se a primeira prestação em 15.05.2003 e a última em 15.11.2018;

■ dos juros: semestralmente vencidos, em 15.05 e 15.11 de cada ano;

■ Comissão de Compromisso: semestralmente vencida, em 15.05 e 15.11 de cada ano;

■ Comissão de Inspeção e Supervisão Geral: trimestralmente vencida.

Conforme se pode constatar, o mutuário é o BNDES, estando a República Federativa do Brasil como garantidora última da solvência do contrato, portanto a formalização do ato depende de autorização do Senado Federal.

Trata-se de operação de crédito a ser contratada no âmbito do Programa Global de Financiamento Multissetorial, identificado como passível de obtenção de empréstimo externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX).

Aplicam-se a esta operação os limites estabelecidos pela Resolução Nº 96, de 1989, do Senado Federal. Conforme levantamento realizado pela Secretaria do Tesouro, há margens nos limites de endividamento da União para a contratação da presente operação de crédito. Acompanha o pedido o Parecer STN/COREF/DIREF Nº 402, de 09 de setembro de 1998 da Secretaria do Tesouro Nacional que se manifestou favoravelmente à contratação da operação de crédito em análise.

O Parecer PGFN/COF N° 1.711/98, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional constatou que foram cumpridas as formalidades prévias à contratação estabelecidas na Constituição Federal e pelo Senado Federal, bem como as determinações da Comissão de Controle Fiscal e demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

Segundo ainda a Procuradoria da Fazenda Nacional, a minuta contratual contém cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5° da Resolução n° 96/89 do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

O Banco Central do Brasil, na forma da legislação pertinente, credenciou o BNDES a negociar a operação de crédito em tela.

É o relatório.

II – VOTO

A análise da documentação apresentada pelo Governo Federal confirmou o atendimento de todas as condições impostas pela Constituição, bem como pelo Senado Federal e pelos demais instrumentos legais.

As condições financeiras encontram-se plenamente compatíveis com o mercado internacional, não havendo o que se opor quanto às mesmas ou quanto às cláusulas contratuais uma vez que estas e aquelas estão de acordo com as regras do BID.

No que diz respeito ao mérito do pedido, é inegável que o fortalecimento do BNDES, objetivo maior da presente operação de crédito, deve constituir-se em elemento fundamental da atual política econômica, a fim de permitir a continuação da reestruturação do setor produtivo nacional, assim como a sua maior competitividade.

Quanto à questão de contragarantia, pode esta Casa dispensá-la visto decorrer de exigência de Resolução do Senado Federal, conforme é

destacado no próprio parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Ademais, em se tratando de órgão, orçamentariamente, subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio tal garantia está implícita no próprio orçamento.

Assim sendo, em não existindo vícios de natureza constitucional ou legal, concluímos pela aprovação do pleito nos termos do seguinte projeto de resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1999

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES a contratar operação de crédito, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID, tendo como garantidor a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES autorizado, nos termos do artigo 52, inciso V da Constituição Federal e nos termos da Resolução n.º 96, de 1989, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID, tendo como garantidor a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial.

Art. 2º A operação de crédito mencionada no parágrafo anterior apresenta as seguintes características financeiras:

I - *valor pretendido:* US\$ 1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos);

II - *juros*: determinada a cada semestre pelo custo dos Empréstimos Unimonetários Qualificados tomados pelo BID durante o semestre anterior, acrescido de uma margem fixada periodicamente pelo BID, de acordo com sua política de taxa de juros;

III - *Prazo de amortização*: 20 anos;

IV - *Prazo de desembolso*: 4 anos, a partir da data de vigência do contrato;

V - *Devedor*: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

VI - *Garantidor*: República Federativa do Brasil;

VII - *Credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;

VII - *Comissão de compromisso*: até 0,75% a.a. sobre o montante não desembolsado, a partir de 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do contrato;

VIII - *Comissão de Inspeção e Supervisão Geral*: 0,1% do valor financiado;

IX - *condições de pagamento*:

- do principal: em 32 (trinta e duas) parcelas semestrais e consecutivas em 15.05 e 15.11 de cada ano, vencendo-se a primeira prestação em 15.05.2003 e a última em 15.11.2018;
- dos juros: semestralmente vencidos, em 15.05 e 15.11 de cada ano;
- Comissão de Compromisso: semestralmente vencida, em 15.05 e 15.11 de cada ano;
- Comissão de Inspeção e Supervisão Geral: trimestralmente vencida.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28 DE JANEIRO DE 1999

Presidente

Relator

João Luiz Diniz (2)

Ramiro (3)

João Guilherme (4)

Aluísio (5)

Belkacyal (7)

Deza (8)

Repin (16)

Thomaz (9)

Abel (17)

Handwritten signatures of the members of the Economic Affairs Commission, numbered 12 through 17.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
REUNIÃO Nº 28, DE 1999

ASSINARAM O PARECER, EM 28 DE JANEIRO DE 1999, OS
 SENHORES SENADORES:

1. PEDRO PIVA, PRESIDENTE
2. JOSE ROBERTO AMARAL, RELATOR
3. NADER ZEBET
4. JOÃO PINHEIRO
5. MEY SUASSUNA
6. JOSE EDUARDO DUZA
7. BELLÓ PARÇA
8. DJALMA BESSA
9. ADEMIR ANDRADE
10. FRANCIELINO PEREIRA
11. FREITAS NETO
12. PEDRO SIMON
13. ANTONIO CARLOS VALADARES
14. OSMAR PIAS
15. GENOVA CAMATA
16. ROBERTO REQUIÃO

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica aos Srs. Senadores que, sobre as suas bancadas, encontra-se, à disposição de V. Exas., um exemplar do Relatório da Presidência relativo aos trabalhos do Senado Federal realizados em 1998.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 33/98-CAS

Brasília, 25 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1995, que "dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores", em reunião de 11 de novembro de 1998; que incluído em turno suplementar, na reunião de 25 de novembro de 1998, foi definitivamente adotado sem Emendas.

Atenciosamente, – Senador **Ademir Andrade**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OF. Nº 56/1998/CCJ

Brasília, 15 de dezembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Exª que em reunião realizada nesta data esta Comissão aprovou, na forma do Substitutivo 1-CCJ, o PLS nº 241, de 1997, "dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados".

Cordialmente, – Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com referência ao expediente que acabam de serem lidos, a Presidência comunica ao Plenário que foram encaminhados à publicação os pareceres das Comissões referentes às matérias.

Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recurso por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1995, seja apreciado pelo Plenário.

Comunico ainda que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recurso por

um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 1997, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Foi encaminhado à publicação Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos referente à Mensagem nº 28, de 1999, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 3, de 1999, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tendo como garantidora a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até 1 bilhão e 100 milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Foram encaminhados à publicação pareceres das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, referentes ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1997 (nº 3.792/93, na Casa de origem) e ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1999 (nº 3.844/97, na Casa de origem).

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, as seguintes mensagens:

– Nº 67, de 1999, de 1º do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até 24 milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, Fase II, Primeira Etapa;

– Nº 68, de 1999, de 1º do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até 250 milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Melhoramento de Bairros Habitar – Brasil.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que em virtude do arquivamento, nos termos do art. 332 do Regimento Interno dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 a 180, de 1996, que tramitavam em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1995, além do despacho inicial da proposição, mantém também o despacho proferido na sessão de 10 de setembro de 1996, que encaminhou a matéria à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que declara prejudicados, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 7, de 1985, e 76, de 1992.

Com referência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1985, será feita a devida comunicação ao Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou o arquivamento das seguintes matérias:

Diversos nº 1, de 1995, do Congresso Nacional;

Indicação nº 1, de 1996;

Consulta nº 1, de 1996, e

Ofícios nºs S/16, de 1976, e S/1, de 1986.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ainda ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1993, apresentado como conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 376, de 1992, continuará tramitando em razão da apresentação de recurso aprovado pelo Plenário para que, antes da declaração de sua prejudicialidade, seja ouvida a Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que, em decorrência do arquivamento, nos termos do art. 332 do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 1995, que tramitava em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1996, restabelece o despacho inicial da proposição, proferido na sessão de 16 de maio de 1996.

O Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1996, retorna ao exame das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que, em decorrência do arquivamento, nos termos do art. 332 do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1997, que tramitava em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1997, restabelece o des-

pacho inicial da proposição, proferido na sessão de 15 de dezembro de 1997.

O Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1997, retorna, assim, ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro o Ofício nº 33/99, do dia 2 do corrente, encaminhando a documentação referente à oferta de letras financeiras do Tesouro daquele Município, destinadas ao giro da sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1999.

O expediente anexado ao processado da Resolução nº 110, de 1998, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu do Presidente do Supremo Tribunal Federal o Ofício nº S/6, de 1999, do dia 5 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia da Lei Federal nº 8.033, de 12 de abril de 1990, do Parecer da Procuradoria Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, bem como da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 225.272, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos II e III do art. 1º da referida lei.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 158, de 1999, na origem, de 3 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja desconsiderada a Mensagem nº 62, de 1999 (nº 132/99, na origem), em razão do cancelamento de sua viagem à Venezuela.

O expediente será anexado à Mensagem nº 62, de 1999, que vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 70, de 1999 (nº 166/99, na origem), de 8 do corrente, pela qual o Presidente da República comunicou sua ausência do País no último dia 9, quando participou, na Bolívia, de descerramento da placa comemorativa da inauguração do gasoduto Brasil-Bolívia.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 70, DE 1999

(Nº 166/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País, por curto período, no dia 9 de fevereiro do corrente ano...

Estarei participando, na Bolívia, da cerimônia de descerramento da placa comemorativa da inauguração do gasoduto Brasil-Bolívia.

Brasília, 8 de fevereiro de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso.**

(*) **O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional as Medidas Provisórias nºs 1.731-35, 1.732-49, 1.733-58, 1.734-24, 1.735-30, 1.763-63, 1.736-33, 1.737-23, 1.738-19, 1.739-18, 1.740-28, 1.741-38, 1.742-14, 1.743-12, 1.744-10, 1.745-12, 1.746-10, 1.747-6, 1.748-38, 1.749-36, 1.750-47, 1.751-62, 1.752-33, 1.753-15, 1.754-14, 1.755-11, 1.756-10, 1.757-51, 1.758-9, 1.759-9, 1.761-9, 1.762-9, 1.764-33, 1.765-45, 1.766-15, 1.767-45, 1.768-31, 1.769-54, 1.770-45, 1.771-23, 1.772-19, 1.773-34, 1.774-22, 1.775-8, 1.776-8, 1.777-8, 1.778-8, 1.779-7, 1.780-6, 1.781-6, 1.782-2, 1.783-2, 1.784-2, 1.798-1, 1.799-2, 1.808, 1.809 e 1.810, de 1999.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1989-CN, foram constituídas as Comissões Mistas incumbidas de emitir parecer sobre as matérias e estabelecidos calendários para tramitação das matérias.

(*) Ementas das Medidas Provisórias, composição das Comissões Mistas e calendários publicados em suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em obediência ao disposto nos arts. 332 e 333 do Regimento Interno, a Presidência comunica o arquivamento das proposições cuja relação será publicada em suplemento ao **Diário do Senado Federal**.

Sobre a Mesa ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados aue será lido pelo Sr. 1º Secretário em, exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

SGM/P 48

Brasília, 10 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência requerimento de autoria da Deputada Jandira Feghali, solicitando a realização, no próximo dia 10 de março, de sessão solene do Congresso Nacional, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Face ao exposto, consulto essa Presidência sobre a viabilidade de realização do evento.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência os protestos de apreço e consideração. – **Michel Temer**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 33, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial conjunta (Câmara e Senado) no dia 10 de março de 1999, pela manhã, para comemoração do Dia Internacional da Mulher, que transcorre anualmente no dia 8 de março.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1999.

Senadora Emília Fernandes

Senador Gláucia Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

Senador Orlando Silva

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento será apreciado após a matéria constante da Ordem do dia, nos termos do art. 255, do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

Requerimentos*

Nºs. 34 e 35, de 1999

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os requerimentos lidos vão à publicação.

Sobre a mesa projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

Projetos de Lei do Senado

Nºs 9 a 41, de 1999*

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os Projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Recebido em 12/03
15/3/99
mauá

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, por 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje estamos efetivamente iniciando os trabalhos desta 51ª Legislatura. Ontem tivemos a sessão solene de instalação e nossos trabalhos, agora, passam a se desenvolver regularmente, de acordo com o que preceitua o nosso Regimento.

Começamos esta nova Legislatura em um clima de perplexidade, de incerteza, de insegurança e de muita dúvida quanto ao futuro do País e às expectativas da sociedade.

De fato, a própria mensagem do Presidente da República – pelo menos nos trechos que foram lidos pelo 1º Secretário da Câmara, Deputado Ubiratan Aguiar – é cheia de afirmações que revelam as dificuldades que o País enfrenta para cumprir um programa de correção do déficit público e de internacionalização da economia, integração de economias em respeito às novas regras de convivência internacionais, que foram estabelecidas a partir da Organização Mundial do Comércio, e a outros tantos instrumentos que regem as relações comerciais e econômicas entre os países.

O Embaixador Jório Dauster, que representa o Brasil junto à União Européia, em Bruxelas, concedeu uma entrevista, há alguns dias, a um jornal de grande circulação. Afirmou aquilo que o Presidente da República, de certa maneira, já havia dito e que foi objeto de muito debate, de muita discussão no plenário do Senado – eu mesmo abordei o tema algumas vezes. Numa linguagem muito diplomática, denunciou o que se chamaria de globalização assimétrica, ou seja, a globalização tem características que dão uma posição de vantagem aos países que têm economia mais forte, mais poderosa, principalmente os Estados Unidos e a União Européia.

Ora, estamos assistindo agora mesmo a exemplos daquilo que foi falado, com todas as cautelas semânticas, pelo Embaixador: É evidente que a desvalorização do real nos traz uma série de problemas, uma série de dificuldades – não preciso repeti-las aqui –, mas oferece maior oportunidade para as políticas de exportação. E assim, o que os Estados Unidos logo fazem é criar dificuldades para a entrada do aço brasileiro sob vários argumentos. Segundo consta, o próprio Ministro Luiz Felipe Lampreia estaria cogitando estabelecer uma restrição voluntária à nossa exportação. Ora, se fomos obrigados,

ao longo desses quatro anos, a cortar custos, a melhorar a competitividade – o nosso empresariado trabalhando com juros altíssimos – a nos enquadrarmos na nova Lei de Patentes, no chamado GATT, que culminou com a criação da Organização Mundial do Comércio, quando a adversidade nos oferece uma oportunidade de aumentarmos divisas à custa da exportação, os americanos, sob vários pretextos, buscam dificultá-la. Cito o exemplo do aço, mas poderíamos fazê-lo em relação aos produtos agrícolas.

Segundo os jornais de hoje, a União Européia oferece um subsídio de setecentos e cinquenta bilhões para a agricultura européia. Portanto, é evidente que essa relação é extremamente desigual, desfavorável. Se valer "manda quem pode, obedece quem tem juízo", não gosto, mas me calo.

Não sou muito favorável à teoria conspiratória: pessoas se reuniram em Washington, dentro de um gabinete, e resolveram fazer isso. Esse é um movimento do capital, das forças econômicas. Mas vejam bem, é preciso distinguir o que é o império da realidade, a força dos fatos, contra os quais não há o que fazer, e o que é possível a um país fazer, defendendo os interesses do seu povo e da sua sociedade. Por exemplo, na primeira Revolução Industrial, quando veio a primeira máquina a vapor, houve quem não gostasse. Os trabalhadores se organizaram em um movimento para quebrar as máquinas, o ludismo, porque temiam perder o emprego. Quando veio a energia elétrica, pelo menos um emprego se acabou, o do acendedor de lampiões. E assim por diante. Isso é o que eu chamo de império dos fatos, contra o qual não há como se opor. É impossível para um país não aceitar as máquinas. Seria como se um empresário não aceitasse computadores em sua empresa, apenas máquinas de datilografia. O que aconteceria? Com o tempo, faltariam fitas para as máquinas e não haveria quem as consertasse. Há realidades, portanto, das quais não podemos fugir.

Pergunto, dentro desse quadro, qual a possibilidade de se manter um mínimo do nosso interesse, apesar desses fatos que nos impõem determinadas condutas ou determinadas políticas. A meu ver, esta é a questão básica, fundamental: separar aquilo que é a realidade da evolução da Humanidade, do capital, dos negócios, do comércio, daquilo que podemos fazer, como país, como uma nação.

Aparentemente, as experiências por que estamos passando se repetem nos diversos países. A Argentina já viveu uma situação semelhante. Esses

desentendimentos, por exemplo, entre as províncias e o Governo Federal daquele País são análogos aos que estamos vivendo aqui, entre os Estados e a União. No meu modo de ver, algo está sendo conduzido de maneira extremamente inconveniente. Não pode haver Federação, se não houver entendimento, harmonia entre os Estados e a União.

O Governo Federal, assinou, no ano passado, um acordo com o FMI, mas agora, poucos meses depois, está revendo. Isso quer dizer que os Estados também podem pleitear um acordo. Creio que a União fez o que podia fazer na época, transformou juros altíssimos em juros de 6% ao ano, mas, por outro lado, os juros subiram tremendamente.

O Dr. Roberto Campos escreveu um artigo, há dias, mediante o qual disse que nos Estados Unidos os Estados fazem questão de não pedir dinheiro emprestado à União. Só que ele esqueceu de dizer, por exemplo, que nos Estados Unidos não existe FEF. De onde vem o dinheiro do FEF, o Fundo de Estabilização Fiscal? Em grande parte vem dos Estados. Portanto, é evidente que essas relações são dinâmicas e devem ser harmoniosas, o que não quer dizer que os Estados se submetam à União ou vice-versa. Se não houver diálogo, não há política. E sem política, como vamos resolver essa situação que está aí se desenhando? Daí por que, repito, esse modelo, pelo menos até onde conhecemos, não foi capaz de solucionar problemas de alguns países. A Argentina agora já está propondo a dolarização na América do Sul, na América Latina. Isso pode ser também, nesse momento que estamos vivendo, uma tentativa de apressar a formação da Alca, abandonando o diálogo, o entendimento entre países, para torná-la uma realidade diante de uma situação econômica extremamente desfavorável para nós.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Senador Lúcio Alcântara, é sempre com muita atenção e encantamento que ouço seus pronunciamentos nesta Casa. O que vou dizer agora não tem absolutamente nada de pessoal, porque realmente vamos engolindo os nossos sapos. Nós, da Oposição principalmente, não temos muita coisa que fazer aqui senão engolir sapos, e isso não é muito agradável, principalmente quando acontece por um período muito longo de tempo. Agora, finalmente talvez pudéssemos fazer algumas cobranças e pôr alguns

pontos nos is. Fomos chamados de caipiras, fomos chamados de neobobos, quando alertávamos para o absurdo de um país fazer a valorização exagerada de sua moeda para importar de tudo, a um preço muito baixo, abaixando as alíquotas de importação e deixando que o nosso parque industrial e os nossos empregos fossem destruídos. Agora, quando colocamos a cabeça de fora e começamos a querer exportar, percebemos que, se somos neobobos, alguns que se julgam muito inteligentes e muito espertos talvez sejam neo-idiotas. Por quê? Porque não existe país algum no mundo, e os Estados Unidos já comprovaram isso – V. Ex^a citou o exemplo do aço, o exemplo das nossas massacradas laranjas – que não possa penetrar nos Estados Unidos senão pagando mais de 100% de alíquota, como acontece com os nossos frangos. Então, agora descobrimos que não existe neoliberalismo a não ser de exportação; agora descobrimos que eles, que pregam o neoliberalismo de exportação, realmente não o praticam. É o "faça o que digo mas não faça o que faço". Gostaria apenas de fazer quase que um desabafo, que tangencia o discurso é se inspira nele, mas que não contém agressão pessoal ou contraposição em relação ao pronunciamento de V. Ex^a, a quem muito prezo e admiro.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Lauro Campos, sempre com a sua coerência, com o modo muito afirmativo de colocar as suas posições, de quem já tivemos a felicidade de granjear também a amizade pessoal. Agradeço muito as referências, mas quero dizer a V. Ex^a que esse cardápio de batráquios não é privativo da Oposição. Também engolimos os nossos sapos – e alguns até já se cansaram de engoli-los, como meu Colega, querido amigo, Senador Jefferson Péres. Trata-se de um cardápio do mundo político. De uma forma ou de outra, todos nos servimos dessa espécie.

Gostaria de deixar bem claro o seguinte: ao Presidente faltou dizer em sua mensagem – que achei interessante, muito realista – que o grande problema que estamos vivendo no mundo hoje é o chamado pensamento único. O autor espanhol, Joaquim Stéfania, escreveu o livro chamado *Pensamento Único*. Então, tudo que se diga fora desse pensamento, é bobo, ou é idiota, ou é atrasado, ou é retrógrado, ou é utópico, ou é sonhador, ou qualquer coisa. O nível de desqualificação aumenta ou diminui dependendo de quem fala, por onde fala e do seu poder de liderança. Agora, estamos vendo que, à margem desse

pensamento único, é evidente que existem outras alternativas que não podem ser desconsideradas.

A Igreja faz uma campanha agora, "Desempregado, por quê?" Eu já vejo muitos dizendo que a Igreja quer solução para tudo. Nem é sua função ter solução para tudo. Mas pode denunciar isso, como muitas correntes da Igreja denunciaram o arbítrio, a supressão das liberdades. Não cabe à Igreja, nem a outras instituições, como a Ordem dos Advogados, trazer soluções, pois não é ela que está governando. A meu ver, é incensurável, entretanto, que apresentem e exponham o problema, que exijam sejam assumidas as responsabilidades, com a tentativa de solucionar, senão o todo, parte do problema.

Na situação em que nos encontramos, talvez o Presidente Fernando Henrique tenha diante de si o seu maior desafio como estadista, e o julgo preparado, competente e sério. Integro o PSDB, apóio o seu Governo, e Sua Excelência, até pela posição institucional que tem, é a única pessoa que pode realmente convocar o País, sem que isso signifique abrir mão de prerrogativas, idéias e princípios para um movimento de mobilização nacional, até com vistas a melhorar o humor da população. É importante que se procure novamente movimentar forças que possam apresentar um horizonte para o País.

No terreno das exportações, do diálogo com os países de economia mais desenvolvida, estamos sob a ameaça de que o Proex, o Programa de Estímulo às Exportações, seja considerado pela Organização Mundial do Comércio um subsídio. Portanto, teria que mudar ou deixar de financiar essas exportações pelo Proex, mas não se fala no subsídio da União Européia e nem em outros. Então, essa nova ordem econômica não pode vir apenas para cristalizar desigualdades que não têm como ser explicadas ou aceitas, a não ser pela lei do mais forte – mandou está mandado, não sendo possível qualquer reação. Mas querer envelopar essa realidade num embrulho de modernidade, de liberdade de comércio e de mercado, de competitividade é demais!

Outro problema é a questão da Embraer com a Bombardier, empresas de fabricação de aeronaves, pois estamos, novamente, ameaçados de ver a Embraer desclassificada como empresa que estaria recebendo subsídios. É uma luta por um mercado importante, onde o Brasil já conseguiu, a duras penas, uma certa fatia.

Por isso, ao concluir a minha pequena intervenção, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores,

apenas desejo mostrar como esses fatos têm diversos aspectos, que, nem sempre, são aqueles que merecem mais destaque ou são do conhecimento mesmo de uma elite, de uma classe mais atuante, como é a classe política. A classe política teria a obrigação de conhecer esses fatos, de interpretá-los e de fazer com que o Governo encontrasse formas de retomar o crescimento, de dinamizar a economia, de garantir faixas de atuação, permitindo-lhe absorver as exigências do novo mundo que se formou na economia, nas transações comerciais e assim por diante.

O Presidente Fernando Henrique tem esta gravíssima responsabilidade sobre seus ombros: mobilizar o País, já agora no início do seu mandato, quando enfrenta grandes dificuldades, para resistir a essas situações que nos são extremamente adversas, inclusive nas próprias negociações.

Nos Estados Unidos, quando o Presidente não quer ou não pode fazer alguma coisa, ele diz que não pode fazê-lo porque tem o Congresso. O Congresso é justamente essa representação do País e da sociedade para também ajudar a imprimir rumos administrativos e na economia do País. Nossa função é essa.

Não podemos ser censurados em nada, porque o Congresso deu o que foi pedido pelo Poder Executivo, até com alguma restrição de políticos da base de apoio do Governo. Todavia, nas condições em que o País se encontra, deve haver entre os Três Poderes uma harmonia, que não significa um submeter-se ao outro, mas o estabelecimento de rumos comuns que tenham um certo consenso, capaz de nos unir e de promover o crescimento e o bem-estar da nossa população. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Edison Lobão, por vinte minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa ofereceu farto noticiário sobre a última reunião da diretoria do Bradesco, destacando a mudança de nomes na sua direção. Afastava-se da presidência do banco o Sr. Lázaro de Mello Brandão, sucedendo-o o Sr. Márcio Cypriano. O mesmo destaque foi dado no passado, como se recorda, quando Lázaro Brandão sucedeu o fundador do banco, o saudoso Amador Aguiar, cuja visão de banqueiro vitorioso sempre se equiparou à dos grandes ases da banca internacional.

Essa relevância dada aos processos sucumbentes no Bradesco deve-se às peculiaridades dessa instituição. Começou do nada, como tantas outras, para alcançar culminâncias entre as instituições financeiras. Dava-se como insubstituível a notável figura de Amador Aguiar, que, na sua legendária simplicidade de homem integralmente devotado ao trabalho, levou adiante seus ideais de homem de negócios, colocando prudentemente tijolo sobre tijolo em cada um dos seus empreendimentos. Graças a sua honradez e correção no trato com clientes, pode assistir, ainda em vida, ao retumbante sucesso das suas programações.

Mas Amador Aguiar, como se viu, não era insubstituível. Enxergava mais longe, com invejável acuidade, e deixou-se suceder por discípulo que lhe seguiu os passos com visão própria.

Lázaro de Mello Brandão manteve na sede da empresa, na Cidade de Deus, em Osasco, na Grande São Paulo, até mesmo o famoso "mesão" – peculiaridade exclusiva do Bradesco, que reúne na mesma sala, sem divisórias, todos os diretores da empresa. Contudo, devia impor, como impôs, os seus próprios métodos de trabalho e de orientação às diretrizes a serem seguidas pela organização, acompanhando a notável evolução dos negócios em um mundo inteiramente informatizado.

O êxito alcançado, que hoje coloca o Bradesco entre um dos principais conglomerados financeiros da América Latina, demonstra quão firme e talentosa foi a administração Lázaro Brandão, que obteve, no ano findo, o maior lucro já alcançado na história por empreendimentos da iniciativa privada brasileira.

Chegou, porém, a hora de novas mudanças, tanto pela própria filosofia firmada nos estatutos da instituição quanto pelas novas realidades que vão sendo atropeladamente inauguradas pela chamada globalização.

Os bancos transformam-se, no mundo moderno, no principal instrumento dos negócios nacionais e internacionais. Somas fabulosas de dinheiro – em uma época em que o dinheiro vai perdendo nacionalidade – não se deslocam, interna ou externamente, somente em malotes fechados guardados por seguranças armados. O dinheiro movimenta-se a um simples apertar de botão, viajando milhares de quilômetros em frações de minutos. Entre as populações, paga-se ou recebe-se com o chamado "dinheiro plástico", que são os cartões de crédito. Qualquer pessoa do povo, nos dias atuais, pode movimentar

dinheiro, no banco da sua preferência, através de computadores residenciais. No alto mundo dos negócios, as transações são feitas por processos incrivelmente simples e rápidos, a cada dia criando-se mecanismos que dão mais e mais velocidade às tratativas combinadas.

E, presidindo todo esse processo, estão os bancos comerciais. Há os que sobreviverão com tais avanços à modernidade, e há os que infelizmente já sucumbiram ou vão sucumbir nas ondas que os tragaram ou vão tragar.

No Brasil, temos assistido, sem aplausos, ao desenrolar desses acontecimentos que envolvem as praças financeiras de todo o mundo. Para aqui têm migrado poderosos conglomerados que, quando não absorvem, ameaçam os empreendimentos bancários nacionais. Trazem tecnologia de ponta e carteiras recheadas de recursos em moeda forte.

É nesse campo de batalha da concorrência que se faz acirrada como nunca que se inserem o Bradesco e as demais instituições financeiras genuinamente brasileiras. Suas lideranças estão atentas à premente necessidade de constantes renovações de métodos, estratégias e recursos humanos que acompanhem as fulminantes transformações no setor. No Bradesco, segundo a imprensa, tornou-se óbvio que as atuais mudanças refletem o desejo de rejuvenescimento das suas lideranças, criando-se mecanismos e estímulos para o preparo qualificado e a ascensão mais rápida dos funcionários vocacionados para as tarefas que emergem das novas criações tecnológicas.

"A busca por produtividade e eficiência é constante", disse Lázaro Brandão numa entrevista. De suas declarações, depreende-se que o Bradesco, ainda o líder absoluto entre os bancos privados brasileiros, persistirá no esforço para que não se lhe tire esse galardão.

E por isso renova-se. A famosa "grande mesa" comum a todos os diretores sofreu modificações, dando mais espaço para alguns. Lázaro Brandão, em vez de aposentar-se, decidiu reservar-se, não obstante os seus 72 anos, para a presidência de um Conselho de Administração reformulado, dedicado inteiramente a traçar as estratégias do melhor encaminhamento dos negócios afetos ao Bradesco. Memória viva do banco, conhecedor das suas entranhas, Lázaro será o grande conselheiro, o guia de uma **holding** a indicar os processos que mantenham sua instituição em posição de destaque num mundo globalizado.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pois não. Ouço V. Ex^a com todo prazer, Senador Bello Parga.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – Nobre Senador Edison Lobão, neste momento em que V. Ex^a faz um justo e adequado elogio ao Dr. Lázaro Brandão, que durante muito tempo foi o executivo de maior autoridade no conjunto das instituições financeiras do Grupo Bradesco, é próprio trazer o meu apoio às suas palavras. Lázaro Brandão é um brasileiro que enriquece o País. Enriquece-o como um capitão do setor financeiro que soube levar o conglomerado Bradesco a uma posição de destaque no seio da economia nacional. Mas é justo, principalmente, que seja assinalada a consciência social desse ilustre banqueiro. A gestão de Lázaro Brandão no Bradesco ampliou o seu programa de assistência social, fazendo-o presente na regiões mais afastadas do País. Via devolução de recursos amealhados pelas operações bancárias do Bradesco, muito se fez em favor das comunidades, às vezes as comunidades mais afastadas da periferia dos grandes centros. Quero dizer que esta não é só a minha palavra pessoal de admiração àquele executivo do setor bancário, mas é também a palavra de louvor da coletividade maranhense. Lembro a V. Ex^a, que naturalmente não ignora o assunto, que o Bradesco, às suas próprias custas, instalou duas escolas-modelos no Maranhão de 1º e 2º Graus: uma na Capital do nosso Estado – na Avenida Médici a caminho do aeroporto, e a outra no Município de Pinheiro. Essas unidades escolares hoje ajudam a infância e a juventude maranhense a trilhar os caminhos da informação, do conhecimento e da sabedoria. De maneira que acho adequado trazer aqui o apoio da coletividade maranhense às palavras de V. Ex^a, neste momento em que faz o louvor correto e adequado à pessoa de Lázaro Brandão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço-lhe, Senador Bello Parga, a contribuição que traz a este meu pronunciamento, sobretudo porque lembra o papel social do Bradesco, cujo desempenho pode ser comparado ao de poucas instituições privadas neste País, havendo-se com extremo cuidado e com todo o êxito entre nós.

Faço votos que o Bradesco possa prosseguir nesta linha, seja no campo da economia propriamente dita, seja na parte social, porque num setor e no outro o Bradesco oferece lições para as grandes corporações deste nosso País.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Meu caro Senador Edison Lobão, gostaria também de me associar às palavras de V. Ex^a quando registra a atuação do Dr. Lázaro de Mello Brandão e a história de crescimento do Bradesco. Este banco, na gestão de Amador Aguiar, depois consolidada pela gestão de Lázaro Brandão, passou por uma transformação, tornando-se, sem dúvida nenhuma, um banco de grande penetração popular, dando, inclusive, condição a que muitos brasileiros, pequenos poupadores, tivessem o que podemos chamar de cidadania financeira: tiveram acesso à caderneta de poupança, conta corrente etc. O banco capilarizou sua atuação por todo o território nacional. É importante, como disse o Senador Bello Parga, registrar também que essa agência financeira, que esse banco que ganha dinheiro com aplicações financeiras, preocupou-se também em dar uma conotação social à instituição, com a criação da Fundação Bradesco, cuja atuação se dá principalmente nas áreas de educação, de formação técnica e de assistência social. Quero, portanto, parabenizar V. Ex^a pela excelente lembrança e registrar também as minhas palavras de apoio e de admiração pela gestão, pela atuação do homem empresarial, do homem brasileiro Lázaro de Mello Brandão, que deixa a direção do banco e, sem dúvida, continuará a contribuir no Conselho para que a instituição continue a ser uma das marcas importantes do Brasil no sistema financeiro mundial. Meus parabéns pelas suas palavras.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – As palavras de V. Ex^a são, sem dúvida, as palavras do extremo Norte brasileiro em apoio a essa instituição privada que é um dos orgulhos desta Nação.

Sr. Presidente, Lázaro Brandão foi buscar para sucedê-lo um nome até então não especulado pela imprensa, o de Márcio Cypriano, que ingressara no Bradesco quando este comprou o Banco da Bahia, em 1973, onde Márcio ingressara como escriturário há seis anos e então desempenhava as funções de gerente de agência. Viu-se em Márcio Cypriano, como registrou a imprensa, uma extraordinária habilidade no relacionamento com clientes e na liderança de agências.

Creio, Sr. Presidente, que o Brasil precisa destacar personalidades como a de Lázaro de Mello Brandão. Nos países culturalmente adiantados, nos

quais as mais fartas informações chegam a todas as camadas do povo, as personalidades especiais são cultuadas como um edificante exemplo a ser oferecido às gerações que se sucedem.

Os caminhos trilhados desde a juventude por esses pró-homens da iniciativa privada – de incessante luta, de persistência indormida, vencendo desconfortos e inumeráveis desafios na busca do aprimoramento técnico e intelectual, superando tentações para manter intocada a sua correção profissional, moral e cristã – transformaram-se em modelos a serem absorvidos pelos mais jovens.

Os jovens que estudarem as biografias de brasileiros como Lázaro Brandão e de tantos outros dos nossos pró-homens, haverão de concluir que os sacrifícios deles exigidos pela vida, como se fosse a paga para o êxito de seus porvires, valem a pena ser enfrentados. Há o tempo para tudo, o tempo das dificuldades e o tempo dos sucessos, parecendo certo que a vida, guiada sob misteriosos desígnios, habitualmente compensa os que souberam administrar com prudência e sabedoria os diversificados períodos que foram conferidos às suas existências.

O ex-presidente do Bradesco iniciou sua vida profissional nessa instituição aos 16 anos de idade. Aos 37, já era um dos seus diretores; aos 51, Diretor Vice-Presidente; e, aos 55 anos, assumiu a Presidência da Diretoria, sucedendo a Amador Aguiar, fundador da instituição, outro grande homem que muito orgulho causa à Nação brasileira.

Fácil imaginar o rol de dificuldades que terá envolvido a jovem cabeça de um menino de dezesseis anos para, ao lado do trabalho profissional sob a fiscalização de um padrão rigoroso, mas justo, vencer a cada dia os tropeços para os seus estudos até diplomar-se em Administração de Empresas e Economia. Degrau por degrau, ascendeu na carreira que escolheu, vendo reconhecidos os seus méritos.

Assim tem sido o cotidiano de Lázaro de Mello Brandão, desde cedo vocacionado para os empreendimentos privados, conhecendo-lhes os mecanismos, aceitando-lhes os riscos e tendo sobre eles uma visão que, mesclada à sua moderação, asseguraram renovados êxitos às decisões da instituição que ele ajudou a manter como uma das mais estáveis da América Latina.

É de ressaltar que, na vida desses homens – sejam do Brasil, sejam de outros países –, há características comuns a todos eles: os que se fizeram por si mesmos são pessoas de hábitos geralmente simples e preocupam-se com os problemas sociais.

Há nações em que muitas das suas principais universidades, bibliotecas, pesquisas e museus de arte sobrevivem, e bem, com as doações recebidas desses varões exemplares e empresarialmente bem sucedidos, que despertam a admiração do seu povo pelo notável desprendimento com que cumprem o que consideram um dever de filantropia.

Entre nós, cabe à Fundação Bradesco, há longos anos, manter escolas da melhor qualificação espalhadas por todo o País, cujas vagas são disputadíssimas por jovens, na sua maioria carentes, que buscam seguir exatamente a trilha das gerações profissionalmente bem sucedidas.

A instituição Bradesco, portanto, além de ser um agente econômico gerador de riqueza, que apóia financeiramente empreendimentos produtivos e cria empregos para milhares e milhares de brasileiros, não se omite no socorro a jovens carentes que querem aprender e evoluir, meta que vem desafiando, infelizmente com pouco sucesso, as administrações estatais.

Todos nós, Sr. Presidente, temos sofrido com o drama do desemprego em nosso País. Esse gravíssimo problema social está atingindo não somente aqueles que não se qualificaram, mas todas as categorias da sociedade. E agrava-se ainda mais com a impossibilidade de o setor público absorver, mesmo mediante concursos, a grande massa que desejaria trabalhar a serviço do Estado. O emprego público está vivendo o seu ocaso. O Estado reduz-se, e, com ele, o número dos que poderiam servi-lo diretamente. É o instante, pois, de se estimular, com todas as forças possíveis, especialmente pelo avanço da globalização, a iniciativa privada, a provedora adequada para os contratos de trabalho. Nesse contexto estão os bancos, notadamente os nacionais, que têm os instrumentos para o incremento dos negócios, fonte da geração de empregos.

O meu pronunciamento hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem o objetivo de ressaltar a personalidade de Lázaro de Mello Brandão, no instante em que ele se afasta da Presidência executiva do Bradesco, como um modelo que se oferece aos jovens brasileiros – o sucesso pessoal que resulta de um trabalho sério, de quem superou dificuldades para atingir as culminâncias de uma carreira profissional.

Mesmo aos 72 anos de idade, Lázaro Brandão não abdica do trabalho. Além da Presidência do Conselho de Administração do Bradesco, continuará oferecendo sua importante participação em colegiados como membro do Conselho Diretor da Federa-

ção Brasileira da Associação de Bancos, do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos e, desde julho do ano passado, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Securitização.

É essa personalidade que, da tribuna do Senado, tenho o grato prazer de aplaudir, certo de que não deixará jamais de oferecer ao nosso País a colaboração que tem prestado com as suas ações, suas iniciativas e seus conselhos a tantas autoridades que, muitas vezes, buscam sua opinião antes de assumirem decisões da maior importância para a economia brasileira.

Sr. Presidente, o Bradesco, pela sua diretoria, sobretudo a que se retira, oferece-nos uma demonstração de que banco é uma instituição privada que pode ter êxito. No ano passado, o banco ofereceu aos seus acionistas o maior lucro já obtido na história do Brasil por uma instituição privada. Isso significa que, se os bancos socorridos pelo Banco Central com o Proer tivessem sido bem dirigidos, não teriam sucumbido, como aconteceu. Portanto, que instituições vitoriosas como essa sirvam de modelo para as futuras gerações de empresários do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 36, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Sullivan Silvestre ex-Presidente da Funai.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família, à Funai e ao Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1999. –
Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esse requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a morte trágica do Presidente da Funai, Dr. Sullivan Silvestre, em

acidente aéreo, no dia 1º de fevereiro, representou, sem dúvida alguma, uma perda dolorosa para o País e, em especial, para os povos indígenas. Jovem de 36 anos, com uma carreira brilhante e promissora, Sullivan alinhara-se entre os que defendem a vida. Promotor público de Goiás aos 23 anos, Procurador da Justiça desse mesmo Estado aos 33, Sullivan ganhara destaque por suas defesas em favor do meio ambiente. Em 1997, convidado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para dirigir a Funai, conquistou a confiança dos povos indígenas por sua bondade e pela ampla compreensão que tinha desse peculiar universo.

Na cerimônia de sepultamento do jovem Presidente da Funai, ao lado de eminentes figuras públicas do cenário nacional, fizeram-se presentes as mais diversas lideranças indígenas, testemunhando, com seus rituais de dança e canto, a dor que sentiam pela perda de um amigo, pela perda de um homem em que podiam confiar e que desempenhava com espírito fraterno a missão de interlocutor e administrador dos interesses desse segmento da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Senado Federal deve fazer esse registro, deve consignar esse voto de pesar pelo falecimento do saudoso Presidente da Funai.

Como homem do Centro-Oeste, que conheceu o seu acalentado ideal em defesa dos direitos das minorias, especificamente dos direitos da nação indígena no Brasil, deixo registrado perante o Senado da República que talvez Mato Grosso do Sul tenha sido a primeira unidade da Federação a prestar uma comovida e sincera homenagem ao goiano Sullivan Silvestre. Em verdade, na capital do nosso Estado passou a existir o primeiro loteamento urbano indígena com a construção, sob os auspícios da Prefeitura Municipal, dirigida por André Puccinelli, aliada à Rede Globo de Televisão de Campo Grande e à Construtora Bigolim, o primeiro loteamento urbano indígena no Brasil.

Respeitando a arquitetura indígena, foram construídas 108 casas – verdadeiras ocas –, que abrigam mais de 400 indígenas. Foi construída também uma escola com 12 salas de aula, quadra de esportes coberta e com todo o conforto e infra-estrutura indispensáveis ao fim a que se destina.

Por meio dessa escola, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, Mato Grosso do Sul teve oportunidade de render esse tributo, essa homenagem sincera e comovente àquele que dedicou grande parte

de sua vida à defesa dos povos indígenas, àquele que acalentava o grande ideal de servir ao seu País servindo a essa comunidade. Sulivam tinha dentro de si o ideal de justiça.

Nessa solenidade realizada em Campo Grande, com a presença também do Senador Juvêncio da Fonseca e do Ministro da Justiça, Renan Calheiros, nosso companheiro no Senado da República, tivemos a oportunidade de entregar ao País esse loteamento onde, repito, existe essa escola com o nome de Sulivam. Mas o Senado da República, que representa a Federação brasileira, tem de consignar esse voto de profundo pesar pelo falecimento do Presidente da Funai, Sulivam Silvestre, homem público que perdeu a vida no esplendor de sua mocidade.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido este meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. RAMEZ TEBET:

A morte do presidente da Funai, Sulivam Silvestre, em um acidente aéreo, no dia 1º de fevereiro, representou uma perda dolorosa para o país e, em especial, para os povos indígenas. Jovem de 36 anos, com uma carreira brilhante e promissora, Sulivam alinhara-se entre os que defendem a vida. Promotor público de Goiás aos 23 anos, procurador da Justiça desse mesmo Estado aos 33, Sulivam ganhara destaque por suas defesas em favor do meio ambiente. Convidado, em 1997, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para dirigir a Funai, conquistou a confiança dos povos indígenas por sua bondade e pela ampla compreensão que tinha desse peculiar universo.

Na cerimônia de sepultamento do jovem presidente da Funai, ao lado de eminentes figuras públicas do cenário nacional, fizeram-se presente as mais diversas lideranças indígenas, testemunhando em seus rituais de dança e canto a dor que sentiam pela perda de um amigo, pela perda de um homem em que podiam confiar e que desempenhava com espírito fraterno a missão de interlocutor e administrador dos interesses desse segmento da sociedade brasileira.

A morte de Sulivam, Sr. Presidente, renova, no cenário das preocupações nacionais, a discussão dos temas ligados à questão indígena. Isso, no momento mesmo em que nos preparamos para comemorar os 500 anos do descobrimento do Brasil.

Essa é uma data importante no calendário histórico do país e inúmeras festividades estão sendo preparadas pelo governo e pela iniciativa privada para marcá-la no coração dos brasileiros. É portanto a hora propícia para se desenvolver junto à sociedade uma campanha de conscientização sobre os direitos, dificuldades e necessidades dos povos indígenas, ampliando a compreensão de todos os brasileiros sobre as peculiaridades de suas vidas, de sua cultura.

Sob esse ponto de vista, é preciso que se promova uma ampla divulgação sobre a riqueza da cultura indígena, valorizando a sua contribuição para o conjunto da cultura nacional. Essa seria uma das estratégias a serem utilizadas para possibilitar um aumento da auto estima dos povos indígenas, de modo a que se sintam efetivamente incluídos no contexto da nossa sociedade e possam conquistar a cidadania a que fazem jus.

Nesse sentido, faço aqui sugestão à CNBB para que apresente, novamente, no próximo ano, os índios brasileiros como tema da sua Campanha de Fraternidade. Não simplesmente como excluídos, como pobres, como sofrendores, mas como cidadãos brasileiros, portadores de características próprias, que devem ser respeitadas e preservadas como patrimônio da nossa nação. E, apesar de não ser um especialista da área, ousa sugerir à Rede Globo, tão engajada que está na comemoração dos 500 anos do Descobrimento, que estude a possibilidade de desenvolver para o próximo ano, um pequeno, mas frequente programa, em que se focalizariam lendas indígenas, mostrando ao Brasil a beleza do sentimento, da imaginação, da religiosidade, das relações sociais e efetivas dos povos indígenas.

A minha sensibilidade, senhor presidente, diz que um projeto como esse, concebido com a finalidade primeira de esclarecer a sociedade, teria grande lobo. Porque conheço um pouco do encantamento da tradição oral indígena e sei que a magia das suas histórias está impregnada na alma brasileira.

Ao lado de iniciativas como essa, singelas, mas de grande alcance sobre a sociedade, é preciso que o governo se decida a cumprir o verdadeiramente o papel que constitucionalmente deve exercer sobre os povos indígenas do Brasil.

Estima-se que, quando do descobrimento do Brasil, a população local era de aproximadamente 6 milhões de pessoas. Hoje, os remanescentes dos povos indígenas não passam de 230 mil indivíduos. Essa é uma realidade cruel, prova do descaso e da

incompreensão de que foram vítimas os nativos brasileiros.

Mas são 230 mil índios! Um número relativamente pequeno de pessoas, em face da população do País, mas significativo em seu conteúdo social. Uma minoria frágil ante o mundo civilizado, que precisa da tutela do estado para não sucumbir inteiramente, para não se ver definitivamente extinta.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esses índios são responsabilidade nossa, de todos os brasileiros que sonham e lutam por um Brasil melhor, mais justo e mais fraterno.

Se são apenas 230 mil índios no Brasil, podemos supor que se houver vontade, se houver decisão, encontraremos os meios de oferecer-lhes a contrapartida que merecem pela espoliação a que foram submetidos durante estes últimos cinco séculos.

Considerando a importância do tema e as múltiplas dificuldades que se antepõem à satisfação desse objetivo, creio ser chegado o momento de o Poder Executivo criar uma Secretaria Especial para Assuntos dos Povos Indígenas, ligada à própria Presidência da República, extinguindo-se a Funai. Não que isso represente um desprezo ao trabalho que vem sendo executado pela Fundação Nacional do Índio, mas o reconhecimento de que esse órgão atendeu às exigências de um tempo e que, agora, é preciso, também nesse aspecto, modernizar a estrutura governamental.

A minha idéia sobre esse assunto é que à Secretaria Especial para Assuntos dos Povos Indígenas caberia a responsabilidade da definição de políticas gerais, do apoio técnico especializado, da distribuição das verbas da União destinadas ao setor. Mas, cada estado brasileiro teria de organizar-se para atender aos indígenas de seu território. Seria a descentralização, buscando a desburocratização e a possibilidade de uma ação mais direta sobre as comunidades envolvidas. Essa idéia parece-me pertinente, Sr. Presidente, já que os diversos grupos indígenas espalhados pelo Brasil estão em diferentes estágios de intercâmbio com a sociedade do homem branco, exigindo providências diferentes e métodos próprios para que tenham respeitados os seus interesses e os seus valores culturais.

Como exemplo dos benefícios que poderiam advir de uma providência como essa, tomo a prefeitura de Campo Grande, a capital do meu estado, Mato Grosso do Sul:

Ali, reunidos em uma favela surgida em terreno pertencente à Funai, encontravam-se famílias de índios, em sua maioria do grupo Terena. Esses índios, em vista do abandono em que se encontravam em suas áreas de origem, buscaram a cidade, ficando marginalizados do contexto social e vivendo em situação absolutamente precária. Apesar disso, recusavam a hipótese de retornar, julgando que ainda assim, viviam melhor. (E aqui abro um parêntesis, Sr. Presidente, para dizer que se eles julgavam que viviam melhor em condições tão cruéis, pode-se inferir as razões que, hoje, levam tantos índios ao suicídio, num fenômeno extraordinário dentro do contexto social em que estão inseridos).

Frente ao fato concreto de que famílias de índios se encontravam e permaneceriam em Campo Grande em situação de miséria, o prefeito da cidade, André Puccinelli, resolveu mudar a situação. Obteve com o falecido presidente da Funai, Sullivan Silvestre, uma área onde, no dia 12 de fevereiro, inaugurou-se o primeiro bairro indígena do Brasil. Com um investimento próprio da prefeitura de mais de meio milhão de reais e com o apoio da iniciativa privada (e aqui devo citar a contribuição do Grupo Zahram de Comunicação e da Bigolim Material de Construção), construiu-se ali 108 casas de alvenaria, com arquitetura inspirada nas ocas tradicionais e atendidas por água e esgoto. São 108 famílias indígenas com numerosas crianças, totalizando aproximadamente 600 pessoas, que se vêem amparadas, Sr. Presidente.

Mas a Prefeitura de Campo Grande não se limitou a construir casas. Também no dia 12 de fevereiro, inaugurou-se ali a Escola Sullivan Silvestre, em justa homenagem àquele presidente da Funai que emprestou sua confiança e apoio à realização do projeto. É uma escola digna, com ginásio esportivo coberto, com amplas salas de aula que serão destinadas, de dia, à pré-escola e ao ensino fundamental e, à noite, aos índios adultos, de forma a que possam receber a instrução que necessitem para sua capacitação e sobrevivência. Os professores serão bilingües e ministrarão suas aulas em terena e em português, de modo a valorizar a bagagem cultural de seus alunos. A escola conta ainda com uma biblioteca e um centro de informática para iniciar os estudantes no mundo da cibernética, além de um **play ground** para os mais jovens.

O Bairro contará, em breve, com um memorial indígena. Além da finalidade precípua, o prédio do memorial servirá como um centro de artes, onde os indígenas, em especial as mulheres, po-

derão desenvolver suas técnicas de artesanato e comercializar os objetos de sua criação, valorizando suas raízes, estimulando um trabalho condizente com a sua cultura e garantindo recursos para a sobrevivência.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que o Prefeito André Puccinelli, preocupado com a subsistência dos índios e decidido a não tomar atitudes paternalistas condenáveis, não entregou essas casas de graça. Criou um sistema em que os contemplados com as moradias não poderão, por certo tempo, vender suas casas e pagarão por elas a quantia de R\$36,00 por mês a serem descontados do salário mínimo que os homens receberão em paga de seu trabalho em unidades da prefeitura de produção de tijolos.

Como se vê, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, um prefeito sensível e interessado encontrou uma solução única para os indígenas que se encontravam em situação de miséria em seu município.

Talvez seja, portanto, mais lógico que o governo federal divida com a federação a responsabilidade do atendimento aos povos indígenas do Brasil. Porque os governadores dos Estados, os Prefeitos Municipais conhecem de perto as peculiaridades dos índios da sua área de atuação. O exemplo de Campo Grande prova que existem soluções e que elas devem ser encontradas logo, para que o nosso país não aumente de forma irreversível a dívida social que tem para com os nativos da nossa terra.

É tempo, portanto, de o Governo Federal se manifestar claramente sobre essa questão, que não pode se resumir em demarcação de terras e soluções paliativas. Temos que definir uma política que respeite de fato os direitos humanos dos povos indígenas do Brasil e os capacite para o verdadeiro exercício da cidadania, como homens completos, felizes e capazes de usufruir dos benefícios dos novos tempos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estes pronunciamentos, no qual buscamos pensar e levar à discussão tema de tanta importância para o Brasil e para a humanidade, tem o objetivo principal de homenagear Sullivan Silvestre, que deixou um rastro brilhante em sua passagem pela administração pública, tendo se dedicado com afinco e coragem às questões indígenas. E, embora com atraso, já que nos encontrávamos em período de justo recesso, solicito à Mesa que faça encaminhar à família os votos de condolências do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero me associar à homenagem e encaminhar favoravelmente ao requerimento, tendo em vista o trabalho profícuo e a dedicação do Dr. Sulivam Silvestre, que partiu de forma tão triste e repentina.

Fui Presidente da Funai e sei das dificuldades que o Dr. Sulivam enfrentava. Na verdade, como bom brasileiro, ele estava atuando no sentido de proteger as comunidades indígenas. Inclusive, no meu Estado de Roraima, estávamos juntos buscando a solução para uma pactuação e para um entendimento da área Raposa e Serra do Sol, que com certeza, em sua homenagem, será redefinida e resolvida a contento.

Quero, portanto, deixar patente a minha homenagem e o meu reconhecimento ao grande brasileiro que foi o Dr. Sulivam Silvestre, ex-Presidente da Funai.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa cumprirá a deliberação do Plenário, associando-se ao pesar do povo de Goiás, de todo o Centro-Sul e dos oradores que se manifestaram pelo dor que passaram com o falecimento do ilustre Presidente da Funai.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 37, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição

de avulsos do Parecer nº 57, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição Federal, a fim de que matéria conste da Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1999. – **José Fogaça.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a Proposta de Emenda à Constituição a que se refere constará da Ordem do Dia de amanhã para o primeiro dia de discussão, em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 38, DE 1999

Senhor Presidente,

De conformidade com o disposto nos Artigos 336, b, combinado com 338, II, do RISF, requeremos urgência, para o PRS nº 3, de 1999, advindo da aprovação da Mensagem nº 28, de 1999, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$1,100,000,000.00 (Hum bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial".

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1999. – **Pedro Piva, Presidente – José Roberto Arruda – Francelino Pereira – Pedro Simon – Antônio Carlos Valadares – Gerson Camata – Osmar Dias – Ademir Andrade – Djalma Bessa – Freitas Neto – José Eduardo Dutra – Jonas Pinheiro – Roberto Requião – Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTOS Nºs 39 A 41, DE 1999*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Requerimentos nºs 39 a 40, de 1999, anteriormente lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O Requerimento nº 41, de 1999, será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Antes de passar ao item da Ordem do Dia, solicito aos Srs. Líderes que enviem, tão rapidamente quanto possível, os nomes dos membros das Comissões Permanentes. Se não for possível aos partidos indicar os nomes para todas as Comissões, faço um apelo para que, pelo menos, indiquem os nomes para a Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de que esta possa se reunir e escolher o seu Presidente e fazer a arguição do Sr. Armínio Fraga.

Já fiz esse apelo ontem aos líderes partidários, inclusive ao Líder do Partido dos Trabalhadores, e todos mostraram interesse em realizar essa votação o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

OF. 8/99

Brasília, 30 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a partir desta data reassumo o exercício do mandato.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 1999. – **Senador José Sarney.**

OF. 1/99

Brasília, 1º de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

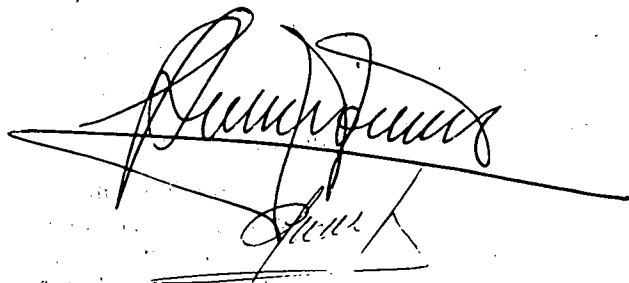
Cumprimentando Vossa Excelência, informo que a partir desta data deixei de ser filiado ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), passando a integrar o Partido da Frente Liberal (PFL).

Atenciosamente, Senador **Mozarildo Cavalcanti.**

Brasília, 1º de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,
 Nos termos do artigo 65, parágrafo 6º, do Regimento Interno do Senado Federal, vimos comunicar a Vossa Excelência que a Liderança do Partido Progressista Brasileiro – PPB, no biênio 1999 à 2000, será exercido pelo nobre Senador **Leomar Quintanilha**.

Atenciosamente,



OFÍCIO Nº 55/99 – GLDPT

Brasília-DF, 2 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Sua Excelência que assumirei as funções de Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco Parlamentar de Oposição, a partir do dia 22 de fevereiro vindouro, permanecendo o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy no exercício daquelas Lideranças, até aquela data.

Atenciosamente, – Senadora **Marina Silva** – Líder do Bloco Parlamentar de Oposição.

OF. Nº 049/99 – GLPFL

Brasília, 3 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 7º do art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal, indico, para exercerem as funções de vice-Líderes do Partido da Frente Liberal, os seguintes Senhores Senadores

- Edison Lobão
- Francelino Pereira
- Romeu Tuma
- Mozarildo Cavalcanti

Cordialmente, – Senador **Hugo Napoleão** – Líder do PFL no Senado Federal.

Em 23 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que passo a exercer a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Atenciosamente, – Senador **Arlindo Porto**.

OFÍCIO Nº 27/99/GLPSDB

Brasília, 23 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e de acordo com a nova proporcionalidade partidária, encaminhar-lhe, em anexo, o quadro com os representantes do PSDB que comporão a Comissão de Assuntos Econômicos, desta Casa.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

1999

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 REPRESENTANTES DO PSDB

Comissão	Nº	Titulares	Nº	Suplentes
CAE.	05	José Roberto Arruda	05	Paulo Hartung
		Pedro Piva		Álvaro Dias
		Sérgio Machado		Luis Pontes
		Osmar Dias		Romero Jucá
		Antero de Barros		

OF. Nº 053/99-GLPFL

Brasília, 23 de fevereiro de 1999.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para comporem a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, os seguintes senhores Senadores:

Titulares

Jorge Bornhausen
 Francelino Pereira
 Edison Lobão
 Belo Parga
 Jonas Pinheiro
 Freitas Neto
 Paulo Souto

Suplentes

José Agripino
 José Jorge
 Romeu Tuma
 Bernardo Cabral
 Eduardo Siqueira Campos
 Geraldo Althoff
 Mozarildo Cavalcanti

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OFÍCIO Nº 56/99-GDLPT

Brasília, 23 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 65 do Regimento Interno, indico os Senhores Senadores: José Eduardo Dutra, PT – SE; Sebastião Rocha, PDT – AP; Antônio Carlos Valadares, PSB – SE

e Roberto Freire, PPS – PE, para comporem o colegiado de Vice-Líderes do Bloco Parlamentar de Oposição, na presente sessão legislativa.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Marina Silva**, Líder do Bloco Parlamentar de Oposição.

OF. GLPMDB Nº 58/99

Brasília, 23 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência os nomes dos senadores integrantes da Bancada do PMDB que integrarão a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Titulares

Senador Fernando Bezerra	Senador Gerson Camata
Senador José Fogaça	Senador Pedro Simon
Senador José Alencar	Senador Roberto Requião
Senador Luiz Estevão	Senador Alberto Silva
Senador Maguito Vilela	Senadora Marluce Pinto
Senador Gilberto Mestrinho	Senador Mauro Miranda
Senador Ramez Tebet	Senador Wellington Roberto
Senador Ney Suassuna	Senador Amir Lando
Senador Carlos Bezerra	Senador João Alberto Souza

Suplentes

Renovo na oportunidade, votos de apreço e consideração. – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

OFÍCIO Nº 59/99 – Bloco

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os seguintes Senhores Senadores, integrantes do Bloco Parlamentar de Oposição, para comporem as Comissões Permanentes do Senado Federal, conforme relação em anexo.

Atenciosamente, – **Marina Silva**, Líder do Bloco Parlamentar de Oposição.

OF. 59/99-BLOCO

Indicação dos membros das Comissões Permanentes

Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Eduardo Suplicy	Antonio Carlos Valadares
Lauro Campos	Sebastião Rocha
José Eduardo Dutra	Roberto Freire
Roberto Saturnino	Marina Silva
Jefferson Pères	Heloísa Helena

Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Geraldo Cândido	Sebastião Rocha
Marina Silva	Lauro Campos
Emília Fernandes	Roberto Freire
Heloísa Helena	José Eduardo Dutra
Tião Viana	Jefferson Pères

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – CCJ

Antônio Carlos Valadares	Sebastião Rocha
Roberto Freire	Marina Silva
José Eduardo Dutra	Heloísa Helena
Jefferson Pères	Eduardo Suplicy

Comissão de Educação – CE

Sebastião Rocha	Geraldo Cândido
Heloísa Helena	Antonio Carlos Valadares
Emília Fernandes	Lauro Campos
Roberto Saturnino	Tião Viana
Marina Silva	Jefferson Pères

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Lauro Campos	Eduardo Suplicy
Sebastião Rocha	Roberto Saturnino
Tião Viana	Emília Fernandes

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI

Antonio Carlos Valadares	Emília Fernandes
Eduardo Suplicy	Tião Viana
Geraldo Cândido	José Eduardo Dutra
Roberto Freire	Roberto Saturnino

Comissão de Fiscalização e Controle – CFC

Eduardo Suplicy	Geraldo Cândido
José Eduardo Dutra	Roberto Saturnino
Jefferson Pères	

Brasília, 24 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Valho-me deste para indicar a V. Ex^a o nome dos nobres Senadores Luiz Otávio e Ernandes Amorim, como titular e suplente, respectivamente, para integrar, a partir desta data, a Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Na oportunidade, renovo-lhe os meus protestos de estima e consideração. – Senador **Leomar Quintanilha**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Fica assim constituída a Comissão de Assuntos Econômicos:

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(Art. 77, inciso I, do Regimento Interno)

Presidente:

Vice-Presidente:

(27 Titulares e 27 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTES
PMDB - 27		
FERNANDO BEZERRA		1. GERSON CAMATA
JOSÉ FOGAÇA		2. PEDRO SIMON
JOSÉ ALENCAR		3. ROBERTO REQUIÃO
LUIZ ESTEVÃO		4. ALBERTO SILVA
MAGUITO VILELA		5. MARLUCE PINTO
GILBERTO MESTRINHO		6. MAURO MIRANDA
RAMEZ TEBET		7. WELLINGTON ROBERTO
NEY SUASSUNA		8. AMIR LANDO
CARLOS BEZERRA		9. JOÃO ALBERTO SOUZA
PFL - 20		
JORGE BORNHAUSEN		1. JOSÉ AGRIPINO
FRANCELINO PEREIRA		2. JOSÉ JORGE
EDISON LOBÃO		3. ROMEU TUMA
BELLO PARGA		4. BERNARDO CABRAL
JONAS PINHEIRO		5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
FREITAS NETO		6. GERALDO ALTHOFF
PAULO SOUTO		7. MOZARILDO CAVALCANTI
PSDB - 16		
JOSÉ ROBERTO ARRUDA		1. PAULO HARTUNG
PEDRO PIVA		2. ÁLVARO DIAS
SÉRGIO MACHADO		3. LUIZ PONTES
OSMAR DIAS		4. ROMERO JUCA
ANTERO PAES DE BARROS		5. (VAGO)
Bloco de Oposição (PT, PSB, PDT E PPS) - 14		
EDUARDO SUPLICY		1. ANTONIO CARLOS VALADARES
LAURO CAMPOS		2. SEBASTIÃO ROCHA
JOSÉ EDUARDO DUTRA		3. ROBERTO FREIRE
ROBERTO SATURNINO		4. MARINA SILVA
JEFFERSON PERES		5. HELOISA HELENA
PPB - 3		
LUIZ OTÁVIO		ERNANDES AMORIM

REUNIÕES:

SECRETÁRIO:

Telefones da Secretaria:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Presidência designa os Senadores indicados pelas lideranças, para integrarem as Comissões Permanentes, que mencionam em seus ofícios.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) –

Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre que assunto, Excelência?

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) –

Sobre um assunto que está em tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Peço que V. Ex^a espere o término da Ordem do Dia, que é rápida, pois só tem um único item. Em seguida, V. Ex^a poderá falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 16, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu parecer nº 56, de 1999, Relator: Senador Ney Suassuna), que aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro semestre de 1999.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto.

Com a palavra, para discutir, o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma exigência de aprovação, por parte do Senado, da programação monetária para o primeiro trimestre do ano em curso. Pergunto ao Srs. Senadores: não estaremos apreciando algo que está completamente superado? Basta uma vista de olhos sobre a mensagem encaminhada pelo Ministro Pedro Malan para se verificar que tal programação foi feita a um tempo em que a política cambial era inteiramente outra, em que a taxa de câmbio também era outra, em que as necessidades de financiamento do setor público eram completamente diferentes, em que a taxa de

inflação, conforme reza a mensagem, apresentava uma tendência declinante, condições que foram profundamente alteradas desde a modificação da política cambial e do recrudescimento da taxa de inflação decorrente dessa alteração fundamental.

Sei que é uma formalidade, e as formalidades são importantes. Entretanto, quero chamar a atenção para o fato de que, se aprovarmos uma programação que já não tem a menor correlação com a realidade, isso vai nos tirar a credibilidade enquanto instituição que deve apreciar algo que diga respeito à realidade do País.

A formalidade, aliás, é completamente inócua, já que a legislação diz que o Senado tem 10 dias para aprovar e, em não se pronunciando a respeito, a política estará automaticamente aprovada. Por conseguinte, estaríamos laborando em uma atividade inócua e que nos tira parte de nossa credibilidade, de vez que, diante da opinião pública, perante o consenso do País, os Senadores estão aprovando algo que não tem mais razão de ser, que está completamente alterado pela realidade.

Será tão importante assim cumprir essa formalidade num momento crítico como este que vivemos? Será que não é mais importante, nós, enquanto representantes da população e dos Estados, requerermos uma revisão dessa programação toda, à luz dessas novas condições existentes no País?

A execução da política monetária é uma responsabilidade do Banco Central. E o Banco Central do Brasil passa, no momento, por uma situação de provisoriedade, eu diria mesmo, de imprevisibilidade.

Há uma demanda posta sobre os Senadores de apreciação e aprovação do nome do Sr. Armínio Fraga para ser o novo presidente do Banco Central. Ocorre que essa discussão ainda não se processou nesta Casa, ainda não se processou na comissão competente, que é a Comissão de Assuntos Econômicos. Ainda agora, o nosso Presidente pedia atenção especial dos Líderes para indicação dos membros dessa Comissão, a fim de que possa haver a apreciação do nome do Sr. Armínio Fraga, sobre o qual pesam dúvidas da maior relevância. Sei, porque li nos nossos jornais, na imprensa, que o Senador Roberto Freire levanta uma questão da maior importância; uma questão absolutamente pertinente e que diz respeito à reputação do Sr. Armínio Fraga, o que, como ele sustenta com muita procedência, nada tem a ver com o julgamento pessoal que se possa fazer sobre a honestidade do nome proposto para o Banco Central.

O fato é que existem questões de natureza ética e profissional; de natureza ética, trata-se do fato

de que o Sr. Armínio Fraga já cometeu um deslize ético que o Senado recomenda que não se faça. O Senado, desde que aprovou a chamada Lei da Quarentena, há mais de dez anos, recomenda que um diretor de instituição financeira como o Banco Central não preste serviços à iniciativa privada senão decorrido um prazo de dois anos. O Sr. Armínio Fraga já cometeu esse deslize, pois deixou de ser Presidente do Banco Central para prestar serviços a um dos maiores fundos de investimentos de especulação internacional, pouco mais de dois meses depois de sua saída, quando o Senado já havia aprovado o Projeto de Lei do então Senador Itamar Franco, que proibia que isso ocorresse. Então, há pela parte do Sr. Armínio Fraga um comportamento que o Senado já condenou, na medida em que aprovou a exigência da chamada Lei da Quarentena.

Ademais, há todo um mistério na designação do Sr. Armínio Fraga que precisa ser levantado. Há um mistério também sobre a demissão de seu sucessor, Sr. Francisco Lopes, cinco ou seis dias após a sua arguição e aprovação pelo Senado, tida essa como absolutamente essencial, a ponto de Senadores da Oposição terem votado a favor dele, dada a sua reputação moral e profissional. Como é que esse homem, após tão poucos dias, pôde ser demitido sem que uma demonstração da razão mais substancial fosse oferecida à Nação e muito especialmente ao Senado? Na véspera da arguição e da aprovação do nome do Sr. Francisco Lopes, o Sr. Armínio Fraga teve um encontro com as maiores autoridades do País, o Senhor Presidente da República e o Ministro da Fazenda. Será que nesse encontro não foi cogitada a sua designação para a Presidência do Banco Central? Ele diz que não sabia, que só soube poucos dias depois, no sábado. Esse encontro deu-se numa quarta-feira, em jantar no Palácio, e somente no sábado ele teria sabido. Eu, de minha parte, penso que é um pouco inverossímil essa afirmação. Mas, por outro lado, no dia da arguição do Sr. Francisco Lopes, o Sr. Armínio Fraga, seu sucessor, encontrava-se também com o nosso Presidente, em sua casa, tomando o café da manhã.

O que de fato aconteceu de tão fulminante, com tanta rapidez, que determinou a substituição de um homem que tem o respeito nacional? O Sr. Francisco Lopes tem o respeito deste País pela sua vida profissional e pela sua dedicação à causa pública. Como pode ter sido substituído em prazo tão breve e de forma tão fulminante?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— O tempo de V. Ex^a está terminado. Entretanto, como V. Ex^a ainda não abordou a matéria em discussão, terá dois ou três minutos para concluir.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ)

— Sr. Presidente, abordei e tornarei a repetir. Diante de tantas indagações e de tantas incertezas, acredito que não deveríamos aprovar essa mensagem, essa programação já inteiramente superada. Deveríamos, sim, chamar a esta Casa o Ministro da Fazenda e o Sr. Francisco Lopes, antes até de ouvirmos o Sr. Armínio Fraga, a fim de que esses fatos sejam suficientemente esclarecidos, para que se possa analisar uma nova programação financeira para o trimestre subsequente, de vez que a apreciação desta é absolutamente inócua. Assim, o Senado resguardaria a sua credibilidade e a sua seriedade perante a opinião pública de não dar um voto de aprovação a uma política que está inteiramente superada pelos fatos e pela realidade.

Dessa forma, Sr. Presidente, estou sugerindo aos nobres colegas que não aproveemos essa programação, em sinal de respeito pela Instituição, que não deve se pronunciar sobre uma coisa que já não existe, que já está ultrapassada pelos fatos e pela realidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Continua a discussão.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Supply.

O assunto é relativo à programação monetária.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sim, Sr. Presidente.

Conforme o Senador Roberto Saturnino Braga teve a oportunidade de expor, estamos aqui examinando o projeto de decreto legislativo, sendo que a legislação pertinente estabelece um prazo de dez dias úteis para que o Senado se manifeste em relação à matéria. Em função da modificação tão significativa que houve na política monetária, sobretudo em decorrência da mudança da política cambial, tem razão o Senador Roberto Saturnino Braga quando diz que essa matéria deveria ser objeto de nova elaboração por parte do Ministro da Fazenda e das autoridades monetárias, inclusive por parte do Presidente do Banco Central, uma vez que, entre os dias 12 e 15 de janeiro, houve uma mudança na política cambial. Agora, ela é de natureza inteiramente diferente, até porque, na manhã de hoje, US\$ 1,00 valia mais do que R\$2,00. Obviamente, essa questão tor-

na muito mais relevantes os problemas com que aqui nos deparamos.

O Senador Roberto Saturnino mencionou os acontecimentos que vieram à luz quando o Presidente da República, o Ministro da Fazenda e o Presidente indicado para o Banco Central receberam, no Palácio da Alvorada, o diretor-gerente do Fundo Soros, Sr. Armínio Fraga, para uma conversa sobre a política econômica. Todos estamos nos perguntando se, naquela data, o Presidente da República já tinha a intenção de mudar o nome do Sr. Francisco Lopes, recém-designado para a Presidência do Banco Central.

É muito interessante, Sr. Presidente, o fato mencionado pelo Senador Roberto Saturnino, de que, na manhã do dia 28, o diretor-gerente do Fundo Soros – segundo ele próprio divulgou e V. Ex^a também – teve uma conversa com V. Ex^a no café da manhã. Houve quem na imprensa tivesse dito que V. Ex^a, Sr. Presidente, teria articulado a nomeação do Sr. Armínio Fraga. Como o Sr. Armínio Fraga esclareceu que só veio a saber do convite para a Presidência do Banco Central, por parte do Sr. Pedro Parente, no sábado, dia 30, o que teria havido? São fatos que merecem esclarecimento, por serem de grande interesse do Senado Federal.

Por essa razão, Sr. Presidente, estamos encaminhando à Comissão de Assuntos Econômicos requerimento de convocação do Ministro Pedro Malan, para que S. Ex^a esclareça as razões da substituição tão abrupta do Sr. Francisco Lopes, da designação do Sr. Armínio Fraga, bem como das modificações que estão sendo realizadas no acordo do Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional. Deveríamos ouvir o Ministro Pedro Malan antes da arguição do Sr. Armínio Fraga.

Para completar essas informações, deve-se fazer um convite ao Sr. Francisco Lopes para que, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, esclareça da melhor forma possível as razões pelas quais, no seu entender, ele foi substituído antes mesmo de assumir formalmente a Presidência do Banco Central.

Assim, Sr. Presidente, avaliamos, como disse o Senador Roberto Saturnino Braga, que essa proposição não poderia ser hoje aprovada da maneira como aqui está. Essa é a razão por que concordo com S. Ex^a quando recomenda a rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir a programação monetária do primeiro trimestre de 1999.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas me somar ao posicionamento dos Senadores Roberto Saturnino Braga e Eduardo Suplicy quanto ao andamento dessa matéria. A meu ver, a matéria está fora de época, pois foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos no decorrer do mês de janeiro, justamente quando a crise brasileira estava em ascendência e se agravava a cada dia – até hoje não há uma solução para ela, nem previsão de que a saída de dólares do nosso País seja estancada num curto prazo. Assim, seria de bom alvitre e aconselhável que o Senado Federal sustasse o andamento dessa matéria, até que houvesse certeza de que essa política monetária seria realmente implementada, haja vista que, somente depois de sua aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos, o Brasil veio a assinar o famoso acordo com o Fundo Monetário Internacional. O nosso País, então, teve que se submeter à humilhação de aceitar a imposição de taxas de juros escorchantes, prejudicando ainda mais a nossa debilitada economia, gerando desemprego, fechamento de empresas, sem vislumbrar, em nenhuma hipótese, nos pronunciamentos que a toda hora são feitos no rádio ou na televisão por representantes da política econômica do Governo, a baixa dos juros.

Ora, se é o Banco Central o órgão destinado a traçar substancialmente a política monetária do nosso País e, conforme afirmou o nobre Senador Saturnino Braga, com muita propriedade e visão de futuro, já que não há uma certeza da existência de uma política monetária, por que aprovar algo inexistente, artificial, somente para que conste dos Anais da Casa? Quem sabe, para atender as aparências de que no Brasil existe uma política monetária, que a cada dia muda, conforme a temperatura, conforme a febre, a ânsia, a ambição do FMI e dos bancos a ele coligados, que têm o objetivo primacial não de ajudar o nosso País, mas de desenvolverem conjuntamente uma ação visando, sobretudo, ao lucro! Enquanto isso, a classe brasileira mais pobre é que está sofrendo na própria carne as consequências dessa política injusta, cruel e desumana, como, aliás, assinalou, com muita inteligência e muita sensibilidade social e política, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, em pronunciamento histórico realizado ontem.

De sorte, Sr. Presidente, que o mais aconselhável ao Senado, um órgão que está adquirindo respeitabilidade e penetrando no seio da opinião pública a cada dia, não seria nem rejeitar a matéria, mas sustá-la, suspendê-la, até que nós tenhamos a certeza de uma política monetária transparente, que

nos assegure a tranquilidade de que o Brasil caminha no rumo certo na sua economia.

Meu voto é para sustar a matéria. Não sendo possível sua sustação, votarei contra seu andamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Responderei a V. Ex^a, a quem tanto prezo, após a votação da matéria e após conceder a palavra ao nobre Senador Roberto Freire.

Está encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contra dos Senadores Roberto Freire, Lauro Campos, Marina Silva, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, Roberto Saturnino, Heloisa Helena e Tião Viana.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 64, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1999.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1999, que aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 1999.

Sala de Reuniões da Comissão, 23 de fevereiro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Nabor Júnior** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 64, DE 1999

Aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 1999, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, nos termos da Mensagem Presidencial nº 30, de 1999 (nº 1.643, de 1998, na origem).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Antes de conceder a palavra ao Senador Roberto Freire, respondo ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Realmente, ao final, V. Ex^a disse que votaria contra se a matéria não fosse sustada. Até agora a matéria não pode ser sustada, mesmo porque o Bloco da Oposição pediu que houvesse uma reunião da Comissão, no período em que estávamos em recesso, para que esse assunto fosse votado imediatamente. Conseqüentemente, baseado até no Bloco, não posso atender V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo assunto que envolve, eu fiz a questão de ordem por escrito. Está baseada no art. 403 e seguintes do Regimento Interno, que remete como competência da Presidência da Casa impugnar proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou a este Regimento. E quero defender a tese de que essa matéria, a mensagem indicando o Presidente do Banco Central do Brasil, vai de encontro às leis que tratam da designação dessa autoridade.

Não trago nenhuma abstração ética, muito menos me proponho a uma cruzada moralista. O que me move é a defesa do espaço público e do interesse do País.

O fundamento é que o Sr. Armínio Fraga não tem condições de complementar a exigência de um requisito básico para determinadas autoridades: a ilibada reputação.

Quando eu disse que fala de interesse público, apresento as primeiras justificativas para um fato público e notório de que é a promiscuidade que marca a relação do Banco Central do Brasil e as bancas financeiras nacional e internacional.

Essa instituição nasceu e cresceu fortemente contaminada pelo interesse financeiro privado, onde em não raros momentos o interesse público de defesa da moeda, e principalmente da fiscalização do

sistema financeiro, foram ofuscados, quando não subalternizados.

Além do mais, o Banco Central passou a constituir-se em uma espécie de celeiro, com alguns desses em breves maturações, e depois se transformando em milionários banqueiros, agentes financeiros privados e promissores consultores de mercado. Essa é uma triste história; teve apogeu e continua nesse seu período. Talvez pudéssemos citar nomes, mas não quero cometer indelicadeza, ou não sei se de delicadeza, pois posso esquecer de alguns.

Não foi por outra razão que há pelo menos 10 anos este Congresso discute um projeto de lei, já aprovado no Senado, de autoria do então Senador Itamar Franco, que criava mecanismos para evitar essa distorção. Talvez isso já valesse para pelo menos não aceitarmos, porque já definimos a quarentena. Nos termos do projeto, não é quarentena **a posteriori** somente; mas, também, com anterioridade. E aqui o Senador Roberto Saturnino lembrou que o Sr. Armínio Fraga foi dirigente do Banco Central e não cumpriu nenhuma quarentena, e imediatamente após foi contratado pela Fundação do Sr. George Soros, para o fundo de aplicação.

Acredito que os recentes episódios geradores pela presente crise econômica ajudam a discutir, talvez, o futuro do Banco Central. Tenho como posição que para evitar esse descalabro é fundamental privilegiar-se o serviço público e definir que os cargos de direção do Banco Central, mesmo que admitindo-se também para eles a quarentena, sejam de servidores públicos **lato sensu**, formando, emulando, qualificando para que pudéssemos defender, efetivamente, o que significa o espaço e os interesses públicos. Se existissem esses critérios, provavelmente, hoje, não estaríamos discutindo o nome de Armínio Fraga, e muito menos o Banco Central estaria recebendo indicações para suas diretorias de representantes inequívocos do sistema privado financeiro, e não estaríamos correndo risco – não sei se o risco já existe – de transformarmos essa instituição numa sucursal da banca privada nacional e internacional. Coloco uma questão acerca desse fluxo financeiro, em função de estarmos vivendo profundas transformações, a revolução tecno-científica, o problema das comunicações; sabemos que uma dessas características é a volatilidade do mercado financeiro, o dinheiro é cada vez mais virtual e, a continuar livre, tende a ignorar governos e nações. Sabemos da rede, sabemos das discussões das informações, da questão dos segredos, toda dificuldade que essa nova realidade do mundo implica. E sabemos também que essas crises financeiras não são apenas problemas dos chamados países emergentes, a especulação não derrubou apenas a moeda tailandesa, a malaia,

o peso mexicano ou o rublo russo, quase que colocou na lona a libra esterlina. E em todos esses episódios o Sr. George Soros foi apontado como responsável, o mesmo Soros que por gostar muito da França, conforme afirmou, não fez o mesmo com o franco francês. Não temos o direito, portanto, de sermos ingênuos e pensar que por termos um operador verde-amarelo, passou a morrer de amores pelo Brasil e se omitiu de praticar qualquer especulação na fatídica sexta-feira, 29 de janeiro.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, frente às recentes crises ocorridas na América Latina, até não tão recentes, como foi a do México, defendeu uma nova ordem internacional, pediu, inclusive, maior controle dos fluxos financeiros internacionais. O discurso, infelizmente, caiu no vazio, e caiu no vazio também o discurso de V. Ex^a, Sr. Presidente, quando na abertura do Congresso também se posicionou contra a especulação e especuladores.

Uma outra realidade é a questão da simbologia, a simbologia que a mídia transmite pela revolução das comunicações, não apenas transmite realidade e informa os fatos, gera também, pela sua imagem, fatos. Os boatos do sistema financeiro são, evidentemente, muitas vezes, criados artificialmente para a auferição de lucros da especulação – não vamos nos esquecer da sexta-feira fatídica, 29 de janeiro – da especulação da moratória, especulação da mudança das regras econômicas; tudo o que tivemos, inclusive com uma pequena corrida aos bancos.

Uma outra questão que levanto, e com toda ressalva de que sempre analisei com reserva e nunca embarquei com aqueles consultores internacionais que gostam de dar palpite na economia brasileira. Mas é interessante, não pela denúncia da informação privilegiada, mas é interessante por algumas das conclusões do Sr. Krugman acerca do fato, que não desmente, embora peça desculpa, e que o Governo brasileiro pretende com isso transformar exatamente na sua grande arma para dizer que não existe nenhum problema em relação à indicação do Sr. Armínio Fraga. Ele diz algo que é importante se levar em conta:

“...Especialmente em épocas instáveis como a atual, a ameaça da especulação com moedas e dívidas nacionais, baseadas em informações privilegiadas, é extremamente real. Na verdade, isso acontece o tempo todo e os governos precisam fazer o possível e o impossível para evitar até mesmo a aparência de qualquer conflito de interesse.”

E é interessante analisarmos as declarações de alguns grandes investidores, inclusive de fundos,

bonds – onde se deu a grande especulação com os títulos brasileiros – como o Sr. Simon Treacher, administrador de um fundo **bonds** de países emergentes:

"A nomeação de Fraga fez-nos erguer o sobrolho, principalmente porque foi feita em seguida a comentários de Soros pela imprensa, declarando que o real está subvalorizado. É preocupante depois do anúncio da nomeação, rumores no mercado dêem conta de que esse mesmo fundo esteja vendendo os títulos brasileiros."

Há um comentário famoso de um político mineiro – e Minas está tão presente em nossa agenda nacional por conta da crise de relacionamento com o Governo Federal –, José Maria Alckmin, que dizia que o que vale não é o fato e sim a versão. E a versão do mercado não guarda nenhuma relação com o propalado bom comportamento do Sr. Armínio Fraga; ao contrário.

Eu gostaria de, neste momento, fazer uma digressão. Ontem o Presidente do Congresso Nacional fez um chamamento que acredito seria importante todo País comesse a discutir. Não foi o primeiro, mas, como membro do Partido da base de sustentação do Governo Federal – claro que, como Presidente do Congresso, S. Ex^a tem mantido uma posição não de base de sustentação, mas de representação desta Casa –, falou ontem da interferência indevida e abusiva do Fundo Monetário Internacional. Eu queria fazer um ligeiro comentário para dizer que não é nenhum esquerdista que está hoje – e não é o caso muito menos do Presidente do Congresso Nacional – lutando no mundo para que se mude a estrutura do próprio Fundo Monetário Internacional. São vários consultores, analistas, economistas. Mais do que isso, a história recente é de fracassos do Fundo Monetário na ajuda de países emergentes.

Caberia ao Governo brasileiro – e era uma posição de estadista do Senhor Fernando Henrique Cardoso, da qual Sua Excelência cada vez se distancia mais – a de talvez lutar internacionalmente para mudar a agenda nesse mercado financeiro internacional e não se submeter a esse receituário do Fundo Monetário e discutir, inclusive, sua reestruturação.

Talvez, pelo peso que o Brasil tem, pelo potencial da sua economia e pelo que nós somos, esse seria o passo adequado. Mas, infelizmente, não parece que isso está nos nossos horizontes. E o Governo brasileiro não levou em consideração nenhum desses fatos na indicação do Sr. Armínio. E aí vem o

cerne da nossa argumentação. Incumbe privativamente ao Banco Central, entre outras atribuições, efetuar o controle de capitais estrangeiros; ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira; promover, como agente do Governo Federal, a colocação de empréstimos internos e externos; atuar no sentido de funcionar e regular o mercado cambial; emitir a moeda.

Essas atribuições, evidentemente, não se coadunam para serem geridas por quem é um reconhecido operador internacional de especulação financeira, num passe de mágica, que, inclusive, na fatídica sexta-feira, 29 de janeiro, operava um fundo **hedge** nos Estados Unidos, especulando contra a nossa moeda; e, um dia depois, foi convidado para ser Presidente do Banco Central do Brasil.

Não se discute honestidade. Não conheço nada que o desabone. Até porque, se tivesse, não estaria discutindo essa questão de ordem, estaria, talvez, buscando a Polícia Federal, tal como foi feito, de uma forma absurda, inusitada, insensata, com um guardador de malas no Aeroporto do Galeão. Aquele estava desestruturando a estabilidade monetária, especulando. E a gravata que foi usada foi a da violência policial.

Disse o jornalista Elio Gaspari: "É do andar de baixo" O do andar de cima estava em Nova Iorque, no mesmo dia, operando uma mesa de **hedge**. E tinha vindo uma semana antes ao Brasil, sabatinado que foi no Palácio do Planalto, num jantar privado, pela equipe econômica. E esteve também com o Sr. Presidente do Congresso, num café da manhã. E no interregno de uma semana, e uma semana gravíssima para a sociedade brasileira, não apenas para a sua economia, estamos aí enfrentando toda uma série de consequências.

A Constituição Federal exige requisitos, não regulamentados ainda, mas recepcionados por lei anterior, que valem para a indicação do Presidente do Banco Central, que são dois: notável saber e ilibada reputação. Que fique logo claro que ilibada reputação não se confunde com abstração moralista, com discussão de vida privada nem de honestidade, porque isso são pressupostos para toda e qualquer atividade, particularmente no serviço público. Quando acrescento essas duas é pela outra qualificação, algo que tem a ver com conceito social. Não é um conceito de honradez pessoal. Para que se tenha exata noção de que não é cruzada moralista, que não se restringe a uma discussão apenas ética, mas se restringe em saber – e esse é o objetivo – qual é a função de um Banco Central e qual é a pessoa in-

dicada para exercer a mais alta função pública no campo monetário de um país. Esses dois requisitos estão desde a lei que criou o Banco Central do Brasil. O notável saber parece-me que o Sr. Amínio Fraga tem. Tem até demais, porque gerou inclusive o sofisma de que, quando o indicaram, disseram que ele sabia tão bem o que significava especulação, esse verdadeiro cassino em que se transformou o fluxo internacional, que era muito bom que o colocássemos no Banco Central. Eu até, num certo arroubo de primeiro momento, cometi um silogismo até indelicado. Disse que era a mesma coisa que chamarmos um bandido que conhece muito bem o mundo do crime para ser o homem da nossa segurança pública. Foi indelicado, não tinha nada a ver com a pessoa, mas era evidentemente bem adequado para transformarmos, se quiséssemos, **ad infinitum**, exemplos desse tipo: madeireiro, tremendamente conhecedor das nossas florestas, seria o Presidente do Ibama. E por aí poderíamos ir **ad infinitum**.

A discussão não era essa, não quero colocá-la nesses termos. Mas, quero apenas dizer que a função de Presidente do Banco Central de um país é incompatível para quem pratica, mesmo que dentro da lógica do mercado – e não está aqui falando quem fica imaginando ou sonhando a superação do capitalismo, embora tenha sonhado muito e ainda pretendendo voltar a sonhar, desde que se comece a discutir bases de realidade maior – a especulação. É incompatível por conta de um conceito social, de uma fama que ele tem de ser o gestor de um Banco Central de um País.

O Senado brasileiro e a Presidência do Senado teriam todas as condições de, considerando esses requisitos e mesmo entendendo que o requisito do notável saber está preenchido, como o requisito da ilibada reputação lhe falta, arquivar a presente indicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a encaminha a questão de ordem à Mesa?

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Claro, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para um breve esclarecimento. Quando V. Ex^a, respondendo ao Senador Antonio Carlos Valadares, mencionou que o Bloco de Oposição havia suscitado que trabalhássemos no período entre 1º e

22 de fevereiro para o exame da sucessão do Presidente do Banco Central, uma vez que todos ficamos surpreendidos pelo afastamento de Francisco Lopes, cujo nome foi votado e aceito pela maioria dos Senadores no dia 28 de janeiro. Nos dias 1º e 2 de fevereiro, nós, do Bloco de Oposição, avaliamos que era importante que o Senado Federal examinasse a questão, não estávamos tratando do projeto relativo à programação monetária, mas sim de toda a sucessão do Banco Central, que, agora, foi objeto da questão de ordem do Senador Roberto Freire. Eu gostaria apenas de esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estou em condições de responder ao ilustre Senador Roberto Freire.

O Senador Roberto Freire faz a defesa da posição que deseja que o Senado adote, dizendo que um dos requisitos, reputação ilibada, o indicado não tem. Ao mesmo tempo, regimentalmente, declarou que a Presidência não o deveria acolher. A Presidência não pensa como o Senador Roberto Freire, mas além de não pensar, numa demonstração de apreço a S. Ex^a, ouviu os membros da Mesa, e todos estão de acordo com o meu ponto de vista de que se trata de juízo de valor do Senador Roberto Freire e, que, conseqüentemente, não poderia ser endossado pelo Senado, à exceção do Senador Ademir Andrade, que concorda inteiramente com V. Ex^a.

Nesses termos, a Mesa recusa a questão de ordem de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é possível que o Senado venha a se deparar com situações semelhantes a essa. Não vou recorrer da posição de V. Ex^a ao Plenário, mas seria interessante uma consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado para que ela interprete o conceito de reputação ilibada escrito na Constituição. A meu ver, ao introduzir essa expressão na Constituição, o Constituinte não o fez apenas para inserir mais duas palavras em relação especificamente ao Banco Central, ao Supremo Tribunal Federal e à Advocacia-Geral da União.

Seria importante que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado produzisse um parecer a respeito do que ela entende sobre reputa-

ção ilibada, para que pudesse nortear outros processos que envolvem essa questão.

Faço uma consulta formal à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Infelizmente, V. Ex^a não pode fazê-lo, mas, como Presidente, posso e acolho a consulta de V. Ex^a redige, e eu farei como se fosse minha e a encaminharei à Comissão. V. Ex^a terá atendido o seu pleito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à apreciação do Requerimento nº 33, de 1999, lido no Expediente, de autoria da Senadora Emilia Fernandes e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão solene no Congresso Nacional para o dia 10 de março, comemorativo ao Dia Internacional da Mulher.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Desde já, fica convocada a sessão do Congresso para o dia 10 de março próximo, a realizar-se às 10 horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à apreciação do Requerimento nº 38, de 1999, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 3, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, no valor equivalente a até US\$1.100 bilhão, destinados ao financiamento do programa global de financiamento multissetorial.

Em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT - SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra pelo Bloco.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT - SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando este requerimento foi votado na Comissão de Economia, eu o assinei. Houve um acordo – era a última reunião da legislatura – para que se pudesse votá-lo ainda na legislatura anterior. Como não foi votado, acredito que ele perde o sentido, e eu gostaria de justificar. Creio que o Senado deveria debater esse assunto com mais cuidado, inclusive na própria Comissão de Assuntos Econômicos. Trata-se de um

empréstimo de US\$1.100 bilhão do BNDES junto ao BID, destinado ao financiamento do programa global de financiamento multissetorial.

Na legislatura passada, tanto na Comissão de Economia quanto neste plenário, tive a oportunidade de apresentar alguns dados sobre as operações de crédito do BNDES. Como existem vários Senadores novos, vou repetir esses dados, que, a meu ver, deveriam merecer uma reflexão por parte desta Casa. Este poderia ser um instrumento poderoso de desenvolvimentos regionais e de incentivo ao emprego no nosso País, que é o BNDES, a partir do seu próprio nome: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Fiz um requerimento de informações ao Sr. Ministro da Fazenda a respeito das operações de crédito do BNDES a partir de 1995, a sua distribuição, tanto por Estados e por regiões como por categoria de empresas. Os dados, Sr. Presidente, são surpreendentes. Sabemos que vivemos num País de profundas desigualdades regionais, e um banco como o BNDES não deveria ser apenas um balcão, onde as empresas ou os setores buscassem investimentos que norteariam a sua ação apenas pelas leis de mercado. Deveria ser um instrumento que possibilitasse, de acordo com seu próprio nome, o desenvolvimento econômico e social.

Vejam a evolução, do ponto de vista percentual, das operações de crédito do BNDES, em primeiro lugar, em relação às Regiões do Brasil: a Região Norte, em 1995, recebeu o correspondente a 3,15% do total de recursos; em 1996, 2,12%; em 1997, 1,96%; em 1998, até o mês de junho, 1,14%.

A Região Nordeste, que deveria ter maiores incentivos e investimentos por parte do BNDES, recebeu, em 1995, 14,03%; em 1996, 13,68%; em 1997, 13,35%; em 1998, 10,69%.

A Região Sul recebeu, em 1995, 24,67%; em 1996, 24,90%, em 1997, 20,13%; em 1998, 15,28%.

A Região Sudeste, que é a mais desenvolvida do nosso País, em 1995, recebeu 48,54%; em 1996, 53,88%; em 1997, 56,14%; em 1998, 63,17%.

Podem perguntar o seguinte, Senador José Alencar: isso que ocorreu com a Região Sudeste foi por causa de Minas Gerais? Não, porque Minas Gerais ficou mais ou menos no mesmo patamar, variando de 10,66% para um percentual pouco superior a 12%. O Rio de Janeiro, por exemplo, passou de 10,33% para 10,14%. São Paulo passou, em 1995, de 25,76% para 39,14%.

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Pedro Piva alegou que São Paulo representa 42% da economia.

Ora, se é tarefa do BNDES direcionar seus investimentos, respeitando a distribuição regional do nosso desenvolvimento, então, não tem sentido o BNDES, que passa a significar apenas mais um banco que vai financiar exatamente aqueles setores e aquelas regiões onde já há desenvolvimento.

Porém, tão grave quanto isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o que acontece em relação a tamanho de empresa. Quando se fala na necessidade de ação no sentido de diminuir o desemprego - e sabemos que no País as micro e pequenas empresas são responsáveis pela geração do maior número de empregos -, vejam a evolução das operações de crédito do BNDES por empresa, em relação ao seu tamanho:

- em 1995, as micro e pequenas empresas receberam 12%; as médias e grandes, 78%; pessoas físicas, 8%; e Administração Pública Direta, 2%;
- em 1996, as micro e pequenas empresas passaram para 9%; as médias e grandes, 79%;
- em 1997, as micro e pequenas passaram para 5%; as médias e grandes, 85%;
- em 1998, de janeiro a junho, as micro e pequenas empresas receberam 2% do total de operações do BNDES, enquanto as médias e grandes, 92%.

Esses números demonstram que cabe ao Senado Federal estabelecer uma discussão mais aprofundada e mais séria sobre esse instrumento, que poderia, sim, ser um poderoso instrumento de incentivo ao desenvolvimento e de diminuição das desigualdades; até porque o BNDES é um banco que dispõe de recursos vultosos, os quais, infelizmente, estão sendo aplicados dessa forma por um Governo que se intitula socialdemocrata.

Nesse sentido, encaminhamos contra este requerimento de urgência, até para possibilitar um debate, já informalmente acertado com a composição passada da Comissão de Assuntos Econômicos, que naturalmente precisará ser formalizado a partir de sua instalação, qual seja, a convocação do Presidente do BNDES, a fim de que ele explique esses números, que são oficiais, e possamos debatê-los.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado contra os votos dos Srs. Senadores Jefferson Péres, Lauro Campos, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra, Ger-

son Camata, Roberto Saturnino, Geraldo Cândido, Tião Viana, Heloisa Helena e Ademir Andrade.

A matéria a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do Regimento Interno..

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Volta-se à lista de oradores.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um momento de grande importância na minha vida. Marca meu primeiro ato público como Senadora, cumprindo o mandato que honrosamente o povo sergipano me confiou. Sou, pela graça de Deus e pela vontade do povo do meu Estado, a primeira Senadora eleita na história de Sergipe, um Estado ainda pobre, localizado na sofrida região do Nordeste brasileiro. Ademais, assumo este mandato num instante extremamente grave da vida nacional, quando nosso País enfrenta uma das maiores, senão a maior das crises econômicas da nossa história. Crise que vem se somar a um quadro social dramático, onde ostentamos uma das mais cruéis concentrações de renda do mundo moderno e que, ao invés de melhorar, vem se agravando ao longo das últimas décadas. Por outro lado, convivemos com uma terrível desigualdade regional, onde a renda **per capita** dos nordestinos representa 1/3 da renda do Centro-Sul.

Por tudo isso, sei das esperanças que o povo da minha terra depositou em mim! ao me conceder seu voto para representá-lo na Câmara Alta. Quero, portanto, dizer aos sergipanos que dedicarei o melhor da minha mente e a totalidade das minhas forças para colaborar na construção de uma sociedade brasileira mais desenvolvida e, sobretudo, mais justa.

Sou membro do Partido da Frente Liberal, mais do que isso, orgulho-me de ter sido fundadora do PFL ao lado do meu marido, o então Governador João Alves Filho, do nobre Presidente desta Casa, do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, dos Senadores Hugo Napoleão e José Agripino, bem como de tantos outros valorosos líderes políticos nacionais.

Naquele instante, escrevemos uma página de coragem e patriotismo da história política nacional. Afinal, fomos o partido decisivo para a redemocratização plena do Brasil.

Recentemente, vivi um teste extremamente difícil durante a última eleição. Em Sergipe, o PFL se viu obrigado a lutar praticamente sozinho, quando os demais grandes partidos resolveram apoiar os can-

didatos oficiais. Numa disputa extremamente desigual, o isolamento do PFL foi de tal ordem que, para defender nossas idéias e não presenciar a extinção do nosso Partido no Estado, assumimos eu e meu esposo as candidaturas majoritárias - João Alves Filho, candidato ao Governo, e eu, ao Senado.

Pois bem; não bastassem nossas imensas dificuldades, ainda tivemos toda a máquina federal a serviço da candidatura dos nossos adversários e, o que é mais grave, o apoio ostensivo do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso ao candidato do PSDB. O Estado foi inundado por **outdoors** do Presidente abraçando seu correligionário local, além de os programas eleitorais divulgarem mensagens do Presidente, tecendo loas a favor do nosso adversário. Para completar, todo o programa "Pé na Estrada", com comícios eletrônicos do candidato Fernando Henrique Cardoso, foi coordenado exclusivamente pelo PSDB estadual, procurando-se passar a idéia de que seus candidatos eram os preferidos do Presidente.

Não obstante, ainda que nos contrapondo à justa revolta de muitos dos nossos correligionários, pela forma injusta e desleal como fomos tratados, votamos, por uma questão de coerência partidária, a favor da candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Já dei, portanto, em condições extremamente adversas, provas de minha fidelidade partidária.

Nesta Casa, pretendo trabalhar seguindo as orientações partidárias emanadas do Líder, Senador Hugo Napoleão. Assim o farei, exceto quando ferirem minhas questões de consciência ou quando conflitarem com as idéias que têm norteado minha vida pública. Nesse contexto, incluo minhas profundas divergências com alguns aspectos essenciais da política econômica ora em vigor. É verdade que reconheço e aplaudo a estabilidade alcançada pelo Plano Real, na brilhante derrota sobre uma inflação, que já parecia inexoravelmente arraigada na sociedade brasileira. Sabe-se que, num processo inflacionário, os ricos, inteiramente, e a classe média, em parte, se protegem dos seus efeitos graças ao arcabouço protetor das cadernetas de poupança, letras de câmbio, RDBs, entre outros. Contudo, as camadas mais pobres, na faixa do salário mínimo, não têm como se proteger e assistem impotentes a defasagem dos seus salários, desvalorizados em 40%, 50% e até 80%, como vimos há bem poucos anos no País. Não há, portanto, como subestimar os efeitos benéficos do Plano Real, particularmente na sua fase inicial, quando funcionou como um fator inequívoco de redistribuição de rendas, atraindo milhões de brasileiros, que estavam inteiramente alijados de nossa economia, para o mercado do consumo.

Por ironia, o grande sucesso inicial do Plano e os aplausos unânimes da Nação induziram a um grande equívoco: tratar o combate à inflação como um fim em si mesmo e não como uma etapa, ainda que importantíssima, para implantação de um modelo de desenvolvimento nacional que implicasse no crescimento da nossa economia com o conseqüente fortalecimento do nosso parque industrial e da nossa agricultura, além da vigorosa geração de empregos para o nosso povo.

Mas, desafortunadamente, o que constatamos nesse período do Plano Real foi uma fase de sucateamento da empresa nacional, esmagada, de um lado, pela plethora dos juros mais elevados do mundo e, do outro, pela abertura escancarada do nosso mercado. As conseqüências estão aí, à vista de todos: a desnacionalização sem peias do nosso parque industrial, o crescimento brutal do endividamento das empresas que resistiram vender ao capital estrangeiro o seu controle acionário e, por fim, o desemprego crescente, alcançando índices recordes. Paralelamente, inúmeras empresas nacionais – algumas, modelos de eficiência – foram adquiridas por empresas estrangeiras.

Cabe-me ressaltar que não tenho queda alguma nem simpatia pela xenofobia e que sou a favor de se incentivar o ingresso do capital estrangeiro no País, mas apenas quando ele vem para investir no nosso setor produtivo, não se limitando a comprar as nossas melhores empresas ou investirem maciçamente no setor especulativo. É preciso reiterar, aqui, a advertência que líderes empresariais, da estatura de Antônio Ermírio de Moraes e Eugênio Staub (Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), vêm repetindo à exaustão: "não existe nação desenvolvida, com uma sólida economia, se não possuir empresas fortes". Ao contrário, seremos sempre um País de periferia, alijado dos centros de pesquisas de ponta e do verdadeiro desenvolvimento.

Por outro lado, nestes últimos cinco anos, enquanto nossa dívida externa crescia em progressão aritmética, nossa dívida interna aumentava a índices geométricos. Enquanto isso, o fantasma do desemprego rondava os lares do nosso operariado – e já hoje alcançamos índices recordes de 8% em nossa taxa de desemprego. Segundo recente pesquisa formulada pela CNI – competentemente presidida pelo Senador Fernando Bezerra –, caso não haja uma profunda reversão em nossa economia, alcançaremos, em breve, o explosivo patamar de 12% de desemprego.

Mas, enfim, o que aconteceu para que num período tão curto se acumulassem nuvens tão sombrias sobre a economia brasileira?

Ocorre que os formuladores do Plano Real não souberam aproveitar o indubitável êxito inicial com a derrubada da inflação e aumento da renda real de milhões de brasileiros das faixas C e D, para consolidarem um modelo de desenvolvimento auto-sustentável, aprovando, no Congresso Nacional, as medidas essenciais. Obstinadamente, basearam todo o Plano no binômio juros altos e taxas de câmbio favorecidas e sacrificaram tudo no altar da preservação da estabilidade econômica. Para tanto, foi implantado um rígido modelo monetarista, e, sob o pretexto de não permitir o aumento dos preços no mercado interno, foram derrubadas as barreiras alfandegárias, inundando o nosso mercado de produtos importados, inclusive das quinquilharias mais supérfluas. Dessa maneira, criava-se um clima quase unânime de euforia nacional: nas classes mais pobres, por ascenderem ao sonhado mercado de consumo, ao tempo em que se massageava o ego das classes média e alta, deslumbradas com o consumo de produtos importados, os mais sofisticados. Nesse processo esqueceu-se de um fator essencial: a proteção das empresas nacionais. Nossa abertura econômica foi feita de forma intempestiva, numa insana rapidez, sem o necessário planejamento estratégico e sem a indispensável negociação com as nações para as quais abríamos o nosso ambicionado mercado interno. Por exemplo, se abrimos o mercado para a Ford nos vender os seus Taurus, os Estados Unidos deveriam abolir a taxa alfandegária de 50% do nosso suco de laranja; se a Chrysler queria nos vender os seus Cherokees, em compensação, o nosso aço deveria entrar no mercado americano sem pagar sobretaxas de até 80%. Na verdade, não estaríamos inovando as regras do mercado internacional, mas seguindo inúmeros outros exemplos bem-sucedidos, numa relação de troca.

Nada disso, porém, foi feito, nem mesmo criada uma moderna legislação "anti-dumping" para proteger o nosso parque industrial de práticas desleais. Apenas para comparar: segundo a Cepal, o mercado norte-americano é protegido por dez mil mecanismos de defesa para a empresa nacional. Trata-se de um protecionismo supersofisticado, encoberto sob o manto retórico do livre mercado. Todos os países do Primeiro Mundo exercem a proteção dos seus preciosos mercados, seja por meio de mecanismos mais sofisticados, como nos Estados Unidos, seja por intermédio de uma legislação mais rígida, como na União Européia, seja pelo uso de leis draconianas, como as que protegem a fechadíssima economia japonesa, o mais hermético mercado do Primeiro Mundo.

Nós, brasileiros, ingenuamente – para não dizer incompetentemente –, resolvemos praticar o *lais-*

sez-faire, levando à falência inúmeras empresas nacionais, incapazes, sem as necessárias medidas de proteção, de concorrer com o chamado mercado globalizado. E não se trata de falta de competência para concorrer em pé de igualdade, mas da sua absoluta incapacidade, pelas distorções do custo Brasil. Como podemos, por exemplo, concorrer com os japoneses em produtos eletrônicos, quando pagamos juros de 40% ao ano, e os nipônicos apenas 2%? Isso para não falar a respeito de diferenças igualmente expressivas quando se comparam as legislações tributárias e trabalhistas dos dois países.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – V. Exª me concede um aparte?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Pois não, Excelência.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senadora Maria do Carmo, Sergipe sabe da distância abissal que nos separa no campo da política. Eu pretendia fazer um aparte meramente protocolar de boas-vindas a V. Exª como representante eleita do povo sergipano para o Senado, mas não posso deixar de registrar que concordo com boa parte do pronunciamento que V. Exª vem fazendo até o momento. Várias das ponderações, dos questionamentos que V. Exª faz no seu pronunciamento já foram feitos, nesta Casa, por Parlamentares dos mais diversos Partidos e sempre foram classificados pelo Presidente da República ou pela cúpula governante deste País como manifestação de "fracassomania", de recalque de derrotados nas eleições e coisas do gênero. V. Exª, como afirmou, votou no Presidente da República, como política filiada ao PFL, que é o Partido da sua base de sustentação. Mas quero louvar o pronunciamento de V. Exª, um pronunciamento corajoso, muito claro e que, espero, venha a nortear a atuação de V. Exª nesta Casa, naturalmente, seguindo a orientação partidária, como V. Exª mesmo disse, tendo uma ação disciplinada, mas levantando essas ponderações tão importantes. Esperamos que, nesta Legislatura, tais ponderações venham a ser feitas por um maior número de parlamentares de partidos da base governista, para que o Senado não se comporte como mero carimbador, como aconteceu na legislatura passada; como uma Casa onde o Governo conseguia aprovar o que queria e da forma que queria. Espero, também, que o exemplo que V. Exª está dando neste momento se concretize nos seus votos e ações e inspire os outros Senadores da base governista, do PFL, ou de qualquer outro partido. Se for mantida a política econômica do Governo da forma como vem sendo aplicada nesses quatro

anos – o que parece ser a intenção do Presidente da República –, o Brasil continuará a se deparar com problemas insolúveis. Parabéns V. Ex^a. Boas-vindas, Senadora Maria do Carmo!

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Muito obrigada, nobre Senador José Eduardo Dutra.

Analisemos, então, a receita monetarista de elevar os juros para conter o consumo e a inflação. O fato é que os nossos ministros esqueceram que essa receita só funciona dentro de um tempo limitado, sob pena de, quando usada em excesso, ao invés de curar pode matar o paciente. É o que lamentavelmente está ocorrendo no Brasil.

Aqui a ensandecida política dos juros mais altos do mundo teve também o objetivo de manter uma relação cambial artificialmente elevada. Em decorrência, fomos ficando cada vez mais dependentes do famigerado capital especulativo internacional.

A partir daí, vimos vários efeitos nefastos se acumularem na economia brasileira.

O primeiro efeito do real supervalorizado em comparação ao dólar foi a fragilização da nossa capacidade de exportar e a promoção de déficits crescentes em nossa balança comercial. Tudo isso aumentou nossa demanda de capital estrangeiro a qualquer custo, ainda que perigosamente especulativo e promoveu o crescimento exponencial de nossa dívida interna. Em um perverso círculo vicioso, para atender a nossa necessidade crescente da entrada de divisas em moeda forte, fomos oferecendo, como pólo de atração, juros cada vez mais elevados, numa insensata autofagia.

Um exemplo prático demonstra os efeitos perniciosos dessa política. Em 1993, o então Ministro Eliseu Rezende, em conferência fechada para nossa elite financeira na Febraban, apresentou o resumo de um plano que havia elaborado para eliminar totalmente a dívida interna que totalizava, à época, US\$64 bilhões. Demonstrava que, contando com a venda de apenas 40% do total da participação societária da União em empresas estatais, avaliadas em mais de US\$150 bilhões, zeraríamos nossa dívida interna e, conseqüentemente, acabaríamos com a ciranda financeira a que eram submetidos os operadores do Banco Central, além de eliminar o nosso principal foco inflacionário. Desafortunadamente, a presença do Ministro Eliseu Rezende foi rápida e S. Ex^a não consolidou o seu plano.

Analisando nossa situação atual, constatamos nossa imensa fragilidade relativa. A maioria de nossas empresas estatais foram privatizadas, mas nossa dívida interna ultrapassa R\$350 bilhões e, só de

juros, neste ano, teremos de pagar a estonteante cifra de R\$80 bilhões, bem mais do que o total da dívida vigente há apenas 6 anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não me arvore aqui da capacidade de apresentar um receituário mágico para corrigir os rumos da política econômica. Minha formação acadêmica é de advogada e trabalho, há quase 3 décadas, na administração de empresas.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Ouço o aparte do nobre Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senadora Maria do Carmo Alves, gostaria de dar as boas-vindas a V. Ex^a. Seu discurso, sinceramente, surpreende-me muito, pois está dentro da realidade, sintonizado com os fatos que estão ocorrendo em nosso País, também, com o que pensa o povo brasileiro. Isso demonstra que esta nova Legislativa, independentemente das siglas partidárias dos parlamentares, vem com força, com o sentimento das ruas, com o sentimento do povo e com vontade de corrigir os erros que possam ser encontrados pela frente. Seu discurso combina muito com tudo o que o Bloco de Oposição tem dito ao longo dos anos nesta e na outra Casa do Congresso. A presença de V. Ex^a e a de outros parlamentares no Senado Federal poderá modificar os rumos da atual situação. Pelo seu discurso, depreende-se que V. Ex^a será independente, autônoma, e defenderá, acima de tudo, o que determinar a sua consciência. Seu irmão, o ex-Senador José Alves, honrou esta Casa com suas posições políticas, com seus pronunciamentos e pareceres nas comissões. Tenho certeza de que V. Ex^a também agirá da mesma forma. Isso nos anima, porque, por imposição do Governo, temos sofrido muitas derrotas neste Senado Federal. O Governo dá as ordens aqui, determina e, lamentavelmente, a maioria dos nossos Pares as cumpre sem nenhum questionamento. Vejo que V. Ex^a chega com esse questionamento e entendo que isto é muito positivo para o povo de Sergipe e para o nosso País. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. MARIA DO CARMO (PFL – SE) – Muito obrigada a V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARIA DO CARMO (PFL – SE) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Nobre Senadora Maria do Carmo, depois da bri-

lhante vitória de V. Ex^a, quando muitos nem esperavam a sua candidatura ao Senado, guardei comigo não a esperança mas a certeza de que teríamos nesta Casa uma Senadora atuante representando o nosso Estado nas causas maiores, teríamos um voto consciente, independente e autônomo, em reconhecimento à votação consagradora que o povo lhe concedeu, independentemente de partido político. A sua bandeira, antes de tudo, assinala um avanço contra a prepotência do Governo, o reconhecimento do seu trabalho na área social, e, também, sua atuação contra os acordos espúrios muitas vezes assumidos pelos políticos em época de eleição, sem prestarem uma explicação devida à população e à comunidade. A sua eleição, portanto, simboliza a independência do povo de Sergipe. O seu pronunciamento demonstra, insofismavelmente, sua personalidade, sua condição excepcional de bem exercer o mandato que o povo lhe outorgou. V. Ex^a terá uma atuação benéfica para o Senado Federal, disso não tenho a menor dúvida. O pronunciamento de V. Ex^a está carregado de verdades, denuncia à Nação aquilo com o que nós da Oposição concordamos **in totum**, haja vista que a política econômica do Governo privilegiou o capital em detrimento do trabalho, deixando uma dívida social enorme para o nosso País. Hoje os jornais anunciam, Senadora Maria do Carmo, que o Governo Federal resolveu cortar pela metade a cesta básica distribuída às populações mais pobres, como também retirou o complemento da alimentação escolar concedida a mais de 1,3 mil alunos das regiões mais pobres do nosso País, o que configura uma indisposição do Governo para com a política social que deveria ser implementada, a fim de corrigir as injustiças e distorções, que são muitas em nosso País, principalmente no Nordeste do Brasil. Portanto, a minha palavra é, antes de tudo, de solidariedade ao seu discurso, que já assinala, por antecipação, o comportamento independente que marcará seu mandato de Senadora da República, a primeira Senadora de Sergipe. Os meus parabéns, as nossas boas-vindas e as nossas felicitações em face desse posicionamento consciente perante o Senado da República acerca dos problemas da nacionalidade.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Muito obrigada, meu querido Senador.

Aqui e agora, meus amigos, sou, acima de tudo, a política, cujo principal dever é auscultar e procurar transmitir as angústias, o inconformismo e as aspirações da nossa gente. Eu particularmente venho de um Estado ainda pobre, cuja gente sofrida me confiou

um mandato que farei questão de honrar acima de todos os interesses. Essa mesma gente sofrida é a vítima maior desses aprendizes de feiticeiros que estão levando a nossa economia ao impasse.

Repito: não tenho soluções mágicas a apresentar, mas existem idéias que são absolutamente óbvias e urgem ser viabilizadas. Delas separei alguns exemplos para comentar neste pronunciamento.

O controle racional das nossas importações é uma das mais urgentes. Não é lógico, por exemplo, que um país pobre como o nosso se dê ao luxo de importar US\$2 bilhões em automóveis por ano. A Coréia, um dos países beneficiados por nossa incauta política de abertura comercial, protege seu mercado automobilístico com tal zelo que permite o acesso de um máximo de 4,2 mil carros por ano. Por que, estão, deveríamos escancarar nosso mercado interno sem mínimas limitações, nem reciprocidades comerciais compatíveis?

Precisamos, igualmente, de elaborar uma rígida legislação **antidumping**, impedindo práticas desleais que tanto prejudicam nossas empresas.

Por outro lado, cabe-nos reduzir, em caráter de urgência urgentíssima, nossos juros a padrões internacionais, medida vital não apenas para salvar as empresas nacionais, mas também para sustar o crescimento ensandecido da nossa dívida interna.

Por igual, compete-nos combater a terrível chaga do desemprego, que aflige crescentemente os lares das famílias brasileiras, mediante medidas objetivas e não apenas retóricas. De prático, por exemplo, devemos incentivar maciçamente setores como o turismo, maior empregador do mundo moderno, a agricultura, que se encontra lamentavelmente estagnada, e a construção civil, setor que mais emprega no Brasil, especialmente as camadas menos especializadas que tanto nossa economia precisa absorver.

Esses são segmentos estratégicos que poderiam, juntos, gerar milhões de empregos.

Teríamos, também, de investir em uma política prioritária para a correção de um dos nossos problemas mais importantes, qual seja, a desigualdade regional, conquistando paralelamente um novo e gigantesco mercado interno para nosso parque industrial. Pelo aspecto absolutamente crucial para o nosso País, tratarei detalhadamente desse tema em nosso próximo pronunciamento.

Finalmente, é preciso nos conscientizarmos de que, em período de crise, urge concitarmos uma união nacional, abrangendo se possível todas as camadas da sociedade brasileira. E quando digo toda a sociedade brasileira incluo a Oposição, que naturalmente tem consciência da gravidade da atual si-

tuação nacional e certamente, tanto quanto nós, aspira encontrar saídas para uma crise que ameaça esmagar-nos a todos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos anos, um país também latino enfrentava uma enorme crise. Saía da escuridão de uma ditadura tenebrosa que durara mais de 40 anos e cuja origem foi uma cruel guerra civil que dividiu irmãos e matou milhões de seus filhos. Confirmando a tese de que é nas crises que os homens se agigantam e partem para grandes decisões, a Espanha, a partir do Pacto de Moncloa, alcançou a união nacional, na busca de um plano econômico, social e político que transformaria profundamente a nação espanhola, levando-a em poucos anos a desfrutar os privilégios de ser um dos principais países do Primeiro Mundo – a propósito, esse país é grande investidor no Brasil.

Ora, se os espanhóis conseguiram sucesso em circunstâncias bem mais adversas, por que não podem também fazê-lo os brasileiros? Claro que podemos. Depende de todos, mas principalmente de nós que fazemos parte do Congresso Nacional e constituímos a elite política nacional, a quem cabe a principal responsabilidade nesse processo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando Salomão foi ungido Rei e Deus lhe perguntou o que desejava receber, pediu: "um coração sábio capaz de escutar para governar seu povo e para discernir entre o bem e o mal".

Que pediria eu, se me fosse possível escolher? Servir ao meu povo, que confiou em mim, nos limites das minhas forças e da minha inteligência.

Que pedido faria a classe política, se lhe fosse assegurada a mesma oportunidade? Creio que pediria para nos superarmos a nós mesmos e não falharmos ao povo brasileiro, nesta decisiva hora da verdade.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Nobre Senadora Maria do Carmo, antes que V. Ex^a termine seu pronunciamento, peço-lhe um aparte.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sim, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Nobre Senadora, em primeiro lugar, quero parabenizar-lhe pelo discurso que marca sua estréia nesta Casa. Igualmente, chego ao Senado Federal vindo de um Estado ainda em desenvolvimento, o Tocantins. E quero, nobre Senadora, igualmente aos Senadores que me antecederam e que lhe apartearam, marcar aqui a nossa posição. Antes de pertencermos a uma base governista, pertencemos a uma base popular. Viemos a esta Casa manifestar o legítimo interesse da nossa população e o inconformis-

mo, que quero incorporar ao seu pronunciamento, diante de medidas como a anunciada na data de hoje e amplamente divulgada pela imprensa nacional, qual seja, o corte que o Governo Federal vem efetuando na verba para a cesta básica e para a merenda escolar. Não será desta forma que o País haverá de encontrar o caminho para resolver seus problemas mais graves. Portanto, nobre Senadora, nós que conhecemos a tradição e o trabalho do ex-Governador João Alves, ex-Ministro, homem de larga tradição e de relevantes serviços prestados à Nação, quero dizer que nós, membros do mesmo Partido, o Partido da Frente Liberal, chegamos a esta Casa, igualmente, com a posição de dar a nossa contribuição, criticando, se for o caso, como o fiz nesta oportunidade em relação aos cortes efetuados na cesta básica e na merenda escolar, pois não será este o caminho que nos permitirá ver este País reerguer-se. Parabenizo-a e peço que V. Ex^a incorpore ao seu discurso a minha indignação com relação a essas medidas que o Governo Federal vem tomando. Muito obrigado.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Muito obrigada, Senador. Espero que esta Casa tome uma posição clara, porque não é possível que o castigo venha com o corte na merenda escolar. Sabemos que a merenda escolar é o grande motivo de os pais mandarem seus filhos para a escola. Sem esse incentivo, fica muito mais difícil a situação da educação no Brasil.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Maria do Carmo Alves, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo inicialmente, afirmar a honra que sinto em representar o povo acreano no Senado Federal; povo que me confiou a missão de representá-lo durante a 51ª Legislatura que se inicia. Sendo esta a Casa dos grandes debates do Legislativo e dos problemas do Brasil quero deixar clara a minha intenção de oferecer tudo o que estiver ao meu alcance para honrar e qualificar o mandato que me foi confiado pelo valoroso povo do Acre.

Acredito ser a gratidão uma das maiores virtudes a ser cultivada pelo ser humano. Faço, portanto,

questão de dedicar todo o êxito deste mandato aos familiares e companheiros de longa caminhada, fatores determinantes para minha chegada a este nível de responsabilidade pública. Destaco de modo especial a figura de meu pai, Sr. Wildy Viana das Neves, cujos exemplos de humildade, solidariedade, sinceridade e honestidade foram os pilares fundamentais de personalidade que pude herdar. Ele dedicou vinte e oito anos de sua vida pública ao Acre e ao Brasil, atravessando os anos sessenta, setenta e oitenta, tendo sido vereador, prefeito, deputado estadual e, por dois mandatos, deputado federal.

Mesmo tendo feito parte dos partidos tradicionais, meu pai sempre estimulou incessantemente o avanço qualificado do compromisso efetivo com um novo modelo de sociedade, democrático e justo, além de haver contribuído para a conquista maior da nossa geração política: a de ver o nosso País com os olhos da liberdade.

Registro também, de modo especial, minha gratidão ao Partido dos Trabalhadores, o querido PT, cujo projeto de sociedade foi o vetor de minha militância política, iniciada em 1981. O PT do Acre e os demais partidos progressistas tentam contribuir para o avanço da luta democrática com a presença dignificante da nossa admirável Senadora Marina Silva, além de minha pessoa e dos Deputados Federais Nilson Mourão, Marcos Afonso e Sérgio Barros, que integram o nosso bloco político da Frente Popular do Acre. Tenho grande orgulho em registrar, também, a soberana e legítima vitória e posse do meu caro irmão e atual Governador do Acre, engenheiro florestal Jorge Viana, cujas referências ética e política já extrapolam nossa fronteira acreana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui eleito com a responsabilidade principal de defender um modelo de saúde justo, solidário e coerente para o nosso País e, de modo especial, para a região amazônica. Sou médico e dediquei os últimos 13 anos da minha vida ao trabalho incessante em hospitais públicos ou filantrópicos. Testemunhei os grandes sofrimentos que os pobres deste País passam nas unidades de saúde. Testemunhei e denunciei centenas, talvez milhares de mortes evitáveis, que seguramente não teriam ocorrido se tivéssemos um modelo gerencial adequado, subordinado a princípios claros de responsabilidade, solidariedade, qualificação e senso de prioridade, além de recursos básicos de trabalho. Tenho a convicção — e lamento dizê-lo — de que a área na qual mais se ferem os direitos humanos, no Brasil, é a da saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a política de saúde deste País tem-se sujeitado a influências naturais quanto à relação Estado-sociedade, de

modo especial no que diz respeito aos sistemas de proteção social. A partir dos anos 40, aumentou a responsabilidade dos denominados países desenvolvidos com as políticas públicas, destacando-se maior responsabilização dos Estados com a saúde pública. Tal período consolidou o chamado **Welfare State**, que coincidiu com o crescimento da economia mundial. A partir desse exemplo, foi progredindo a ampliação dos serviços públicos de proteção e assistência à saúde, no Brasil, até consagrarmos um modelo mais claro e normativo, no ano de 1975, com a criação do Sistema Nacional de Saúde.

Daí em diante, em que pese o consistente debate apontado como necessário pelos técnicos da saúde coletiva, deu-se um desvirtuamento do emprego dos recursos públicos do setor, que passaram a atender mais aos interesses de mercado, de modo especial dos setores que haviam influenciado fortemente um modelo hospitalocêntrico, de repasse e prosperidade dos prestadores de serviços privados. A corrosão maior do alicerce do sistema de saúde e proteção ocorreu com a progressiva utilização dos recursos previdenciários para outras finalidades, como as chamadas "grandes obras" dos anos 70 e 80. Como afirma a socióloga Elizabeth Barros, citando Reinhardt, "...o que às vezes é considerado um progresso das ciências sociais pode não ser nada mais do que o triunfo de uma ideologia sobre outra".

É bem verdade que ocorreram mudanças nos indicadores de saúde nos últimos 30 anos. Melhorou a nossa expectativa de vida, houve redução da mortalidade infantil, as doenças imunopreveníveis sofreram forte impacto. Esse progresso esteve atrelado, evidentemente, à expansão dos modelos de proteção coletiva que se tornaram fortes no cenário internacional, com ênfase às ações da Organização Mundial de Saúde, da Organização Pan-americana de Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância. Malgrado esse sucesso, o fato é que a análise desses mesmos dados, feita separadamente por regiões e por classes sociais, revela o agravamento das desigualdades que fazem do Brasil, entre todos os países do mundo, o mais injusto, o de maior distância entre os extremos da escala social.

A crise do Estado, resultante das dificuldades econômicas enfrentadas mais agudamente pelos países em desenvolvimento desde o início dos anos 80, acentuou essa tendência ao provocar a retração relativa dos investimentos públicos nas áreas sociais. A evolução do gasto governamental em saúde ficou longe de acompanhar o crescimento vegetativo da população e isso se fez sentir mais duramente por aqueles que não têm alternativa à busca de atendimento na sucateada rede pública.

É verdade, por outro lado, que a presença valerosa de parte da pesquisa de ponta permite-nos apresentar com orgulho membros da comunidade científica brasileira, como é o caso dos membros da Sociedade Brasileira de Cardiologia, na consolidada posição de referência mundial na área cirúrgica e de transplantes, em que destacou a presença de um honrado acreano chamado Dr. Adib Jatene. Lamentavelmente, porém, os indicadores de saúde recentes de nosso Brasil nos agridem. Segundo documento recente do atual Governo, "no Brasil, a cada minuto, morre uma criança com menos de um ano de idade, em função da falta de educação sanitária, falta de saneamento básico, falta de assistência nutricional, falta de assistência à saúde. Por essas mesmas razões, a cada dois minutos morre uma criança com menos de cinco anos de idade".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o grande debate em busca do modelo ideal de promoção, recuperação e assistência à saúde tem sido árduo e constante, demonstrando a profunda convicção dos sanitaristas, bem como a aspiração do povo brasileiro por um modelo ético, humanista e eficiente. A Carta Constitucional de 1988 é um marco das conquistas populares em defesa desse modelo. A implantação do Sistema Único de Saúde, garantindo a defesa dos princípios fundamentais da universalidade, equidade, hierarquização e descentralização do sistema tem sido o vetor do modelo que devemos seguir, em que pesem os ajustes de percurso que se fazem necessários.

O Ministério da Saúde tem defendido esse modelo, atendendo às pressões populares, técnicas e políticas. No entanto, em face das injustas receitas neoliberais, tem sido negativamente influenciado pelas teses do "Estado mínimo". Tem-se deixado confundir, por exemplo, entre a defesa da necessária descentralização e a introdução da indesejada desresponsabilização. Essa confusão se comprova nas fragilidades da implantação do SUS. Tem havido transferência de elaborações, normatizações e execuções para Estados e Municípios, vários dos quais demonstram ainda não estarem sensibilizados e muito menos preparados para a execução das medidas sanitárias que se apresentam como inadiáveis. Diversas unidades federadas estão alheias aos princípios de gestão, como qualidade, organização, eficiência, hierarquização e prioridade.

Talvez por isso ainda tenhamos que conviver com 600 mil casos de malária ao ano – de modo especial na Amazônia –, com centenas de milhares de casos das hepatites B, C, D e outras, com a tuberculose se reafirmando como um grave problema social, com a dengue se propagando sem controle como uma

legítima armadilha epidemiológica, já nos ameaçando concretamente com casos de dengue hemorrágica, com a hanseníase ainda nos afligindo com milhares de casos – embora já pudesse ser uma marca de orgulho do Brasil, caso tivesse sido eliminada –, com a leishmaniose, com as verminoses, com as antigas e conhecidas doenças respiratórias e diarreicas que, anualmente, ceifam tantas vidas.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senador?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com muito prazer, ilustre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Tião Viana, gostaria de apartear V. Ex.^a justamente nesse tópico do seu pronunciamento. Antes de fazer as considerações que desejo, porém, saúdo sua presença na tribuna abordando assunto de tal envergadura e fazendo, com muita propriedade, um retrato da saúde brasileira – que não é o que desejamos. Infelizmente, trata-se de um retrato feio! Precisamos melhorá-lo, retocá-lo. No tocante ao que acabou de falar sobre o Sistema Único de Saúde, digo que, para 1999, houve um passo muito importante, dado pela Comissão Mista de Orçamento e pelo Congresso Nacional. Foram alocados R\$350 milhões na proposta orçamentária para este ano, sancionada há pouco pelo Presidente da República, sem vetos nesse particular, para felicidade nossa, o que beneficiou vinte e uma unidades da Federação brasileira. Realmente, o Sistema Único de Saúde – esta é a colaboração modesta que presto ao seu magnífico pronunciamento – demonstra o quadro de desigualdades profundas do País, onde o cidadão dos grandes centros, mais avançados, vale mais do que os cidadãos dos Estados mais necessitados e mais pobres deste País. Então, foi graças ao Congresso Nacional, à luta travada na Comissão Mista de Orçamento que já demos um passo no setor de saúde para diminuirmos essa desigualdade. Só ficaram de fora dos benefícios desses 350 milhões as seis Unidades da Federação mais bem aquinhoadas. As outras 21 Unidades da Federação, inclusive o Estado que V. Ex.^a representa nesta Casa, foram mais bem aquinhoadas. Eu queria fazer este registro apenas ao pronunciamento de V. Ex.^a e, no mais, formular votos para que a saúde do Brasil possa efetivamente melhorar. É este o trabalho que temos que fazer. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao ilustre Senador.

Todas essas enfermidades, somadas às degenerativas e ocupacionais, poderiam servir de parâmetro emergencial para o modelo de co-responsabilidade entre o Ministério da Saúde, os Estados e os

Municípios em cima de um novo pacto federativo, que significasse, na área da saúde, a mudança efetiva dos indesejáveis indicadores.

Alguns poderiam nos argüir, Sr. Presidente, que o grande fator limitante é a falta de recursos. Respeito tal argumentação, mas não creio que o deva ser considerada como absoluta. Pois vejam o exemplo do Reino Unido que investe em um modelo estatal 5.2% do seu PIB em saúde e alcança admiráveis aprovações e indicadores, comparáveis a alguns melhores aos dos diversos países da Europa Ocidental. Por outro lado, os Estados Unidos gastam 11.7% do seu PIB com saúde num modelo essencialmente privatizado e alcança diversos indicadores e resultados em muito inferiores ao do modelo inglês.

O SUS pode e, se Deus quiser, vai se afirmar como um dos melhores modelos de saúde já desenhado para o Planeta. No entanto, para alcançarmos essa referência, é inadiável que se deixe de lado a excessiva atenção aos aspectos normativos, reguladores e fiscalizadores restritos ao controle de recursos e que se passe a dar permanente atenção à integral corresponsabilização entre o Ministério da Saúde, os Estados e os Municípios. O sistema precisa basear suas conquistas na avaliação ampla dos resultados. Somente assim poderemos dizer com orgulho que não estamos subordinados a um modelo de gestão cartorial, mas que dispomos de um sistema justo amparado na equidade. A obsessão com a eficiência e a qualidade têm escondido, no fundo, um plano cuidadoso de desresponsabilização do Poder Público e de contenção de gastos.

É evidente que, para se falar em saúde, é preciso considerar suas causas e suas consequências, tendo clareza do seu sentido absoluto, mas sem o desvincular de sua própria definição de estar a pessoa humana integrada à vida em sociedade, sendo bem recebido desde o nascimento, na juventude e, acima de tudo, na segurança de envelhecer com dignidade. Não se pode tampouco desconsiderar o acesso ao emprego, à renda e ao saneamento básico como bens indispensáveis em indicadores da qualidade de vida. Aproveito para recordar que a Campanha da Fraternidade deste ano tem como tema central o desemprego e a interpretação cidadã de suas causas. Os milhões de desempregados estão sendo privados do acesso aos bens básicos como a saúde, a educação, a moradia, os alimentos e o lazer, todos elementos essenciais da cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho como berço a Região Amazônica, com orgulho, a cidade de Rio Branco, Acre. Reafirmo que nossa região é a última fronteira de expansão das enfermidades tropicais. Temos a ameaça constante da malá-

ria, das hepatites, da leishmaniose, da febre amarela, das arboviroses, da toxoplasmose, da paracoccidiodomicose, da doença de Jorge Lobo, da cromomicose e das demais doenças fúngicas e de tantas outras, adaptáveis ao nosso clima e ao nosso modo de interação com o meio ambiente.

Os índices de cobertura vacinal dos nossos Estados pobres estão mais parecidos com os da África do que com o Brasil. No Acre, alcançamos apenas 49% da cobertura vacinal para tétano, difteria e coqueluche. A mortalidade perinatal foi apontada como a segunda causa de morte no ano de 1996, segundo o próprio sistema de informação sobre mortalidade do Ministério da Saúde. Em 1998 houve município acreano que registrou um índice de cobertura vacinal orbitando em torno de 1.85% para poliomielite e 2% para tuberculose. Lamento informar aos senhores que nenhum dos gestores da saúde pública do Acre, naquele ano, fez qualquer manifestação crítica em função dessa grave e preocupante situação.

Gostaria de deixar como convite à reflexão, em nome e em homenagem aos membros do Conselho Federal de Medicina e todos os médicos do nosso País, a frase encontrada no admirável livro intitulado **A Peste**, de Albert Camus: "... Como o senhor aprendeu tanto, Doutor?" Resposta: "Com sofrimento, meu filho..." Foi o sofrimento dos humildes, com quem convivi uma grande lição e um fortíssimo motivador da dedicação de vida, que divido com os que buscam uma nova maneira de considerar e conviver com a pessoa humana, em busca de uma nova idéia de felicidade.

A Amazônia é nosso maior patrimônio. É um lugar belíssimo, que reúne um povo amigo, acolhedor e capaz de traçar seu próprio destino. É única, com suas peculiaridades culturais e regionais e seu imensurável patrimônio genético, o qual tenho tido a ousadia de anunciar como o diamante verde do próximo milênio. O Acre está localizado junto à nascente de vários rios amazônicos, que formam o berço da formação de nossas cidades, como os belos Rios Acre, Xapuri, Purus, Caeté, Macauã, Yaco, Envira, Tarauacá, Muru, Juruá, Moa e outros. Não se justifica portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não possamos ter outros indicadores sociais após tantos anos de coragem para sobreviver e lutar por uma Amazônia nossa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a defesa da vida, como dom de Deus, integra a essência do Cristianismo. É nosso desafio, como criaturas de Deus dotadas de consciência, defender esse dom, e as profissões ligadas à saúde têm um papel fundamental a exercer no enfrentamento desse desafio,

especialmente a saúde pública, por ser dirigida a todo o povo, incluindo, sem distinção, ricos e pobres.

O povo acreano bem gostaria de dizer ao Brasil inteiro que somos felizes, convivemos com um modelo de desenvolvimento sustentável, inteligente, justo, que abomina a ganância, a irracionalidade de exploração de nossos recursos naturais e que está de fato comprometido a diminuir a distância entre ricos e pobres.

Esse compromisso com a melhoria das condições de vida do imenso contingente de pobres e miseráveis de nosso País não é somente questão pessoal ou de programa partidário, embora figure, de fato, em posição de destaque na linha de atuação que adotei como político do PT e no programa do Partido dos Trabalhadores. Mais que isso, trata-se de um dos "objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil", expresso no inciso III do art. 3º da Constituição Federal. É, portanto, no cumprimento de uma obrigação cívica, bem como de um dever de consciência que pretendo atuar nesse sentido aqui no Senado Federal. Sempre no sentido de uma contribuição construtiva e ao mesmo tempo conseqüente, para a elaboração e implementação de uma política mais justa e efetiva para a saúde pública de nosso País.

Gostaria de finalizar com as palavras de Santo Agostinho: "cada uma das criaturas, separadamente, é boa – a que eu acrescentaria, humildemente, é bela – porém, consideradas em conjunto, não são só boas, mas até muito boas". Eu, na minha simplicidade, ainda diria: Não são só belas, mas até muito belas. "Um corpo formado de membros todos belos é muito mais belo que cada um de seus membros, de cuja conexão harmoniosamente se forma o conjunto, posto que, também, cada membro separadamente tem uma beleza peculiar."

Que o futuro nos reserve a sensibilidade por parte do Governo Federal, para que as políticas públicas regionais sejam vertente do conhecimento científico, e para que haja verdadeiro estímulo à construção de um modelo de saúde exemplar para o Brasil.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não. Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Para cumprimentá-lo e saudá-lo também, em nome do Partido dos Trabalhadores, e aqui cumprimentá-lo por este pronunciamento em que V. Exª traz o seu

conhecimento como médico, conhecedor dos problemas da saúde pública brasileira, com um diagnóstico tão aprofundado em que, ao mesmo tempo, relaciona a necessidade premente de estarmos resolvendo os problemas do desemprego, os problemas sociais, como algo fundamental para que possa a maioria do povo brasileiro poder ter acesso a melhores condições de saúde. V. Exª, ao descrever as dificuldades e os problemas de saúde do Brasil e também do Acre, ao indicar a necessidade premente de nós levarmos adiante a prática do Sistema Único de Saúde, e, sobretudo, estar prevenindo os problemas para que nenhuma criança, hoje, esteja sujeita às condições de mortalidade infantil que V. Exª apontou e a todas as doenças. V. Exª aqui mostrou as razões pelas quais o povo do Acre o trouxe para o Senado Federal para que, ao lado da Senadora Marina Silva, dos seus colegas na Câmara dos Deputados e também de seu irmão, que vem governando com tanta dignidade e criatividade o Estado do Acre, possa aqui honrar o seu povo com este mandato no Senado Federal. Meus cumprimentos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Para uma comunicação de interesse partidário, e nos termos do art. 14, inciso II, alínea b, do Regimento Interno, concedo a palavra, como Líder, ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tomo a palavra, neste momento, para registrar a grande perda sofrida por Minas Gerais e pelo Brasil com o falecimento do grande historiador mineiro Francisco Iglésias, no último domingo, em Belo Horizonte. O professor Iglésias, sepultado ontem em meio a manifestações de pesar da família, dos amigos, alunos, admiradores, políticos, deixa uma obra magnífica para a historiografia brasileira.

O professor Francisco Iglésias foi, sem dúvida, um dos maiores intelectuais que nossa terra ofereceu à humanidade. Testemunham seu valor obras como *Trajetória Política do Brasil e Três Séculos de Minas*. Mas seus interesses e sua cultura não se limitavam à História. Iam da Literatura à Economia, da Filosofia à Sociologia e a tudo quanto interessasse à valorização do conhecimento e do ser humano.

Referência para várias gerações de intelectuais mineiros, Francisco Iglésias deixa uma lacuna impreenchível nos meios culturais e científicos da História. Em reconhecimento à sua enorme capacidade

de entender e descrever o processo de evolução da humanidade, em suas várias facetas, foi o único historiador brasileiro convidado pela Unesco para uma segunda revisão da monumental obra *História Geral da Humanidade*, obra que, infelizmente, não pôde ser publicada.

Em uma entrevista, o grande professor definia assim o próprio ofício: "O historiador precisa ver o passado não como um passado, mas como um presente. Só a significação histórica contribui para uma verdadeira mudança. Assim, nada é tão importante para a História como a dialética. Se na Geografia o espaço é essencial, na História é a temporaneidade que comanda o conhecimento".

Minas, o Brasil e a humanidade perdem um grande homem, que deixa obras póstumas, entre elas *Trajatória Política do Brasil – II Parte*, com sua visão sobre os últimos 25 anos da história brasileira. Nos dois tomos, Francisco Iglésias retrata analiticamente o desenvolvimento político brasileiro desde o descobrimento até o golpe militar de 1964. Essa obra vai se juntar a outras, como *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro*, *A Revolução Industrial e História e Ideologia*, entre outros.

Com essas credenciais é que Francisco Iglésias vinha se posicionando firmemente contra os excessos do neoliberalismo na primazia dos ganhos materiais sobre os valores maiores da humanidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito há ainda a se falar da importância desse grande brasileiro, mas, devido à exigüidade do tempo e diante da profundidade e extensão de sua obra, limito-me neste momento a registrar, pesadamente, a perda que todos sofremos, mas certos de que sua obra e seu exemplo se perpetuam entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar, com um grande abraço alagoano, a todos que, de forma heróica, ainda resistem no plenário até o término da sessão. Saúdo meus companheiros do Partido dos Trabalhadores, inclusive o nosso Líder na Câmara dos Deputados, Marcelo Deda, os companheiros Senadores do Bloco de Oposição e todas as forças políticas que representam o Brasil nesta Casa.

Quero agradecer a atenção da 1ª Secretária e da Diretoria Geral do Senado, que têm envidado esforços para nos proporcionar melhores condições de trabalho. E quero especialmente agradecer a gene-

rosa disponibilidade demonstrada pelos servidores desta Casa Legislativa, tanto os que estão à disposição do nosso gabinete e da Liderança do PT, bem como nos demais setores, funcionários que têm oferecido competência e capacidade de trabalho para nos ajudar nesta nova etapa de nossas vidas.

Nesta minha primeira oportunidade na tribuna, pensei em debater vários dos temas que representam o desespero de milhares de brasileiros diante do fracasso do neoliberalismo. Pensei em falar sobre esse conjunto de políticas mercantilistas que liquida o direito dos povos à educação, à saúde, à cultura, à ciência e tecnologia, criando um modelo desastroso, que pode até levar as forças especulativas ao êxtase, mas que sem dúvida liquida e leva à miséria a grande maioria do povo brasileiro. Porém, com certeza, como infelizmente este ainda é um ano de profunda crise, teremos muito tempo para realizar esse debate.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste meu primeiro pronunciamento, tenho a obrigação de fazer uma homenagem, uma declaração de amor à minha querida Alagoas, a essa terra em que nasci e que me elegeu. Sei o quanto o povo de Alagoas sofreu para que eu estivesse aqui. Um povo que enfrentou de cabeça erguida a pistolagem, a violência, a vergonhosa sedução do dinheiro fácil e me trouxe até aqui. Portanto, tenho a obrigação de fazer uma homenagem à minha Alagoas.

Sinto-me honrada de ser alagoana, porque conheço profundamente as mulheres e homens de bem e de paz da minha terra, que são a maioria e não compactuam, em nenhum momento, com a meia dúzia de delinqüentes que mancham a imagem de Alagoas perante a Nação brasileira.

Nós, a gigantesca maioria dos alagoanos, somos de paz, porque temos a mais absoluta certeza, a clara compreensão de que os únicos que precisam da arrogância e da truculência são os mediocres homenzinhos de alma pequena, que pensam que se fazem respeitar por meio do grito, da bala, da intolerância e do abuso de poder. Esses jamais serão respeitados verdadeiramente em Alagoas, nem em nenhum espaço deste Brasil, nem mesmo na cúpula de qualquer poder que seja. Graças a Deus, não represento essa minoria de alagoanos que sempre se imaginou grande, poderosa, inatingível, porque tinha nas mãos o dinheiro sujo da corrupção, o poder político e a estrutura covarde do crime organizado para lhe dar sustentação. Esses eu não represento. Tenho profundo alívio em não representar também a elite econômica e política de Alagoas, que desman-

telou o Estado, promoveu fome, miséria e sofrimento, uma elite perversa, fria, insensível, irresponsável, incompetente, cínica, demagógica e saqueadora dos cofres públicos. Esses eu não represento.

E é por isso que tenho a maravilhosa sensação em representar a maioria do povo alagoano, o povo humilde, trabalhador, honesto, cheio de fé em Deus e com muita coragem e esperança.

Sei que, representando a grande maioria da população, represento as vítimas da angústia e da tristeza nas Alagoas. Tenho de lembrar os nossos mortos e as nossas tragédias para que eles não sejam esquecidos e para que as suas trajetórias de vida sejam devidamente respeitadas pela Nação brasileira.

Represento o desespero dos servidores públicos alagoanos, vítimas da demissão em massa, porque Alagoas já cumpriu o ridículo "dever de casa", a famosa cantilena do modelito neoliberal. Alagoas já demitiu em massa e não resolveu os nossos problemas.

O Governo Federal, quando propôs a Alagoas o ajuste fiscal e o contrato de renegociação das dívidas, protegeu a corrupção de forma vergonhosa e acordos imorais absolutamente inconstitucionais, dispondo-se simplesmente a dismantelar aquele Estado.

O Soldado Leandro é um exemplo de servidor público e de uma das tragédias dos servidores em Alagoas. Depois de matar seus filhos e sua esposa, cometeu suicídio com um papelucho na mão que prometia dinheiro pela sua demissão voluntária. Gritava dentro de casa, enquanto assassinava a sua família, com a promessa de um dinheiro que nunca pôde receber.

São muitas outras as tragédias familiares do nosso Estado de Alagoas, ocorridas com servidores, pensionistas, aposentados, desempregados. Tudo isso representa o resultado da irresponsabilidade de uma elite fracassada.

Represento o Vereador Renildo, homossexual, assassinado pela hipocrisia de um poder político que ousa definir no seu livrinho falso moralista uma única forma de amar. Renildo e tantas outras pessoas, vítimas do preconceito, foram humilhadas, torturadas, cometeram suicídios ou foram assassinadas.

Represento as vítimas da covardia do crime organizado, as lideranças sindicais, políticas, indígenas, religiosas, os sem-terra, os sem-teto, as nossas crianças de rua. O servidor público Sílvio Viana, exemplo de honestidade, cuja única atividade profissional foi o combate ao paraíso fiscal de usineiro, à sonegação, com a garantia da moralidade administrativa, foi assassinado covardemente. Nossos cora-

ções alagoanos ainda choram Dimas Olanda, Anderson, Isabelle, Chico, Jonilson, Ítala, Ceci Cunha e tantos e tantos outros, pela vergonhosa e deplorável impunidade e pela maldita imunidade parlamentar – esconderijo perfeito de bandido engravatado.

Represento também as centenas de mulheres anônimas que ocuparam espaço na mídia, morrendo ou desmaiando de dor nas portas das maternidades fechadas. As crianças alagoanas não são frias estatísticas oficiais. São histórias de vida que estão sendo destruídas. Não conseguem nem ser como nossos filhos, não conseguem ser crianças, pois estão no trabalho escravo dos canaviais, no sertão, com um cordãozinho velho, estirados nos restos de estrada, implorando migalhas para sobreviver. As crianças nos sinais pedem para ser vistas; com uma arma, pedem para ser respeitadas.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Concede-me V. Exª um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª traz um ânimo a esta Casa, traz esperança até a nós mesmos, que já estamos aqui há algum tempo e que, durante quatro anos, vimos o Congresso Nacional e a mídia brasileira convencer o povo e os congressistas de que o Governo fazia tudo certo, e esse Congresso fez absolutamente tudo o que o Governo quis. Graças a Deus temos um novo Congresso e pessoas com a sua juventude, com a sua coragem, com a sua determinação. V. Exª chega ao Senado da República com força e com garra. O povo de Alagoas soube escolher bem. O povo de Alagoas soube libertar-se. Anima-nos a presença de V. Exª e de valorosos novos Senadores, assim como os discursos como o da Senadora Maria do Carmo Alves, de Sergipe. Congratulo-me com sua história e com sua luta política. Fomos adversários em algum momento, mas hoje estamos de mãos dadas nesse processo. Tenho certeza de que V. Exª trará ao Senado Federal o entusiasmo e a garra, que contagiarão muitos de nós – alguns já acomodados, outros aceitando a situação. Precisamos de pessoas como V. Exª nesta Casa. Permaneci em plenário apenas para ouvir seu primeiro discurso no Senado da República. Peço desculpas por tê-la interrompido. Pelo início do seu pronunciamento, sinto que V. Exª trará muitas coisas boas para todos nós, para o povo de Alagoas, para os nossos trabalhadores brasileiros, para o Brasil. Muito obrigado.

A SRª HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Muito obrigada, Senador Ademir Andrade.

Represento crianças que nasceram como eu: pobres e carimbadas no nascimento para a miséria

e a exclusão. São poucas as que conseguem sobreviver a essa peregrinação humilhante. São poucas as que não vão às ruas vender o corpo por um prato de comida ou partir para a marginalidade e para as drogas, como último refúgio.

Por toda essa história de resistência do povo das Alagoas, sinto-me profundamente honrada, companheiros da imprensa, de representar o povo alagoano, os sobreviventes, os que aprenderam com o sofrimento, meu querido companheiro Tião.

Dom Hélder dizia que o povo aprende pelo conhecimento ou pelo sofrimento. O povo de Alagoas teve roubado, pela elite fracassada, o direito de ter acesso ao conhecimento. Mas certamente nenhum outro povo sofreu tanto, foi tão massacrado em sua auto-estima, em sua dignidade como o nosso forte, digno e generoso povo das Alagoas.

Alagoas espera muito do Senado. Alagoas espera que o Senado cumpra com sua obrigação constitucional. Alagoas espera que o Senado abra suas portas para fazer o grande debate sobre a crise dos Estados. Alagoas espera de todos nós o que o Brasil também espera: ética na política.

Como cristã, atendo à denominação ética do meu querido Dom Pedro Casaldáliga, que dizia que por mais que se queira trabalhar teoricamente a ética, sem dúvida, ética na política é vergonha na cara e amor no coração. É isso que Alagoas e o Brasil esperam de todos nós. (Palmas.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Exª um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloisa Helena, cumprimento-a por seu discurso. V. Exª traz a santa indignação, própria de uma mulher do Partido dos Trabalhadores, que, há muito tempo, por meio de seu trabalho, vem repercutindo as coisas boas provenientes das Alagoas. Certamente, esse grito é dado com muita energia pela criança que vai ao sinal, pela mulher que enfrenta tantas dificuldades, pelo servidor público que se vê ameaçado por essas demissões, muitas vezes sem uma explicação clara, o que deixa de fazer sentido para a pessoa que procurou dedicar a sua vida a um serviço público sério e que, de repente, vê-se despedida. Enfim, V. Exª está trazendo aqui uma vontade de colaborar para podermos criar uma nação justa. Portanto, quero dar-lhe as boas-vindas ao nosso Partido dos Trabalhadores e ao Senado Federal.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Com prazer, ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Nobre Senadora Heloisa Helena, permita-me também incorporar ao seu discurso o aparte de um Senador de um Partido diferente, o Partido da Frente Liberal, o qual integro; estreante que sou nesta Casa, como V. Exª. Nobre Senadora, sem dúvida alguma, haveremos e poderemos discordar quanto aos caminhos, às idéias e às possíveis soluções, mas, certamente, nenhum de nós discordará quando o assunto for a impunidade. Nenhum de nós, nobre Senadora, deixa de se emocionar quando, nesta Casa, assiste à sua estréia emocionada, em que V. Exª traz a voz do povo alagoano, que todos nós admiramos muito. Portanto, sinto também de nossa parte, da minha parte pessoalmente – eu, representante do Estado do Tocantins –, a solidariedade às suas palavras. Tenho o mesmo sentimento de poder representar o povo do meu Estado, para juntos fazermos algo por um País melhor. Muito obrigado.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Muito obrigada, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte ao meu querido Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª estréia na tribuna com a segurança de uma veterana, em um discurso emocionado e emocionante, que pode surpreender alguns, mas não surpreende aqueles que têm o prazer e a honra de conhecer V. Exª há mais tempo, como é o meu caso. V. Exª fez um discurso duro, mas absolutamente realista e, ao mesmo tempo, capaz de expressar a doçura e a generosidade que são características de V. Exª. V. Exª chega ao Senado com a experiência de militante dos movimentos sociais, de Vice-Prefeita de Maceió e de Deputada Estadual. Com certeza, apenas essa amostra com que, na tarde de hoje, V. Exª nos brindou já demonstra que o Bloco da Oposição tem mais uma guerreira e uma Senadora que, sem dúvida alguma, irá contribuir, com sua competência e de forma decisiva, com a atuação da Esquerda, da Oposição, nesta Casa. Seja bem-vinda! Um abraço e parabéns pelo seu pronunciamento!

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Muito obrigado, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido. (Pausa.)

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero abordar, neste pronunciamento, um assunto que já foi tratado pelo Senador Tião Viana: a questão do desemprego no Brasil e a Campanha da Fraternidade da CNBB.

Há 35 anos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, vem realizando a Campanha da Fraternidade. Neste ano, o tema é "A fraternidade e os desempregados", e o lema é "Sem trabalho... por quê?". Ao longo do período da Quaresma, a campanha propõe uma reflexão sobre um dos principais problemas sociais: o desemprego.

O texto-base da Campanha da Fraternidade lembra-nos que, se o desemprego é um dos principais males da sociedade industrial, essa questão não é nova em nosso País. Há muito tempo, parte da população economicamente ativa do Brasil vive desocupada. Desde a exploração do pau-brasil, a economia brasileira é organizada por poucos com a exclusão de muitos. A novidade da situação é o seu agravamento, alimentando o número de desempregados em todas as classes sociais e mais ainda entre os pobres.

Segundo o relatório "O Emprego no Mundo", da Organização Internacional do Trabalho, publicado pela OIT em 1997, o mundo tem um bilhão de pessoas desempregadas ou subempregadas, o que representa cerca de 30% da força de trabalho.

No Brasil, desde a implantação do Plano Real, o desemprego vem alcançando níveis alarmantes. Só na Grande São Paulo, segundo dados do Dieese, cerca de 1,6 milhão de trabalhadores estão sem emprego. Um número bastante revelador, já que a maioria de nossas capitais não tem um contingente populacional dessa ordem.

O setor bancário foi um dos mais afetados pela extinção de postos de trabalho. Enquanto os banqueiros tiveram a benesse do Proer, os bancários viram acabar quase 200 mil empregos, entre 1994 e 1998.

Paradoxalmente, enquanto cresce o desemprego, persiste ou aumenta o trabalho escravo, principalmente no Norte e no Centro-Oeste do País, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra.

Outras questões preocupantes são apontadas pelo IBGE: a juventude é responsável pela metade da taxa total de desemprego; mais de três milhões de crianças entre 10 e 14 anos trabalham, numa idade que deveriam estar na escola. Além disso, negros e mulheres continuam com um nível de emprego de cerca de 20% menor do que a população branca e os homens.

A revolução tecnológica que vivemos foi apropriada pelo capital financeiro, que vem se sobrepujando aos Estados nacionais, ditando, inclusive, as suas políticas econômicas. No caso brasileiro, antes de resgatar a dívida da Nação com os 40 milhões de miseráveis que vivem abaixo da linha de pobreza e de direcionar a política econômica para priorizar a área social, o Professor Cardoso, Presidente do Brasil, mais uma vez se curva aos interesses da comunidade financeira internacional, nomeando o Sr. Arminio Fraga para a Presidência do Banco Central.

Esse novo rosto do sistema capitalista, o chamado projeto neoliberal, é iníquo. A sua iniquidade consiste em colocar o dinheiro, sob a forma de capital financeiro, no centro e acima do próprio ser humano.

Os movimentos sociais e os partidos progressistas têm apresentado propostas concretas para resolver, senão para minorar, o problema do desemprego. Apontarei algumas delas: a redução da jornada de trabalho sem redução de salários – o avanço tecnológico nos dá a possibilidade de trabalhar menos para que todos tenham emprego; a criação de agências para desempregados por intermédio de parceria entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos, para organizar banco de dados, facilitar o pagamento do seguro desemprego e oferecer qualificação profissional; redução ou extinção das horas-extras.

Segundo dados do Dieese, entre 1985 e 1996, um milhão e meio de novos empregos deixaram de ser criados devido a um volume de 265 milhões de horas-extras trabalhadas.

Outra reivindicação da sociedade brasileira é a execução real de uma reforma agrária, não a reforma agrária virtual do Ministro Jungmann, mas uma política que dê terra, financiamentos, insumos e infraestrutura para os assentados. Com isso, resolveríamos o problema de cerca de 4 milhões de famílias e estaríamos barateando e colocando mais comida na mesa do povo brasileiro.

É bom lembrar ainda que a Campanha da Fraternidade 99 se insere nos preparativos do Ano do Jubileu, o ano 2000, quando além da Igreja Católica, diversas instituições, entidades e personalidades es-

tarão realizando uma campanha pelo perdão das dívidas dos países pobres, uma das principais causas do desemprego.

O Rio de Janeiro vai dar início, em nosso País, a este movimento. Entre os dias 19 e 21 de abril estará sendo realizado o I Tribunal Internacional da Dívida Externa, quando a sociedade brasileira vai julgar esta dívida tão impagável quanto ilegítima. Atividades com essa acontecerão no mundo inteiro, e com mais ênfase no próximo ano.

O questionamento das dívidas das nações pobres é o questionamento das mazelas do sistema capitalista, o que demonstra a continuidade da história, e a possibilidade da construção de uma sociedade em que a dignidade da pessoa humana seja um valor mais importante que os ditames do mercado e o lucro improdutivo do capital especulativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar gostaria de manifestar a minha discordância com relação à maneira com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso ontem referiu-se ao Governador Itamar Franco. Ainda que não tenha nominado especificamente o Governador de Minas Gerais, claramente fez uma referência a S. Ex^a, o que acabou fazendo com que muitos jornais hoje registrassem a alusão do Presidente Fernando Henrique Cardoso como uma comparação de Itamar Franco a Silvério dos Reis, pessoa que tem, para todos os brasileiros que conhecem a história do Brasil, a imagem efetivamente de alguém que, em função de interesse pessoal, revolveu trair seus companheiros que lutavam pela independência do Brasil, sobretudo, a figura de Tiradentes.

Ora, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou: "Há muita gente cuja corda na mão é de Silvério dos Reis, não de Tiradentes. Não tem coragem de enfrentar os problemas e busca refúgio em falsidades."

Por que será que os que estavam ali em Vitória do Espírito Santo, ouvindo o Presidente, todos os jornalistas – a Imprensa – hoje resolveram dizer que a referência era específica ao Governador de Minas Gerais?

Sr. Presidente, parece-me que esta questão está indo além da conta. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, neste caso, quis como que entornar ainda mais o caldo, envenenar ainda mais sua

relação com a pessoa que, todos sabemos, afinal de contas, com Sua Excelência conviveu aqui no Senado Federal de 1982 até que deixasse o Senado Federal, quando Itamar o deixou em 1990. Pelo menos por oito anos eles aqui conviveram, e os Anais do Senado Federal estão a demonstrar que, na maior parte das lutas, dos ideais, na luta pela democratização do País, ambos estavam de acordo. Em segundo lugar, quando foi Presidente Itamar Franco, escolheu-o para ser seu Ministro das Relações Exteriores e, posteriormente, para ser seu Ministro da Fazenda o hoje Presidente Fernando Henrique Cardoso. E tantas vezes dialogaram como pessoas que se respeitavam, como pessoas que eram amigas, que traçaram ideais comuns para este País. E quando, recebeu o apoio do Presidente Itamar Franco para ser eleito Presidente, eleito o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o designou para ser seu Embaixador em Portugal e na OEA.

Apenas, portanto, para recordar: pessoas que agiram em comum por tanto tempo, que tantas vezes dialogaram, um com o outro, de forma franca, respeitosa, por que agora estão chegando a este ponto? Por que será que o Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda não telefonou diretamente para o Governador Itamar Franco, chamando-o para conversar?", "Vamos nos encontrar olho no olho para colocar estas diferenças de lado?"

O antes Presidente da República, hoje Governador Itamar Franco, explicitou nas suas últimas entrevistas, como, por exemplo, na concedida ao jornalista Boris Casoy no domingo último, a sua avaliação de que o gesto deveria vir primeiro de quem está no alto, de quem está em cima hoje, ou seja, respeitando a condição de Presidente de Fernando Henrique Cardoso, quase faz a sugestão: por que o gesto primeiro não vem do Presidente?

E por que este não o faz? Por que precisa agora comparar Itamar Franco com Joaquim Silvério dos Reis? Será que a sua atitude de dizer que está com dificuldades de pagar tem algo a ver com traição? Parece-me claramente que não. E o Presidente da República ainda não respondeu com clareza, com a devida educação, àquilo que explicou o Governador Itamar Franco, já exposto em inúmeras entrevistas, inclusive aos Governadores, aos Senadores que tiveram oportunidade de ouvi-lo pessoalmente. Logo que S. Ex^a assumiu o Governo de Minas Gerais, espantado com a situação financeira que lhe fora deixada pelo Governador Eduardo Azevedo, solicitou ao Secretário de Fazenda, Alexandre de Paula Dupeyrat Martins, que sua primeira iniciativa e providência fosse um telefonema ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, que por sua vez havia sido

Presidente do Banco Central, quando Itamar Franco ocupou a Presidência da República. Portanto, uma pessoa que deveria ter pelo menos uma relação de respeito e até de amizade com o Governador e com o seu colega de equipe de Governo, porque Alexandre Dupeyrat havia sido Ministro da Justiça quando Pedro Malan era Presidente do Banco Central. Segundo me foi explicado em detalhes pelo Secretário Alexandre Dupeyrat, que teve a gentileza de me fazer um visita em São Paulo, depois que telefonou não recebeu o telefonema de volta. Em primeiro lugar, por intermédio de sua secretária, disse que não poderia atender. Depois, na parte da tarde do primeiro dia útil de governo, quem ligou de volta foi o Secretário-Executivo Pedro Parente e a este foi dito pelo Secretário Alexandre Dupeyrat, que o Governador Itamar Franco tinha necessidade urgente de uma conversa sobre assunto grave com o Ministro Pedro Malan, entretanto, esse não quis conversar.

Na quarta-feira, conforme Itamar Franco relatou a Boris Casoy num programa de domingo à noite, ele recebeu um fax do Secretário-Executivo Pedro Parente, em que constava uma nota enviada à imprensa pelo Ministro Pedro Malan, e, ao mesmo tempo dizendo que ele, Pedro Parente, se encontrava à disposição para qualquer esclarecimento ao Secretário Alexandre Dupeyrat.

Ora, Senadora Maria do Carmo, temos de convir que não se trata de um procedimento entre pessoas que foram colegas de equipe de Governo. Por que razão isso? Poder-se-á então explicar que há outros motivos, mas a cada dia se sucedem desencontros. O Ministro Pimenta da Veiga foi a Belo Horizonte, mas como há uma história de desavenças e desencontros entre eles – inclusive o Ministro Pimenta da Veiga tem uma história de processos mútuos, de ações mútuas entre ele próprio e o vice-governador –, o Governador Itamar Franco não se sentiu tão à vontade para receber a palavra do emissário do Presidente.

Fico novamente pensando: por que será que o Presidente Fernando Henrique Cardoso ligou nada menos do que cinco vezes para a residência de Lula, seu principal adversário nas eleições de dezembro último? Sua Excelência falou com um filho de Lula, depois falou com outro, falou duas vezes com Marisa, até que Lula chegou em casa e conversou com o Presidente. Falaram-se por telefone e, depois, pessoalmente. Então, se, com o principal adversário das eleições, o Presidente soube ser insistente para conversar por telefone e lhe pedir que viesse a Brasília para encontrá-lo, por que não age dessa forma com aquele que foi seu colega no Senado, de quem foi Ministro e a quem nomeou Embaixador; não pode haver um diálogo?

O Presidente Antonio Carlos Magalhães disse ontem que é preciso que mudemos a pauta, porque

há dois meses só se fala nesse desencontro. Mas para que se mude a pauta, para que haja uma pauta positiva, faz-se necessário um gesto de estadista por parte do Presidente da República, um gesto que signifique um passo no sentido de um diálogo com a Oposição, com os Governadores que lhe fazem oposição, porque é mais do que justo que possa haver divergências.

Os sete Governadores reuniram-se em Belo Horizonte a convite de Itamar Franco e, depois, em Porto Alegre, a convite de Olívio Dutra, redigiram documentos com críticas e sugestões ao Governo, por outro lado, o Presidente da República resolveu suspender a liberação de verbas para Minas Gerais e para o Rio Grande do Sul, por que não ter um gesto de grandeza?

Tenho certeza, Senador José Alencar, de que é muito mais fácil superar esse problema do que, por exemplo, superar um iminente risco de guerra em Kosovo. Nem sei se a essa altura já não houve explosões, mas há esforços pela paz naquele lugar.

Se não tomarmos cuidado – o Senado também tem responsabilidades nesse sentido –, se não alertarmos o Presidente da República de que seria mais adequado propor um caminho, essa situação poderá chegar a uma explosão.

Gostaria de transmitir a todos os colegas do Senado o que hoje os 14 Senadores do Bloco de Oposição, reunidos, avaliamos: é muito importante que possamos ouvir os Governadores de Estado. Na Legislatura passada, o Bloco de Oposição apresentou um requerimento convidando os Governadores, mas os partidos da base governamental avaliaram que não era cabível naquele momento ouvi-los. Agora, na Legislatura que se inicia, tendo havido a renovação de um terço do Senado, queremos propor novamente que possamos ouvir os Governadores sobre a questão do pacto federativo, das proposições apresentadas por todos os Srs. Governadores, incluindo os da Oposição.

Tivemos notícia de que o PMDB receberá, na próxima semana, o Governador Itamar Franco. Transmito-lhes que nós do Bloco da Oposição também gostaríamos de ouvi-lo, assim como gostaríamos de ouvir também os Governadores da Oposição, Anthony Garotinho, Olívio Dutra e Ronaldo Lessa, designados para representar o grupo dos 7. Avaliamos que seria próprio que o Senado ouvisse os Governadores que são o suporte do Governo, aqueles que são de outros partidos, que fazem oposição ao Governo porque é nossa responsabilidade colaborar para que haja uma solução.

Sr. Presidente, quero ainda registrar ofício que encaminhei, hoje, ao Vereador Armando Mellão,

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, com os seguintes termos:

"O atentado contra o Sr. Afonso José da Silva, Presidente da Associação dos Camelôs Independentes do Brás, constitui ato de extrema gravidade, sobretudo em função das denúncias que ele havia formulado a respeito de procedimento de fiscais da municipalidade que estavam recolhendo recursos ilegalmente junto aos vendedores ambulantes.

Venho transmitir à Câmara Municipal de São Paulo a necessidade urgente de se realizar a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar, da forma mais isenta e rigorosa possível, os fatos relacionados à maneira como os fiscais, administradores e outros se organizaram para achacar comerciantes, ambulantes e cidadãos paulistanos em geral.

De todos os segmentos da cidade, venho recebendo mensagens no sentido de alertar os vereadores sobre a importância de instaurarem essa CPI. Podem estar certos os vereadores que, por mais difícil e delicada que seja essa tarefa, a população de São Paulo considera uma questão de honra a apuração desses fatos e dos responsáveis envolvidos nesses episódios, incluindo o atentado contra o Sr. Afonso José da Silva, para que haja o resgate essencial na busca da ética na vida política brasileira."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Não há mais oradores inscritos.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no § 3º do art. 118 do Regimento Interno, reabriu, a partir de hoje, o prazo para apresentação de emendas, perante a Mesa, às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1999 (nº 1.064/91, na origem), que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades e dá outras providências; e

– Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1998-Complementar, de autoria do Senador Romero Jucá, que modifica a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no § 3º do art. 118 do Regimento Interno, reabriu, a partir de hoje, o prazo para interposição de recurso ao Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1998, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta dispositivo ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos na Administração Pública e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – O Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou apresentando na data de hoje um requerimento pedindo a criação da Comissão Especial da Criança e do Adolescente.

Pretendo com esta iniciativa, Sr. Presidente, estabelecer um foro especial específico para a questão da Criança e do Adolescente no nosso País. Pretendo mais: que esta Comissão seja um canal permanente entre todas as entidades nacionais e internacionais, governamentais ou não, que representam todos os segmentos da nossa sociedade para promovermos um grande debate sobre o peso do abandono da criança e do adolescente e suas conseqüências para o futuro da nossa Nação.

Acho desejável reunir, nesta Comissão, todo o acervo pertencente às diversas Comissões que já trabalharam neste assunto, aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Pretendo, ainda, buscar nas experiências já desenvolvidas por Estados e Municípios ou por outras entidades, as soluções e alternativas para o enfrentamento da questão.

Posso testemunhar a esta Casa que nós, lá no Tocantins, temos em andamento programas reconhecidos pela nossa comunidade e pela UNICEF; como o Projeto "Amigos do Meio Ambiente", em Palmas, e o Projeto "Pioneiros Mirins", que atendem a mais de trinta mil crianças, em todos os Municípios do Estado e que poderão inspirar programas como estes para o País inteiro.

Por esta razão é que espero poder contar com o apoio dos meus nobres Pares, da Presidência e de todos os partidos representados nesta Casa, para implantarmos a Comissão Especial da Criança e do Adolescente. Com iniciativa dessa envergadura, será possível apresentarmos para o Governo, Fede-

ral e para a sociedade não apenas uma solução, mas sim um novo tratado nas relações de nossa sociedade para com a infância e a adolescência no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária deliberativa de amanhã, a realizar-se às 14h30min., a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 37, de 1999 – art. 281 do Regimento Interno)

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/97, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas i do inciso I do art. 102 e c do inciso I do art. 105 da Constituição Federal (**criação juizados especiais – habeas corpus tribunal superior STF e tribunal estadual STJ**), tendo

Parecer favorável, sob nº 57, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça.

– 2 –

MENSAGEM Nº 221, DE 1998

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Joel de Hollanda, sobre a Mensagem nº 221, de 1998 (nº 983/98, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer a de Embaixador do Brasil junto a Granada.

– 3 –

MENSAGEM Nº 227, DE 1998

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon, sobre a Mensagem nº 227, de 1998 (nº 973/98, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Thereza Maria Macha-

do Quintella, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer a de Embaixadora do Brasil junto à República do Casaquistão.

– 4 –

MENSAGEM Nº 247, DE 1998

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 247, de 1998 (nº 1.347/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Ricardo Drummond de Mello, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

– 5 –

MENSAGEM Nº 26, DE 1999

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Emília Fernandes, sobre a Mensagem nº 26, de 1999 (nº 1.624/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Gilda Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República da Guatemala.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.*)

(OS 10737/99)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

23-2-99

Terça-feira

11h30min – Cerimônia de Inauguração da Eclusa e da Usina Hidroelétrica Engenheiro Sérgio Motta

Rosana, São Paulo

15h30min – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares	Suplentes
PFL	
1. Elcio Alvares (4) 2. Francelino Pereira 3. Waldeck Omelas (1) 4. José Alves	1. José Agripino 2. Carlos Patrocínio 3. Vilson Kleinübing (2) 4. José Bianco
PMDB	
1. Casildo Maldaner 2. Ramez Tebet 3. Nabor Júnior 4. Ney Suassuna	1. (Vago) 2. Gerson Camata 3. Flaviano Melo 4. Coutinho Jorge (3)
PSDB	
1. Lúcio Alcântara 2. (Vago)	1. Jefferson Peres 2. José Ignácio Ferreira (5)
PPB (Ex- PPR + Ex-PP)	
1. Eptacio Cafeteira 2. Osmar Dias	1. Lucidio Portella
PTB	
1. Emilia Fernandes	1. Arlindo Porto
PP	
1. Osmar Dias	1. Antônio Carlos Valadares
PT	
1. Marina Silva	1. Lauro Campos
PDT	
1. (Vago)	1. Sebastião Rocha
Membro Nato Romeu Tuma (Corregedor)	

(Atualizado em 27.10.98)

- (1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
- (2) Falecido, em 23.10.98
- (3) Renúncia, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Pará
- (4) Posse como Ministro Extraordinário da Defesa
- (5) Renúncia, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
EDISON LOBÃO	MA - 2311/12	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-MOREIRA MENDES	RO-2231/37
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 1247/1447	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS	SE-2201/02
		VALADARES - PSB	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

VAGO		1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO- 2071/77

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	
---------------	------------	------	--

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT- 1247/1447	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-VAGO	
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 12/01/99

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

VAGO		1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
---------------	--------------	-----------------	-------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LÁCERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 20/01/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-PEDRO SIMON	RS-3230/31
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO		2-SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/82
LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2/10/97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)****VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA****(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- MOREIRA MENDES	RO-2231/37

PMDB

JOSÉ SARNEY (1)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
---------------------------	-------------------	--------------------	---------------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
----------------------	--------------------	------------------------	-------------------

(1) Licença para tratar de interesses particulares.**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)****SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496****FAX: 311-3546****(*)** Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES****PFL**

JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (3)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	

PSDB

LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	
ANTÔNIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22
----------------------	-------------------	------------------------	---------------------

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-1247/1447	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40		
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201		

PSDB

REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
--------------------	------------	-------------------	------------

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219
---------------	--------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS:17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 20/01/99

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
		PFL	
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- DJALMA BESSA	BA-2211/12
		PMDB	
JOSÉ SAAD		1-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
		PSDB	
VAGO		1-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16		
		PPB + PTB	
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74		

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519

SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 04/01/99

**7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA**

**PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(7 TITULARES E 4 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
1 – JÚLIO CAMPOS	MT – 1247	1 – GERALDO ALTHOFF	SC – 2042/43
2 – GILBERTO MIRANDA	AM – 3104/05	2 – FRANCELINO PEREIRA	MG – 2411/17
PMDB			
1 – JOSÉ SAAD	GO – 3148/50	1 – JOÃO FRANÇA	RR – 3067/68
2 – NEY SUASSUNA	PB – 4345/46		
PSDB			
VAGO		VAGO	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
1 – EDUARDO SUPPLY-PT	SP – 3215/16		
PPB + PTB			
1 – ERNANDES AMORIM	RO – 2251/55		

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

FAX: 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 6 – TELEFONE: 311-3254

ATUALIZADA EM 4-1-99

ANDAMENTO

EM 29-4-98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - JOEL DE HOLLANDA
	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	
PPB	
LEVY DIAS	
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JULIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 12/01/99.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 - jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho - O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias - Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão - A importância da concetuação da antijudicialidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza - Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo - O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Cármem Lúcia Antunes Rocha - Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvulo da Cunha - Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa - Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini - Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci - Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani - Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcilio Toscano Franca Filho - A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis - A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Fiorati - A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Silvio Dobrowolski - Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda - A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério - Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga - Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Alvaro Melo Filho - Resolução sobre passe: irrationalidades e injudicialidades.

Fabiano André de Souza Mendonça - Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior - Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias - Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires - Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão - O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho - A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Beloso Martin - Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo - Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laube - A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo - Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Fones:

Fax:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4256. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95. Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais. Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuét Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça do Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admss.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

- **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

- **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

- **Volume 9 (R\$ 3,00):** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.
- **Volume 10 (R\$ 3,00):** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal; tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificados abaixo discriminado:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS